



resenha

de política exterior do brasil

ministério das relações exteriores

RESENHA DE POLÍTICA EXTERIOR DO BRASIL

número 61. abril, maio e junho de 1989
ano 16. issn 0101 2428

Ministro de Estado das Relações Exteriores
Roberto de Abreu Sodré

Secretário-geral das Relações Exteriores
Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima

Subsecretário-geral de Administração e de Comunicações
Embaixador Marco César Meira Naslauski

Chefe do Departamento de Comunicações e Documentação
Embaixador Luiz Antonio Jardim Gagliardi

Chefe do Centro de Documentação
Conselheiro Carlos Alberto Simas Magalhães

Equipe de Redação, Montagem e Revisão
Zacharias Bezerra de Oliveira; João Carlos M. Henriques e Maria do Socorro A. Vale

Distribuição
Marinete Bernardino Boaventura e Jorge dos Santos

Impresso pela Gráfica do CDO

A **Resenha de Política Exterior do Brasil** é uma publicação trimestral do Ministério das Relações Exteriores, editada pelo Centro de Documentação (CDO) do Departamento de Comunicações e Documentação (DCD)

Endereço para Correspondência
Centro de Documentação (CDO) – Palácio Itamaraty, Anexo II, Térreo, sala 25, Ministério das Relações Exteriores, Esplanada dos Ministérios, Brasília, DF, Brasil.
CEP 70 170 Telefones: (061) 211 - 6410 e 211 - 6474

Resenha de Política Exterior do Brasil

Ano 1 – nº 1 – junho de 1974 – Brasília, Ministério das Relações Exteriores, 1974

V. trimestral

1. Brasil – Relações Exteriores – Periódicos. I. Brasil, Ministério das Relações Exteriores.

327 (081)(05)
R 433

xviii reunião ministerial dos países da bacia do prata

Discurso do Presidente José Sarney na abertura da Reunião, realizada no Palácio Itamaraty, nos dias 3 e 4 de abril de 1989

Excelentíssimos Senhores Chanceleres,

É com especial satisfação que o Brasil recebe os Chanceleres da Argentina, da Bolívia, do Paraguai e do Uruguai, países aos quais nos sentimos profundamente vinculados por laços de fraterna e tradicional amizade.

Estendo minhas boas-vindas a todos os integrantes das delegações aqui presentes e formulo os melhores votos de uma feliz estada entre nós.

Pela quarta vez, Brasília tem a honra de sediar uma reunião de Chanceleres dos países da Bacia do Prata, foro pioneiro, que vem prestando extraordinários serviços às causas da integração e da cooperação sub-regionais.

Neste mês, o Tratado da Bacia do Prata completa vinte anos de existência.

Assinado na Reunião Extraordinária de Chanceleres de abril de 1969, aqui neste mesmo Palácio Itamaraty, onde hoje nos reunimos, refletiu a determinação de nossos países de conjugar esforços em benefício do desenvolvimento e da integração física da Bacia do Prata.

Foram vinte anos de intenso e frutífero trabalho conjunto, cujos resultados estão à vista.

Sob a égide do Tratado, o diálogo e a concertação entre nossos países ampliaram-se consideravelmente.

Temos hoje maior e mais completo conhecimento recíproco de nossas realidades, em todos os setores por onde se estendem as atividades de cooperação.

Fortaleceu-se ademais o espírito de profundo apreço e respeito mútuo que constitui a base do sistema da Bacia do Prata, para o que muito colaborou a regra do consenso, sabiamente acolhida no Tratado.

Tudo se faz de comum acordo e no interesse de todos.

Em nosso relacionamento não há lugar para pretensões de hegemonia.

Os interesses e as peculiaridades nacionais são respeitados e conduzem à harmonização de posições.

Aproveitar racionalmente o grande potencial que a natureza nos legou constitui tarefa de larga envergadura, à qual estamos dedicando o melhor de nossos esforços.

No âmbito do Tratado, vimos empreendendo, nos últimos anos, um trabalho contínuo de renovação, destinado a acentuar o

sentido prático de nossas ações conjuntas, agrupadas em torno de prioridades.

Os projetos que integram o "Programa de Ações Concretas" têm tido andamento proveitoso nas diversas reuniões já realizadas das chamadas "contrapartes técnicas".

Resultados expressivos foram obtidos no âmbito do sistema de alerta hidrológico, registrando-se um intercâmbio regular de dados hidrológicos, entre os órgãos encarregados do controle de inundações dos cinco países.

Tais projetos traduzem, acima de tudo, o desejo de realizar um trabalho sério, coerente e contínuo, alicerçado na conjugação dos esforços em nível técnico que estão a nosso alcance.

O Brasil tem apoiado com entusiasmo e ânimo construtivo esse processo renovador, que visa a objetivos realistas e se fundamenta, sobretudo, na determinação solidária de impulsionar com firmeza o processo de integração.

Desejo assinalar, nesta oportunidade, a eficaz atuação do Comitê Intergovernamental Coordenador, coadjuvado com eficiência por sua Secretaria.

É justo que se mencione também o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata, cujas atividades têm sido muito importantes para a elaboração e a implantação de vários projetos nos países-membros.

Senhores Chanceleres,

A América Latina tem registrado avanços significativos em direção à integração, seja mediante empreendimentos binacionais, seja no contexto de iniciativas multilaterais.

Nossa região da Bacia do Prata oferece numerosos exemplos concretos de pro-

jetos binacionais de grande relevo, fruto da amizade e compreensão entre nossos países.

Meu governo tem como uma de suas mais altas prioridades o estreitamento dos laços do Brasil com a comunidade latino-americana de nações.

Estou firmemente convencido de que o futuro de nossos países passa necessariamente pela integração.

A América Latina, não me canso de repetir, não pode deixar de aproveitar os benefícios derivados das economias de conjunto, que se afirmam hoje em todas as regiões do mundo.

Dispomos, em nossa região, de fértil tradição de cooperação e entendimento, desenvolvida em organismos e foros como a OEA, a ALADI, o SELA, o Tratado de Cooperação Amazônica, o Mecanismo Permanente de Consulta e Concertação Política.

Nesse contexto, o nosso sistema da Bacia do Prata constitui, sem dúvida, peça importante, oferecendo possibilidades para uma atuação conjunta dinâmica e abrangente.

Atende aos anseios de desenvolvimento e integração dos povos da região e abre perspectivas seguras de cooperação.

A obra que vimos construindo na Bacia do Prata é testemunho eloqüente de nossa capacidade de abrir caminhos pioneiros.

Juntos estaremos melhor preparados para enfrentar os obstáculos antepostos por uma conjuntura econômica internacional adversa.

Garantiremos a nossos povos o futuro de prosperidade a que legitimamente têm direito e nos tornaremos ainda mais fortes, à medida que se consolidarem nossas instituições democráticas.

Senhores Chanceleres,

Estou seguro de que os trabalhos desta Reunião terão completo êxito, graças à esclarecida orientação de Vossas Excelências, à competência das Delegações e ao espírito de colaboração que nos anima.

Honrado com a presença de Vossas Excelências em Brasília, dou por inaugurada esta XVIII Reunião de Chanceleres, ressaltando que os tempos novos da integração, os ventos que governam a consciência de uma América Latina cada vez mais unida, coesa, decidida, passam pela Bacia do Prata, onde já vislumbramos o início do nosso Mercado Comum, com o desejo de crescermos juntos e juntos construirmos o futuro.

Discurso do Ministro Abreu Sodré por ocasião do almoço em homenagem aos Chanceleres dos Países da Bacia do Prata, no Palácio Itamaraty, em 4 de abril de 1989

Excelentíssimos Senhores Chanceleres,

Senhoras e Senhores,

É com grata satisfação que acolhemos tão ilustres representantes de nações às quais o Brasil se sente unido por laços de sólida e fraterna amizade. A todos os membros das Delegações aqui presentes estendo minhas mais cordiais boas-vindas e formulo os votos do Governo e do povo brasileiros de uma feliz permanência entre nós.

Neste mesmo Palácio Itamaraty, os Chanceleres dos nossos países assinavam, na Reunião Extraordinária celebrada em abril de 1969, o Tratado da Bacia do Prata. Hoje, decorridos vinte anos, nos podemos felicitar pelo muito que o Tratado possibilitou fazer em prol do desenvolvimento regional. O sistema que nossos ante-

cessores inauguraram lançou bases sólidas sobre as quais nossos países desempenharam esforço contínuo de cooperação, para o aproveitamento dos recursos da Bacia do Prata. Os grandes beneficiários têm sido nossos povos.

Latino-americanos, nossos países têm muito mais que a geografia a aproximá-los. Além do rico acervo de tradições que compartilhamos, das raízes históricas e culturais que nos vinculam, inspira-nos um expressivo feixe de interesses e aspirações comuns. Estamos, todos, firmemente imbuídos da vontade de contribuir para o progresso e o fortalecimento da região. Sabemos que a cooperação, a atuação conjunta são os fundamentos do futuro de prosperidade que almejam nossos povos.

Senhores Chanceleres,

Consolidam-se em nossos países as instituições democráticas, num processo revitalizador que a História não deixará de realçar. É estimulado o diálogo entre os diversos segmentos de nossas sociedades, na busca constante de um destino que resulte da vontade nacional. Brota, assim, naturalmente um sentimento de unidade que é fruto da convergência de opiniões e de interesses. A vida latino-americana se enriquece com a Democracia, com o fortalecimento da liberdade e do pluralismo, cimentando entre nossos povos vínculos sempre mais profundos e autênticos.

Na área da Bacia do Prata, muito ainda podemos realizar; são promissores os horizontes. Situam-se na região grandes e modernas concentrações urbanas. São significativos os recursos naturais disponíveis, quer no setor agrícola, quer no da pecuária, dos minerais, da energia, dos aproveitamentos hídricos, para só citar alguns.

Estou convencido de que, somando a capacidade à experiência dos países

platinos, seguiremos moldando um futuro de prosperidade para a região. Contribuiremos para que nossas fronteiras funcionem, sempre mais, como um importante fator de aproximação entre nossos países, entre nossos povos.

Com o pensamento voltado para os ideais de fraternidade que norteiam as relações entre os países da Bacia do Prata, convindo todos os presentes a comigo erguerem suas taças, num brinde à saúde e felicidade pessoal dos Ilustres Chanceleres que nos visitam, das Senhoras que nos honram com sua companhia, ao mesmo tempo em que formulo meus melhores votos pelo progresso e bem-estar dos povos-irmãos da região.

Discurso do Ministro Abreu Sodré por ocasião do encerramento da Reunião

Senhores Chanceleres,

A XVIII Reunião de Chanceleres da Bacia do Prata encerra seus trabalhos sob o signo da cooperação, das realizações, do diálogo franco, aberto e maduro. Levarnos a bom termo as atividades previstas em nossa agenda; a atuação de meus ilustres colegas, Chanceleres da Argentina, Bolívia, Paraguai e Uruguai – eficazmente assessorados por suas respectivas Delegações – foi fundamental para o elevado grau de entendimento que permeou a Reunião, e que está plasmado nas importantes decisões aqui tomadas. Registro o valioso apoio prestado pelo Secretário do Comitê Internacional Coordenador e por sua eficiente equipe de colaboradores.

Desde a Reunião de Buenos Aires, em 1986, o Tratado da Bacia do Prata vem passando por decisiva fase de renovação, inédita em seus vinte anos de existência. Temos logrado ampliar seus objetivos, funções, procedimentos e mecanismos. Obtivemos resultados concretos. Com

criatividade, construímos novas formas de cooperação, que corroboram a vitalidade do sistema platino.

A Bacia do Prata representa, para nós, rico patrimônio natural de potencialidades praticamente inesgotáveis. Desenvolvê-las e aproveitá-las em prol do bem-estar de nossos povos é nosso objetivo. Temos respondido à altura a todos os desafios que nos têm sido antepostos, no decorrer desses anos. Erigimos um arcabouço ao mesmo tempo sólido e flexível, orientado para o bem comum, acima dos interesses particulares de cada país. Estabelecemos – e não medimos esforços para continuamente aperfeiçoar – um foro exemplar de cooperação regional, cujo precioso acervo de realizações espelha o ânimo de colaboração fraterna que inspira nossos Governos.

Senhores Chanceleres,

Novos ventos sopram na América Latina. Retemperado pela consolidação das instituições democráticas, nosso Continente amplia seus horizontes, na busca dos legítimos anseios de nossos povos.

Avançamos decididos no processo de entendimento regional, que nos permite, juntos, trilhar a senda do desenvolvimento.

O Tratado da Bacia do Prata é um instrumento eficaz de integração. Conquanto abarque apenas uma fração da geografia continental, contribui de modo decisivo para a aproximação entre países da América Latina. É fruto de nosso permanente esforço de explorar as riquezas do Continente, de estruturar mercados segundo as necessidades específicas de nossos povos, obedecendo a critérios e mecanismos de controle por nós estabelecidos. Representa aporte efetivo para a construção de uma América Latina coesa, independente e próspera.

Senhores Chanceleres,

As relevantes decisões e resoluções adotadas neste XVIII Encontro realçam o acerto da orientação que nossos países imprimiram ao Tratado, desde sua criação, em 1969. Constituem significativa contribuição para o fortalecimento crescente do sistema platino.

Destaco o trabalho desenvolvido pelas Contrapartes Técnicas, nas áreas de qualidade das águas, alerta hidrológico, navegação fluvial, transporte terrestre, recurso-solo, cooperação fronteiriça e ferro e aço. Esses especialistas deram continuidade às atividades anteriormente executadas pelos Grupos de Trabalho de Áreas Básicas, e já propiciaram resultados dignos de nota, dentre os quais avulta a implantação do sistema de alerta hidrológico.

Estamos, pois, dando fiel cumprimento às diretrizes fixadas nas Reuniões anteriores, no sentido de dotar o Tratado da Bacia do Prata de conteúdo prático e de concentrar esforços em áreas prioritárias. Nesse contexto, não poderia deixar de enfatizar a profícua atuação do Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata, que vem proporcionando recursos para importantes projetos na região.

Os frutíferos debates e as conclusões que emergiram desta Reunião reforçam o sistema platino como foro de diálogo regional e como ponto focal de cooperação na área.

Congratulo-me com Vossas Excelências pela atmosfera de amizade, franqueza e boa vontade invariavelmente presente durante nossos trabalhos, ensejando intensa e proveitosa colaboração.

Ao agradecer ao Excelentíssimo Senhor Chanceler Luis María Argaña o amável oferecimento de celebrar a próxima Reunião em solo paraguaio, formulo a

todos meus melhores votos de um feliz regresso.

Declaro, neste momento, encerrada a XVIII Reunião de Chanceleres dos Países do Tratado da Bacia do Prata.

Ata Final da XVIII Reunião Ordinária dos Chanceleres dos Países da Bacia do Prata

De acordo com o disposto no Artigo II do Tratado da Bacia do Prata, o Ministro das Relações Exteriores da República do Paraguai, Luis María Argaña; o Ministro das Relações Exteriores da República Oriental do Uruguai, Luis Barrios Tassano; o Ministro das Relações Exteriores e Culto da República Argentina, Dante Mario Caputo; o Ministro das Relações Exteriores e Culto da República da Bolívia, Valentín Abecia Baldivieso e o Ministro das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil, Roberto de Abreu Sodré, celebraram a XVIII Reunião de Chanceleres dos Países da Bacia do Prata, em Brasília, Brasil, no dia 4 de abril de 1989, dedicando-se o dia 3 à Reunião Preparatória em Nível Técnico.

Os cinco Chanceleres compareceram ao evento acompanhados por suas respectivas Delegações.

Na qualidade de observadores estiveram presentes os senhores Norberto Bertaina, pela ALADI (Associação Latino-Americana de Integração); Félix Peña, pelo BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento); William A. Ellis, pelo BID; Feliciano López-Peralta, pelo BID; Eudes Bezerra Galvão, pelo BID e pelo INTAL (Instituto para Integração da América Latina); George Papadopoulos, pelo Banco Mundial; Carlos Mussi, pela CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina); Peter Rosenegger, pela FAO (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura); e Guillermo Piernes, pela OEA (Organização dos Estados

Americanos). Pelo FONPLATA (Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata), assistiu o Dr. Olavo Cesar da Rocha e Silva, nos termos do Artigo VI bis do Regulamento da Reunião.

A lista dos participantes consta do Anexo I.

Reunião da Comissão Geral em Nível Técnico

Na manhã do dia 3, iniciaram-se os trabalhos da Comissão Geral em Nível Técnico, sob a Presidência do Senhor Embaixador José Nogueira Filho, do Brasil, sendo eleitas autoridades que conduziram as deliberações. Coube a Presidência da Comissão de Recursos Naturais e Infra-Estrutura Física e de Assuntos Econômicos e Sociais ao Senhor Embaixador Juan José Uranga, da Argentina; a Vice-Presidência ao Senhor Embaixador Efraín Darío Centurión, do Paraguai e a Relatoria à Delegação do Uruguai, exercida pelo Conselheiro Carlos Alejandro Barros Oreiro. O Relatório dessa Comissão consta do Anexo II. Nele foi recomendada a adoção das Resoluções que, ao serem aprovadas pelos Senhores Chanceleres, receberam os números de 219 (XVIII) a 229 (XVIII).

Quanto ao projeto da Hidrovia Paraguai, Paraná e Uruguai, as delegações manifestaram sua complacência pelos estudos que estão sendo levados a cabo no âmbito do Grupo *Ad Hoc* dos Ministérios de Transportes e Obras Públicas, alentando o prosseguimento dos mesmos.

Sessão Preparatória e Sessão Plenária Inaugural

Dando-se cumprimento ao Regulamento da Reunião de Chanceleres dos Países da Bacia do Prata, realizou-se, no dia 4, a Sessão Preparatória da Comissão Geral, adotando-se os acordos posteriormente

aprovados na Sessão Plenária Inaugural. A Sessão Plenária Inaugural iniciou-se sob a Presidência do Senhor Ministro das Relações Exteriores e Culto da Bolívia, Valentín Abecia Baldivieso. Posteriormente, por aclamação, a Presidência coube ao Senhor Ministro das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil, e foi designado Secretário-geral o Senhor Embaixador José Nogueira Filho, Chefe do Departamento das Américas do Ministério das Relações Exteriores. Foram constituídas as Comissões de Credenciais, de Estilo e de Recursos Naturais e Infra-Estrutura Física e Assuntos Econômicos e Sociais. Os Relatórios das Comissões de Credenciais e de Estilo figuram respectivamente nos Anexos III e IV.

A Sessão Plenária Inaugural foi honrada com a presença do Excelentíssimo Senhor Presidente da República Federativa do Brasil, Doutor José Sarney, que proferiu o discurso de inauguração. Imediatamente depois, fizeram uso da palavra o Ministro das Relações Exteriores da República do Paraguai, Senhor Luis María Argaña, o Ministro das Relações Exteriores da República Oriental do Uruguai, Senhor Luis Barrios Tassano, o Ministro das Relações Exteriores e Culto da República Argentina, Senhor Dante Mario Caputo e o Ministro das Relações Exteriores e Culto da República da Bolívia, Senhor Valentín Abecia Baldivieso. Os discursos figuram nos Anexos V, VI, VII, VIII e IX.

Foram aprovadas as Resoluções de números 219 (XVIII) a 229 (XVIII). Aprovou-se também a Resolução número 230 (XVIII), considerada diretamente pela Comissão Geral e denominada "Decisão de Brasília". O resumo das Resoluções figura no Anexo X, depois do texto completo das Resoluções.

Quanto ao projeto de Resolução apresentado pela Delegação da Bolívia solicitando estudo sobre a estrutura institucional, o funcionamento dos órgãos do

FONPLATA e suas políticas operativas, os Chanceleres decidiram que o mesmo deverá ser objeto de consultas anteriores com as autoridades econômico-financeiras de seus respectivos países.

Sessão Plenária de Encerramento

No final da tarde do dia 4 de abril, celebrou-se a sessão plenária de encerramento.

Tomou a palavra o Senhor Ministro das Relações Exteriores da República do Paraguai, Luis María Argaña, que ofereceu, em nome do seu Governo, a cidade de Assunção para sede da XIX Reunião de Chanceleres dos Países da Bacia do Prata, o que foi aceito por aclamação. O texto do seu discurso figura como Anexo XI. O Senhor Chanceler da República da Bolívia, Valentín Abecia Baldivieso, em nome de seus pares, felicitou o Presidente da XVIII Reunião, o Chanceler Roberto de Abreu Sodré, e o Secretário-geral, Embaixador José No-

gueira Filho, pelo êxito alcançado no final dos trabalhos.

A seguir, tendo-se aprovado a Ata Final, os Senhores Chanceleres procederam ao ato solene de sua assinatura. Pela República Argentina assinou o Senhor Embaixador Héctor A. Subiza, Delegado Especial do Chanceler Dante Mario Caputo.

Por fim, o Presidente da XVIII Reunião pronunciou o discurso de encerramento do encontro, o qual figura no Anexo XII.

Brasília, em 4 de abril de 1989.

Luis María Argaña
Pela República do Paraguai

Luis Barrios Tassano
Pela República Oriental do Uruguai

Héctor A. Subiza
Pela República Argentina

Valentín Abecia Baldivieso
Pela República da Bolívia

Roberto de Abreu Sodré
Pela República Federativa do Brasil

programa nossa natureza

Pronunciamento do Presidente José Sarney, na solenidade de assinatura de atos referentes ao "Programa Nossa Natureza", no Palácio do Planalto, em 6 de abril de 1989

Minhas primeiras palavras são de um profundo agradecimento do meu Governo. A todos aqueles que trabalharam com grande dedicação e patriotismo na elaboração deste programa coordenado pelo General Bayma Denys, grande brasileiro que com grande dedicação, passou estes meses coordenando as equipes que levantaram e possibilitaram esta solenidade. Foi um prazo estreito para uma tarefa tão larga, que contou também com a colaboração do Ministério do Interior, através do nosso Ministro João Alves Filho, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis, também do Ministério do Interior; do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais e de outros órgãos da administração pública.

Como todos testemunharam, acabo de assinar atos de importância capital para o aprimoramento e fortalecimento da política ambiental brasileira.

Assinei anteprojetos que definem uma nova política nacional do meio ambiente;

- criam um fundo nacional para o meio ambiente;
- introduzem alterações no Código Florestal e Código de Mineração;
- regulamentam a produção, comercialização, importação e exportação de agrotóxicos.

Assinei Decretos que criam florestas nacionais no Amapá, em Tefé, no Espírito Santo, em Minas; que implantam o Conselho Nacional de Proteção à Fauna; suspendem incentivos fiscais. E acabo de endereçar memorandos a Ministros de Estado determinando o desenvolvimento de ações, realização de estudos e a implementação de projetos voltados para o meio ambiente.

É um elenco de medidas substanciais e assim reestruturamos o sistema governamental de controle e preservação do meio ambiente.

Promovemos profundas alterações na legislação ambiental brasileira.

E conferimos alta prioridade à conservação do nosso patrimônio ecológico.

A agilização do Plano Nacional da Reforma Agrária e a intensificação da ocupação econômica da Região Centro-Oeste são providências complementares essenciais para o êxito da política de proteção ambiental que agora nós adotamos.

Há seis meses, lançamos o Programa Nossa Natureza, afirmando enfaticamente a minha preocupação com a questão do meio ambiente. Questão que há muitos anos é objeto das minhas preocupações.

Fui talvez a primeira voz no Congresso Nacional, em 1972, quando realizou-se a Conferência de Estocolmo sobre o Meio Ambiente, a levantar a gravidade do problema e alertar o Brasil para que nós não cometêssemos o erro que cometeram as nações mais velhas do que nós.

Meu Governo tem adotado atitudes inovadoras, demonstrando uma forte determinação na implantação de uma política nacional de conservação do meio ambiente.

Basta ver os números, por exemplo, da criação das reservas florestais, das reservas indígenas, que são três vezes maiores do que todas aquelas criadas ao longo da História do Brasil.

Medidas de urgência, naquela época, há seis meses, foram implementadas com a suspensão da concessão de incentivos, com a suspensão da exportação de madeiras em toras, com a obrigação do licenciamento das atividades de extração de ouro, com a eliminação do problema do mercúrio.

Criei o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, e acabamos de lançar, em convênio com a FAO, um grande projeto de zoneamento econômico-ecológico dos quinhentos milhões de hectares da Amazônia Legal, que será implantado em cinco anos, a custo estimado de cem milhões de dólares. Este projeto estabelecerá critérios para a localização racional de atividades econômicas e sociais na Região e criará as bases técnicas e institucionais necessárias ao monitoramento ambiental dessas atividades.

O Projeto Nacional do Meio Ambiente dará aos órgãos governamentais os instrumentos necessários para o efetivo exercício da política ambiental.

Para esse fim fortaleceremos os sistemas dos órgãos do meio ambiente; implan-

taremos um Sistema de Unidades de Conservação de Ciência e Tecnologia na área ambiental; desenvolveremos projetos especiais voltados para o Pantanal Mato-Grossense, a Floresta Atlântica, o litoral e para a proteção do meio ambiente em núcleos históricos.

Recursos da ordem de 18 milhões de dólares serão alocados para a execução do "Projeto Pantanal", destinado a preservar a área brasileira da Bacia do Alto Paraguai.

Promoveremos também o direcionamento de recursos no montante de 26 milhões de dólares para a preservação dos remanescentes da Floresta Atlântica e a recuperação das suas áreas degradadas.

Estamos desenvolvendo uma política de implantação de Unidades de Conservação que hoje já atinge área de quase 16 milhões de hectares do território nacional, compreendendo Parques Nacionais, Reservas Biológicas, Área de Proteção Ambiental e Estações Ecológicas. Essas áreas reservadas correspondem aproximadamente à sexta parte da terra agricultável do país, e os gastos com sua operação e manutenção excedem a cinco milhões de dólares anuais.

A proteção e a defesa da terra indígena têm sido preocupação constante do Governo.

Devo repetir: foram demarcadas, nos últimos anos, 148 áreas indígenas, num total de mais de 31 milhões de hectares de terra, enquanto que, de 1910 a 1984, apenas 12 milhões de hectares foram demarcados.

Hoje, as áreas indígenas já correspondem a uma parte substancial do território nacional.

Conforme determina a Constituição, existem mais de 40 milhões de hectares em fase de estudo para demarcação, que deverá ser feita até 1993.

Temos dado um destaque necessário ao desenvolvimento de recursos humanos de alta qualificação para fazer avançar o conhecimento entre nossos ecossistemas naturais e sociais; estamos aptos a criar métodos alternativos de produção que reduzam ao mínimo o impacto ambiental da atividade econômica.

Por isso tenho destacado sempre que a responsabilidade na proteção ao meio ambiente do Brasil é basicamente, fundamentalmente obrigação dos brasileiros.

Nossos mais destacados centros universitários, de investigação e desenvolvimento tecnológico têm sido mobilizados nessa direção. Em 1988, cerca de mil técnicos de nível superior realizaram cursos de especialização, mestrado ou doutorado, tendo como área de concentração os diversos aspectos da questão ambiental.

Graças a investimentos realizados em ciência e tecnologia de ponta, o Brasil hoje dispõe de competência equivalente à dos países desenvolvidos em setores que garantem o nosso domínio da informação sobre a Amazônia.

O Brasil detém as técnicas de utilização de satélites de sensoriamento remoto e ambientais. Aqui devo abrir um parêntese.

Desde 1973 nós temos um monitoramento da Amazônia, através do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, fotografando diariamente, acompanhando o desenvolvimento, o que se processa na área da Amazônia, pagando aos países desenvolvidos aquilo que compramos dos seus satélites. E aqui temos condições de decodificar essas imagens que são recolhidas pelo Brasil.

E devemos dizer, para dar a autoridade científica ao nosso conhecimento sobre a Amazônia, que há dois anos nenhuma entidade internacional compra dos nossos institutos, que são os únicos que

detêm no mundo qualquer fotografia a respeito desta área do planeta.

Temos instituições científicas e pesquisadores de renome internacional dedicados à complexa arte de simulação dos possíveis efeitos climáticos decorrentes das modificações da cobertura vegetal amazônica.

Daqui a alguns instantes todos os presentes terão a oportunidade de visitar uma amostra do que é esse trabalho silencioso dos nossos cientistas, que inclusive conseguiram, num prazo muito curto, realizar esta amostragem para que se tenha uma noção do que se realiza anonimamente, neste país, no monitoramento, acompanhamento, estudo dos problemas ambientais, principalmente da Amazônia.

Portanto, este é um país que não tem descuidado, nem descuidará daquilo que é o nosso dever, que é preservar a nossa natureza.

O papel da Floresta Amazônica e o efeito da atividade humana nesta região sobre a composição química da atmosfera vem sendo objeto de estudos intensivos com o uso da mais avançada tecnologia disponível. Esse esforço inclui importantes campanhas de observação *in loco* e intensa atividade de pesquisa, veiculada inclusive através de círculos científicos internacionais, como o Programa Internacional da Geosfera e Biosfera, do Conselho Internacional e de Uniões Científicas.

Com base em dados citados em relatórios de instituições oficiais, a imprensa internacional vem, em tom alarmista, denunciando o desmatamento grande da Floresta Amazônica.

Determinei então que fosse feita uma análise exaustiva de satélites disponíveis no Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. O cálculo obtido aponta para um desmatamento, desde a descoberta do

Brasil, de cerca de 5% de toda a área que constitui a Amazônia Legal, até o ano de 1988. Aí, nesses 5%, estão incluídas as regiões de cerrados e os campos naturais. Ao meu período de Governo corresponde uma taxa ínfima.

O Brasil mostra, hoje, através desse Programa, que não deseja que o problema ecológico seja apenas um jogo de palavras. O conjunto de ações que estamos hoje colocando em movimento demonstra esta vontade política, apesar dos recursos limitados, a falta de apoio, e cercados por uma campanha repleta de inverdades científicas, desinformando o mundo sobre o que realmente acontece em nosso território.

O Brasil resistiu à exploração colonial, à exploração da dívida externa, de suas riquezas minerais e de todas as agressões que visam tolher o seu caminho para ocupar um lugar de direito e voz no concerto mundial. Fomos sempre um país em busca da construção democrática. Em exercício permanente, procurando a verdade de que o progresso e a riqueza passam pelo governo do povo, para o povo e pelo povo.

Infelizmente, é o mundo democrático que nos acusa de que os valores de liberdade que professamos são insuficientes para conservar o nosso território e preservar a nossa natureza. Não é o meu Governo que está sob julgamento, é o processo de construção da nossa nacionalidade. Daí a nossa justificada reação, que não é do Presidente, mas de todos os brasileiros. E o Presidente tem o dever de ser o primeiro defensor dos interesses nacionais. Acusam o nosso país daquilo que nós não podemos aceitar: um país que seja capaz de liquidar o seu próprio território.

A comunidade internacional coloca-nos no banco dos acusados e quem lá senta é, sem dúvida, a nossa obstinação de sermos livres. Porque o que nos recomendam é sermos escravos. Aceitar que

as grandes potências ou organismos internacionais e supranacionais nos venham ditar como proceder para defender aquilo que é nosso dever defender. Outros mais afoitos juntam a estas acusações as causas de nosso regime da livre iniciativa, isto é, também dos valores democráticos.

Estamos na transição democrática. Nunca no país existiu tanta liberdade. Pois bem, nos anos de obscurantismo, a comunidade internacional silenciou sobre este problema. Agora, em meio a tantos outros que nos cercam, agregam mais este. É o Brasil o grande responsável pela poluição ambiental.

Ora, esta campanha injusta, ela é infamante e ela é cruel.

O Brasil é parte da América Latina. Até agora vivíamos de costas para o nosso Continente. Tudo que era nosso estava voltado para o Norte. Aqui, na nossa área da América Latina, éramos irmãos pela retórica, mas vizinhos distantes pela realidade. O meu Governo determinou acabar com esta situação, porque a América Latina, sem o Brasil, certamente ficará incompleta. Desejamos e necessitamos crescer juntos. Esta é a nossa política. Com sucesso passamos a uma nova etapa. Mas devemos reconhecer que a Amazônia insulou o Brasil da América Latina em relação aos seus vizinhos amazônicos. Precisamos, para integrar-nos com todo o Continente, estabelecer relações, ligações físicas com o Peru, a Bolívia, a Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname, Equador, e abrir as portas para a nossa completa integração com a América Latina do Sul, a América Central e o Caribe. Isto não significa jamais destruir a Amazônia, porque nós seríamos os primeiros a não aceitarmos fazê-lo. Queremos preservar, para não perder; conservar, para mantermos a riqueza da maior floresta úmida do mundo, onde o princípio da criação ainda pode ser visto

pelo olho do homem. Onde as águas ainda estão se separando da terra.

Ninguém mais do que nós tem consciência de que o problema ecológico não é inseparável do desenvolvimento. Não desejamos crescer a qualquer custo. Queremos crescer assumindo responsabilidades.

Reconhecemos que ao longo da História não tivemos uma política integrada, com vistas à proteção da natureza, o que criou muitas distorções e muitas críticas válidas que são feitas por nós mesmos.

Desenvolver de forma racional, utilizando as conquistas científicas e a vontade política da consciência dos problemas ecológicos.

Sabemos que o homem é apenas o condutor deste planeta, que no universo cumpre o seu destino de girar com a aventura do homem na face da terra.

Nós, em desenvolvimento, subdesenvolvidos, pobres, não temos força para destruir a terra. Nem jamais o faríamos. Essa trágica e infernal decisão existe, infelizmente, mas está nas mãos daqueles que detêm arsenais atômicos fantásticos de destruição, que põem o ozônio nas camadas inferiores da atmosfera e diminuem o ozônio das camadas superiores, criando os buracos que facilitam a penetração dos raios ultravioletas. Aqueles que, através de milhões de toneladas de detritos industriais, possibilitam o aquecimento da atmosfera. Saiba o mundo que discutimos este problema com espírito racional, realista e responsável.

Estamos dispostos a evitar que a Amazônia venha a agravar, por sua degradação, o ambiente do Planeta. Estamos dispostos a evitar que isto aconteça, a discutir e a encontrar soluções, respeitando a nossa autodeterminação, o nosso direito de gerir o nosso território e de tomar decisões.

O que não podemos é aceitar essa posição de réu sem crime, e de utilização da ecologia para evitar a integração da América Latina, sob a alegação de que através dela nós iremos destruir a natureza.

A Amazônia é nossa. Nós é que a conhecemos melhor. Afinal ela está situada em nosso território.

Há quinze anos, diariamente, como eu disse, pagamos os países desenvolvidos para saber o que ocorre na Amazônia, através dos satélites.

Portanto, qualquer informação divulgada, hoje, no mundo, sobre o assunto, é falsa, pois somente nós temos condições de gravar, dia a dia, o que ali acontece. Estes dados, os colocamos à disposição do mundo inteiro com seriedade, com critério, para que sejam analisados e criticados, com os nossos cientistas, numa abertura que em nenhum país do mundo se faz.

O Programa Nossa Natureza é inédito no mundo. Não tem similar. Estamos com ele pronto, através de ações conjugadas, amplas e gerais, reformulando legislação, procedimentos, engajando recursos materiais e humanos num mutirão fantástico para defender o grande patrimônio de nossa fauna e de nossa flora.

Aceitamos ajuda internacional, mas não podemos aceitar condicionalidades, porque estas condicionalidades não são em favor da natureza, mas contra a natureza, porque visam à exploração e não à conservação e à preservação. Porque elas exploram o homem na mais abjeta de todas as poluições, que é a poluição da pobreza.

As portas do Brasil estão abertas à cooperação para avaliar o que existe e a sinceridade dos que desejam discordar, solucionar o problema. Queremos, da mesma maneira, que o mundo desenvol-

vido adote providências idênticas, para evitar as chuvas ácidas, para evitar o perigo nuclear, para evitar a poluição da atmosfera, para evitar o efeito estufa, para evitar o dano da camada de ozônio e a preservação das florestas nacionais e as existentes no mundo inteiro.

Nossa Natureza, portanto, é mais do que um Programa, é nosso patrimônio, é nossa vida.

O mundo inteiro, se quiser nos ajudar a preservar a Amazônia, nos ajude a reflorestar a área danificada, não nos cobre pela ajuda científica. Transfira-nos tecnologia sem custos. Não queira transformar a ecologia em negócio, quer através da dívida, quer através da comercialização de processos de conversão. Ajude-nos a combater queimadas com aviões, com equipamentos, com produtos. Ajude-nos a reflorestar com recursos materiais, científicos e humanos. Juntem as pedras que nos atiram para construir o caminho da cooperação e da sinceridade.

A Amazônia não pode ser mídia para alguns enriquecerem, nem fascinação para suscitar revoltas ou promoções. A Amazônia, como eu disse, é o princípio do mundo. As águas ainda estão no primeiro dia da separação da terra. Mas é através dela, com ela, dentro dela, que o Brasil se integra à América Latina para rompermos o ciclo da exploração colonial, do subdesenvolvimento, da pobreza e da miséria.

Aqui está o nosso Programa. Aqui está a nossa alma. Aqui está a nossa natureza.

O caminho que oferecemos ao mundo não é o da coerção, da imposição, mas o da cooperação. É este o caminho que aproxima as nações. É este o caminho que devemos seguir na política internacional, sempre. Cooperar, cooperar sempre.

Quem desejar ajudar sinceramente a resolver o problema, estenda a mão e não

atire a pedra. Porque aqui nos encontrão, se assim o fizerem, brasileiros de todas as tendências, de todas as convicções, numa só posição: jamais aceitaremos tutelas. Somos responsáveis, assumimos essa responsabilidade pela defesa do nosso território, em todos os seus aspectos, para dizermos com orgulho que somos livres.

O Brasil é nosso, a Amazônia é nossa, a natureza é nossa natureza. O dever de preservá-la é dos brasileiros.

Como afirmou Juscelino Kubitschek, na linha dos Presidentes brasileiros todos têm o dever de defender o nosso território. Disse Juscelino: "A Amazônia não pode ser apenas um tema literário, um assunto internacional, um paraíso de histórias exóticas, um campo para aventureiro em busca de emoções novas. A Amazônia não é mais um mundo ao nascer, um mundo estirando os braços ao seu despertar. A Amazônia é um problema de Governo que deve ser colocado com grandeza e exatidão. É mais do que um problema de Governo: é na verdade um problema da consciência da nacionalidade".

Meus Senhores e minhas Senhoras,

O que está ocorrendo, hoje, no mundo inteiro, é uma campanha a que nós temos que resistir e pedir que ela seja colocada em termos racionais. Não se pode fazer isto contra um país. Não é contra o meu Governo, que afinal nada mais tem feito neste terreno, senão o de ser o primeiro governo em nossa história que colocou a ecologia no primeiro plano de suas preocupações e ações, que mais criou parques nacionais, que mais preservou o nosso território.

Mas é preciso que haja uma unidade nacional para repelir isso que podemos qualificar como uma calúnia contra a nossa pátria.

Nossos produtos, nossas pessoas, nossas instituições estão sendo submetidas a

uma campanha torpe. Quais os interesses que estão por trás de tanta injustiça? Se não reagirmos, se não estivermos unidos, várias gerações vão sofrer a mácula dessa imagem negativa. E o pior: os países democráticos têm sido os nossos maiores censores. As novas gerações vão acreditar que os valores democráticos não são válidos e sem dúvida vão em busca de sistemas e formas de governo mais generosos e que não permitam fazer aquilo de que nos acusam, que não é verdade, mas que não temos força de mostrar a verdade, porque estamos esmagados pela força e pela prepotência dos ricos. A nossa natureza está lançada. É nossa.

O Programa Nossa Natureza

1. origens

A Bacia Amazônica abriga a maior floresta tropical úmida do mundo, para a qual se voltam, cada vez mais, o interesse e a atenção das comunidades nacional e internacional, preocupadas com o impacto ambiental que poderá resultar de sua exploração econômica. O mundo teme que se repitam nesta grande reserva florestal – designada freqüentemente como "o pulmão da humanidade" – os mesmos crimes contra a natureza que desnudaram a superfície de continentes inteiros, como a África, a Ásia, a Europa e, mesmo, as Américas do Norte e Central.

O Brasil, mais do que qualquer outra nação, preocupa-se com a conservação da última grande floresta tropical intacta do globo terrestre, situada em território brasileiro. No momento atual, enquadrado na oportuna onda de preservacionismo que – com certo retardo, é bem verdade – embala a consciência mundial, o País despertou para o problema e está procurando, com seriedade, equacioná-lo e buscar as soluções mais adequadas.

A Amazônia Brasileira é patrimônio soberano do Brasil. O País não abrirá mão de

incorporá-la à economia nacional, explorando os seus recursos. Sem cometer, entretanto, a insensatez de destruí-la, repetindo os crimes cometidos na onda de progresso das nações desenvolvidas. Para tanto, o Brasil espera e aceita a colaboração internacional, principalmente no tocante a recursos e a tecnologia. Não se submete, entretanto, a pressões de qualquer natureza. O Governo brasileiro aceita e deseja a cooperação, mas não admite a interferência.

O Governo brasileiro entende que o problema amazônico existe, é sério e exige uma ação urgente, eficaz e permanente. Por esta razão, o Presidente Sarney lançou, no final do ano passado, um programa de defesa do complexo ecossistema da Amazônia Legal, denominado "Programa Nossa Natureza".

Cabe por oportuno destacar o caráter nacional deste programa, que embora focalize a Amazônia Legal, com suas características de urgência, tem por finalidade mobilizar toda a nação brasileira na conjugação de esforços e recursos de toda ordem para reverter o processo de degradação dos complexos de ecossistemas brasileiros e criar condições para harmonizar o desenvolvimento nacional com as modernas técnicas de preservação do meio ambiente, já em curso nos países mais desenvolvidos.

2. objetivos do programa

O Programa Nossa Natureza foi lançado com os seguintes objetivos:

- Conter a ação predatória do meio ambiente e dos recursos naturais renováveis;
- Estruturar o sistema de proteção ambiental;
- Desenvolver o processo de educação ambiental e de conscientização pública

para a conservação do meio ambiente na Amazônia Legal;

- Disciplinar a ocupação e a exploração racionais da Amazônia Legal, fundamentadas na ordenação territorial;
- Proteger as comunidades indígenas e as populações envolvidas no processo de extrativismo e as ribeirinhas.

3. comissão executiva e grupos de trabalho

Para a fase inicial de montagem e planejamento, foram constituídos 6 Grupos de Trabalho Interministerial cujas atividades foram acompanhadas e coordenadas por uma Comissão Executiva. Os grupos e a comissão foram integrados por representantes de todos os Ministérios e órgãos envolvidos com a conservação do meio ambiente.

Foram constituídos os seguintes GTI:

GRUPO I – PROTEÇÃO DA COBERTURA FLORÍSTICA

Coube ao grupo estudar e propor medidas que visem a proteger a cobertura florística, inclusive contra incêndios, e a disciplinar sua utilização, seu manejo e sua conservação.

GRUPO II – SUBSTÂNCIAS QUÍMICAS E PROCESSOS INADEQUADOS DE MINERAÇÃO

Tem por tarefa realizar estudos e apresentar propostas que visem a melhorar as condições de trabalho e de proteção à saúde, bem como diminuir os riscos de contaminação do meio ambiente nas atividades mineradoras, particularmente de garimpos.

GRUPO III – ESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL

Teve por finalidade propor medidas que possibilitem tornar mais eficiente o sistema de proteção ambiental, através da sua racionalização e do fortalecimento das instituições a ele vinculadas.

GRUPO IV – EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Teve por finalidade estudar e apresentar medidas que possibilitem criar em todos os segmentos da sociedade brasileira a consciência da necessidade de proteção do meio ambiente, em particular da Amazônia.

GRUPO V – PESQUISA

Foi sua missão apresentar propostas que possibilitem a criação de um Centro de Pesquisa de Floresta Tropical, que possa mobilizar e coordenar as ações dos organismos federais ligados à pesquisa amazônica, visando à integração de esforços para o desenvolvimento de técnicas apropriadas à utilização dos recursos naturais renováveis.

GRUPO VI – PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE, DAS COMUNIDADES INDÍGENAS E DAS POPULAÇÕES ENVOLVIDAS NO PROCESSO EXTRATIVISTA E AS RIBEIRINHAS

Coube-lhe estudar e propor medidas que possibilitem conduzir o ordenamento territorial da Amazônia, harmonizando as atividades econômicas com as de proteção do meio ambiente, das comunidades indígenas e das populações envolvidas no processo extrativista e as ribeirinhas.

O Programa Nossa Natureza é um passo decisivo nesta direção.

Todos os grupos de trabalho mantiveram ligações técnicas com os órgãos federais, estaduais e privados com atuação no setor, visando ao aproveitamento da sua experiência e das suas estruturas, inclusive quanto ao acolhimento de propostas e colaboração.

4. os diagnósticos e conclusões dos grupos de trabalho

Os diagnósticos realizados pelos Grupos de Trabalho Interministeriais do Programa Nossa Natureza, nos diversos setores analisados, levam às seguintes conclusões:

cobertura florística

- A Amazônia Legal, apesar do processo desordenado de ocupação que vem ocorrendo a partir dos anos 60, ainda é a região brasileira cuja cobertura florestal, em termos relativos, foi menos alterada;
- a devastação, via desmatamento indiscriminado e queimadas, atinge principalmente as áreas marginais dos eixos rodoviários e ferroviários e as terras adjacentes aos grandes rios;
- a produção regional de madeiras vem apresentando significativo crescimento nas exportações brasileiras desde 1980, em consequência da queda de produção no sul do país, embora não tenha havido um correspondente crescimento da receita das citadas exportações;
- a pecuária extensiva e a agricultura itinerante usam indiscriminadamente o fogo, avançando sobre áreas florestais;
- é inadiável a compatibilização do Código Florestal com a legislação ambiental e agrária, bem como seu aperfeiçoamento;

- existe déficit de unidades de conservação na Amazônia, sendo prioritária a ampliação do número e áreas de parques nacionais, reservas biológicas e florestas nacionais;
- a importância do setor florestal brasileiro e a magnitude dos problemas existentes na área indicam a necessidade urgente de dotar o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis de uma estrutura interiorizada, compatível com a amplitude de suas responsabilidades;
- é importante a fiscalização do órgão ambiental respectivo em todas as fases do planejamento das novas usinas hidrelétricas, a serem construídas na Amazônia, de modo a assegurar a adoção de procedimentos capazes de reduzir o impacto ambiental delas consequente.

substâncias químicas e processos inadequados na mineração

- Os garimpeiros vêm-se constituindo em preocupantes focos de disseminação de doenças como a malária, a hanseníase, a leishmaniose, a tuberculose, além daquelas sexualmente transmissíveis;
- é elevado o número de acidentes e doenças profissionais ocorridos durante os trabalhos de mineração e garimpagem do ouro;
- é necessário montar um programa integrado de atenção à saúde nos garimpos de ouro;
- a garimpagem, apesar de ter-se transformado em importante agente de produção mineral (mais de 80% da produção de ouro), revela características de extrema depredação ambiental e exploração humana, necessitando,

portanto, de medidas que tenham por objetivo básico a promoção social dos garimpeiros, bem como a proteção do meio ambiente;

- é importante e urgente a reformulação do "Código de Mineração", com o objetivo de fazer com que as questões minerais tenham tratamento eficaz e eficiente com relação ao meio ambiente;
- é necessário e urgente, para execução de uma política ambiental na região, o conhecimento prévio das atividades modificadoras do meio ambiente para possibilitar a proposição e a implantação oportunas de medidas de prevenção e controle;
- é necessário instituir programa integrado de avaliação e controle ambiental na Amazônia Legal, com o objetivo de criar mecanismos técnicos e operacionais que subsidiem os órgãos ambientais competentes no controle das atividades potencialmente perniciosas ao meio ambiente;
- a legislação existente para o setor de preservação de madeiras contém diversas falhas e omissões, ocasionando muitos problemas;
- inexistem normas adequadas para as substâncias químicas, desde a sua produção e/ou importação até a disposição final ou eliminação de seus resíduos sólidos, líquidos e gasosos.

estruturação do sistema de proteção ambiental

- A legislação ambiental, embora não contenha contradições entre instrumentos legais, apresenta ambigüidades do ponto de vista formal, bem como lacunas e superposições de funções e conflitos entre os órgãos responsáveis;

- o Sistema Nacional de Meio Ambiente é adequado ao gerenciamento da questão ambiental, ressalvadas as ambigüidades existentes na legislação;

- é necessário o aperfeiçoamento da estrutura do Sistema Nacional de Meio Ambiente, podendo-se apontar, de forma resumida, os seguintes problemas: i) disfunções quanto à sua operacionalização, devidas sobretudo à falta de planejamento global da área ambiental; ii) desnivelamento quanto à dotação de recursos tecnológicos, materiais e humanos, entre as várias organizações participantes do Sistema; iii) superposição de ações no mesmo setor, apoiada em posturas reducionistas, em prejuízo do desempenho geral do sistema administrativo; e iv) uso inadequado de instrumentos modernos de trabalho, que poderiam ampliar as comunicações entre os vários escalões e componentes do Sistema, potencializando os meios de acompanhamento e controle ambiental e elevando o grau de eficiência dos recursos despendidos.

educação ambiental

- Praticamente inexistente Educação Ambiental, salvo iniciativas tímidas em algumas escolas, e discussões a nível das entidades ambientalistas;
- é necessário dotar o país de um programa de educação ambiental abrangendo a educação formal e informal.

pesquisa

- O conhecimento descritivo disponível sobre a Amazônia, a partir de abordagem naturalista, encontra-se, em grande parte, reunido em museus e instituições de história natural do primeiro mundo;

- a pesquisa institucional, desenvolvida pelo Governo Federal na região, iniciou-se apenas na década de 50 com a criação do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA. O resgate do Museu Paraense Emílio Goeldi, em 1966, e a implantação do sistema de pesquisa, são, portanto, iniciativas relativamente novas e convivem ainda com grandes dificuldades;
- é necessário o aproveitamento das instituições com responsabilidade em pesquisas na região, através do fortalecimento das mesmas e do estabelecimento de uma articulação dentro de um sistema devidamente coordenado;
- não é conveniente, no momento, a criação de novos pólos, instituições ou mais centros de pesquisa;
- as instituições de pesquisa, localizadas na região, atuam dentro de um sistema desarticulado e sem coordenação, e apresentam um quadro de carências e debilidades quanto a recursos materiais, financeiros e humanos, fatores que condicionam e limitam as suas atividades, provocando descontinuidade das pesquisas e impossibilitando seu incremento;
- é necessário formular diretrizes gerais para a pesquisa na Amazônia e promover sua coordenação institucional.

proteção do meio ambiente, das comunidades indígenas e das populações envolvidas no processo extrativista e ribeirinhas

- A forma como vêm sendo produzidos os espaços econômicos da Amazônia é essencialmente perversa ao ambiente e às populações locais, principalmente índios, comunidades ribeirinhas e as envolvidas em processos extrativistas. Este processo de ocupação é tolerado

e muitas vezes incentivado pelas ações do governo;

- a ausência de ações fundiárias eficazes e eficientes ao longo do país, o estabelecimento de preços mínimos unificados dos produtos agrícolas nacionais são exemplos de políticas públicas que contribuem para pressionar a posse e a exploração da terra na região amazônica, sem que se tenha ainda condições tecnológicas de aproveitamento de suas reais potencialidades;
- a falta de conhecimento aprofundado de processos e técnicas de manejo e ocupação econômica de florestas tropicais exigem, do poder público, a criação de mecanismos que preservem a maior parte do espaço amazônico, até que se desenvolvam ciência e tecnologia adequadas à região;
- é necessário que se incentive a utilização, de forma mais intensiva, de espaços do território nacional que contem com mais infra-estrutura e melhor conhecimento do manejo de seus recursos;
- é preciso formular propostas de ordenação do território amazônico, de modo a compatibilizar os interesses econômicos, sociais e ambientais, presentes na região.

5. resultados

Os seis grupos de trabalho desenvolveram uma intensa e permanente atividade, de outubro do ano passado até os dias atuais, sob a coordenação da comissão executiva. O produto deste trabalho foi entregue aos governos estaduais, órgãos e instituições da Amazônia, tendo sido debatido por amplos segmentos das sociedades das Amazonas Ocidental e Oriental, em Manaus e Belém.

As medidas a serem propostas ao Presidente Sarney, no âmbito do Programa

Nossa Natureza, podem ser assim resumidas:

- Revisão, ordenamento e agilização da legislação ambiental brasileira, inclusive quanto ao uso de substâncias químicas e processos de mineração.
- Proposta de reestruturação do sistema governamental de controle e preservação do meio ambiente, através da criação de polícias especializadas, destinadas a fiscalizar o cumprimento da lei e coibir as práticas predatórias; do emprego do sensoriamento remoto; do fortalecimento da estrutura e controle e outras medidas, a par da captação de recursos internos e externos.
- Proposta de incremento da implantação do zoneamento ecológico, particularmente nas áreas amazônicas.
- Proposta de criação de novas reservas florestais e áreas indígenas.
- Proposta de implantação de um programa de educação ambiental, a nível nacional.
- Proposta de revisão e disciplinamento da aplicação de incentivos fiscais, créditos oficiais e investimentos públicos na Amazônia.
- Prorrogação dos trabalhos da comissão executiva do Programa Nossa Natureza, para o acompanhamento das atividades de todo o programa, até sua completa implementação.

Medidas consideradas mais urgentes já foram implementadas, logo ao início dos trabalhos no âmbito do Programa Nossa Natureza, tais como:

- Suspensão da concessão de incentivos do FINAM e de créditos oficiais a projetos pecuários na Amazônia Legal.

- Suspensão da exportação de madeira em toras.

- Criação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, órgão autônomo ligado ao Ministério do Interior, com a finalidade de formular, coordenar e conduzir a execução da política nacional para estes setores. A mesma medida provisória extingue a SEMA e a SUDEPE, que, com a SUDHEVEA e o IBDF, já anteriormente extintos, têm as suas responsabilidades, patrimônio, pessoal, etc. transferidos para o novo órgão.

6. medidas complementares

Além das medidas já implementadas e daquelas em fase final de apreciação, que constituem o resultado concreto dos trabalhos desenvolvidos dentro do Programa Nossa Natureza, os grupos de trabalho levantaram outras iniciativas que, embora não diretamente relacionadas com questões ambientais, são indispensáveis para a eficácia do programa.

Neste sentido estão sendo propostas, complementarmente, as seguintes medidas:

agilizar a execução da reforma agrária no país

Difícilmente será possível organizar a ocupação do espaço de maneira adequada ao meio ambiente, e assim preservar os recursos naturais dos efeitos danosos de uma ocupação predatória, se a Amazônia continuar sofrendo o mesmo nível de pressão sobre a posse de terra que marcou o recente período de ocupação da região.

A conservação do meio ambiente da Amazônia, grande prioridade deste governo e objeto principal do Programa Nossa Natureza, está, assim, intrinse-

camente relacionada com a solução dos problemas que têm obstaculizado a execução da reforma agrária, na escala prevista pelo PNRA.

intensificar a ocupação econômica da região centro-oeste

Estrategicamente situados entre a Amazônia, a ser conservada, e a região urbanizada e industrial do Brasil Litorâneo, incapaz de absorver satisfatoriamente os excedentes demográficos ainda persistentes, os cerrados do Brasil Central reúnem potenciais favoráveis a um adensamento com o máximo de retorno econômico e rebatimento social, e com a menor restrição ecológica, favorecidos pela existência de tecnologia apropriada.

Uma válvula de escape ao atual processo de ocupação econômica do espaço brasileiro precisa ser oferecida nessa faixa.

formular um programa integrado de apoio à dinamização da justiça e da segurança pública na Amazônia

A experiência recente tem demonstrado uma vinculação cada vez maior entre as questões ambientais e aquelas referentes à administração da justiça e da segurança pública.

Neste sentido propõe-se que, complementarmente ao Programa Nossa Natureza, o governo federal, em articulação com os governos estaduais da Amazônia Legal, institua um programa voltado para a capacitação e o aparelhamento dos órgãos responsáveis pela justiça e segurança pública da área, com vistas a garantir o cumprimento das leis, assegurar os direitos humanos básicos e de cidadania e criar condições para que grupos e indivíduos em conflito possam resolver suas contendas dentro dos mecanismos previstos pelas leis do país.

estudar a viabilidade de montagem de estrutura unificada de monitoramento territorial

Os equipamentos e técnicas de monitoramento possuem enorme potencial e ampla abrangência, servindo, a um só tempo, à atividade de controle ambiental, qualificação de recursos naturais, classificação e identificação de solos, observações de desenvolvimento agrícola, de cunho meteorológico e hídrico, etc., servindo a um número enorme de usuários dentro e fora dos órgãos da administração pública.

Faz-se necessário assegurar a utilização de todo o potencial existente no governo, visando assegurar um efetivo controle ambiental.

estudar a viabilidade de formação de fundo de apoio às ações de natureza ambiental

A priorização das ações de conservação ambiental deverá exigir, a curto e médio prazos, recursos substanciais provavelmente incompatíveis com a realidade orçamentária dos órgãos envolvidos.

Em que pese aos cuidados com eventuais ingerências externas que tais ações possam acarretar, é possível pensar-se na criação de um fundo para absorver tais recursos, além de outros provenientes de doações e/ou programas bilaterais de cooperação técnica.

7. conclusão

O processo de deterioração do meio ambiente, presente em todo o mundo, alcançou dimensões preocupantes pela falta de previsão e pela ambição do próprio homem, em seu afã de desenvolvimento. Extensas áreas dos cinco continentes foram devastadas em nome do progresso. A Amazônia é, hoje, o último grande reduto ecológico pratica-

mente intocado do planeta. É preciso evitar que os mesmos erros até hoje cometidos em nome do progresso acabem, também, por vitimá-la.

A Amazônia brasileira é patrimônio soberano do Brasil. O País não abrirá mão de integrá-la – política, social e economicamente – ao conjunto da nação. Pretende fazê-lo, porém, de forma harmônica, ordenada e racional.

São três os principais desafios básicos para a implantação do desenvolvimento sustentado na Amazônia:

1. Quanto às áreas conservadas, ou seja, aquelas que ainda não foram degradadas pela exploração predatória, e que correspondem a mais de 90% da área total:

- aproveitamento racional, conservação do meio ambiente e proteção das comunidades indígenas e das populações, incluindo as ribeirinhas.

2. Quanto às áreas de fronteira agrícola, em processo de ocupação:

- controle e condução do processo.

3. Quanto às áreas já ocupadas:

- restauração da capacidade produtiva.

O Brasil – Governo e povo unidos no mesmo propósito – está decidido a enfrentar os desafios. Em coordenação com os demais países amazônicos e contando com

a cooperação internacional, pretende vencê-los a qualquer custo.

O Programa Nossa Natureza é um passo decisivo nesta direção. Com ele, o Brasil pretende demonstrar a mesma capacidade de organização e de realização que já ficaram patentes na implantação do Pró-Álcool e de outros programas ligados à ecologia.

Hoje concluímos uma etapa importante na busca dos nossos objetivos com relação à Região Amazônica. Nela lançamos as buscas da proteção ambiental, necessária ao desenvolvimento (sustentável, permanente e constante), débito secular da sociedade brasileira para com a Amazônia e sua gente.

A partir de agora o Programa entrará, sem solução de continuidade, em uma nova e mais importante etapa, qual seja a de promover o desenvolvimento econômico e social da Região em harmonia com a proteção do meio ambiente e a valorização da qualidade de vida da população, e, dessa forma, integrá-la de maneira irreversível à comunidade nacional.

O Programa continuará objeto de acompanhamento permanente, por intermédio da Comissão Executiva, coordenada pela Secretaria de Assessoramento da Defesa Nacional no que diz respeito à Ordenação Territorial, acompanhamento dos projetos de lei submetidos ao Congresso Nacional, regulamentação das leis editadas bem como o estudo e proposição de novas medidas necessárias à continuidade do Programa, dentro dos padrões definidos pelo Governo.

reunião dos presidentes dos países da região amazônica

Discurso pronunciado pelo Presidente José Sarney, em Manaus, em 4 de maio de 1989

Grande é a honra do Brasil em receber os Presidentes dos países amazônicos e suas ilustres delegações para esta primeira reunião de cúpula no âmbito do Tratado de Cooperação Amazônica. E eu, pessoalmente, tenho uma satisfação imensa em estarmos reunidos. É um acontecimento marcante na história do nosso continente, um alento decisivo à cooperação regional.

Manaus nos ajuda a uma reflexão conjunta sobre o futuro da região. Aqui se encontram as águas dos rios Negro e Solimões, como a nos indicar o caminho da convergência das vontades para solucionar problemas. A grandiosidade da natureza evoca a extraordinária dimensão do desafio que nos cabe enfrentar para proteger e promover o inestimável patrimônio amazônico de nossos países. Um desafio a nós legado pela providência e pelo sacrifício das gerações heróicas que forjaram nossas nações.

Para nossos países a Amazônia foi uma parte do suporte físico da nacionalidade. Custou sangue, luta, tenacidade, heroísmo de nossos antepassados. É uma característica singular de nossas geografias.

A Amazônia constitui objeto de fascinação universal. Seus mistérios, sua vastidão, suas dimensões míticas têm exaltado imaginações em todo o mundo. E, também, cobiça.

Desde o início da configuração política da América do Sul a Amazônia foi alvo da ambição mundial. A tese de sua internacionalização não é nova, nem vai desaparecer. Ela surge e ressurge e ganha maiores ou menores contornos com a nossa capacidade de reagir. Se vacilarmos ou não tivermos a determinação de mantê-la conservada e soberana, ela será destruída como o foram todas as terras ocupadas pela ação dos impérios.

Falo de documentos brasileiros. Em meados do século XIX foi criada a Amazon Steam Navigation Company, incorporada pela firma Le Roy, Bayard, Co. A tese dominante era da livre navegação internacional dos grandes rios. Eles seriam patrimônio de todos. Reagimos. Arthur Reis, grande historiador e estudioso desta área, nos diz o seguinte: "Tomou corpo a alegação de que o Brasil cometia um crime contra a humanidade, denominação que se deu à nossa atitude, da porta fechada a barcos que vinham trazer a civilização".

Moveu-se uma grande campanha mundial sobre esse assunto envolvendo várias entidades. Matthew Fontaine Maury, um dos que comandava a tese de internacionalização dos rios, em seu livro *The Amazon River and Atlantic Slopes of South America*, editado em 1853, dizia que "a Amazônia não podia ser fechada para a humanidade, estava aguardando raças fortes e decididas para a empresa de sua conquista científica e econômica".

Nosso Embaixador em Washington, em documento de 14 de novembro de 1850, que está arquivado no Museu de Petrópolis, diz:

"A pretensão de fazer explorar por sua conta, e por seus engenheiros e naturalistas, o rio das Amazonas, suas margens e tributários, envolve como consequência necessária a pretensão de obter a livre navegação".

Já no princípio do século, o objetivo era outro. A Amazônia devia ser aberta às famosas *chartered companies*, o instrumento utilizado para colonização da África e que depredou a natureza daquele continente.

Outro documento importante que consta dos arquivos brasileiros é o ofício de 1902, do Barão do Rio Branco, em que comunica que o Ministro do Exterior de um grande país europeu, o Sr. Oswald Richtofen, dizia "seria conveniente que o Brasil não privasse o mundo das riquezas naturais da Amazônia".

Outro documento nosso, também, do princípio do século é do Secretário de Estado John Hay. Dizia:

"Não vejo perigo, para a soberania das nações americanas, no fato de companhias industriais se instalarem para o desenvolvimento das terras que jazem incultas".

Depois da guerra veio outro movimento, desta vez a Amazônia receberia os excedentes populacionais da Ásia. Em seguida, a preocupação científica, chegando a UNESCO a elaborar uma decisão internacional que, ao ser analisada pelo nosso Congresso, provocou o protesto de Artur Bernardes. Não a aprovamos.

Recente documento, emanado de poderoso grupo com extensas ramificações internacionais, afirma que "A Amazônia total, cuja maior área fica no Brasil, mas

compreendendo também partes dos territórios venezuelano, colombiano e peruano, é considerada por nós como um patrimônio da humanidade. A posse dessa imensa área pelos países mencionados é meramente circunstancial". E prossegue: "É nosso dever garantir a preservação da Amazônia e de seus habitantes aborígenes para o seu desfrute pelas grandes civilizações européias cujas áreas naturais estejam reduzidas a um limite crítico".

Ressurge, assim, o mesmo tema. As palavras não mudaram, são as mesmas: "crime contra a humanidade". A razão é que mudou, a palavra mágica passou a ser ecologia. E acusam-nos de incapazes de gerirmos os nossos territórios.

Pois lembre-se a humanidade que fomos nós que preservamos a Amazônia. Ela está intacta graças à resistência de nossos países.

Se tivéssemos aceito as companhias colonizadoras, internacionalizando os rios, aberto mão da nossa soberania, a Amazônia seria hoje um deserto, há cem anos explorada pelo mesmo espírito que acabou com as florestas da terra.

Isto mostra nossa coerência histórica. No passado, evitamos que a Amazônia fosse destruída pela cobiça internacional. No presente e no futuro nós a preservaremos com o mesmo senso de responsabilidade.

Sabemos que precisamos evitar as queimadas, a ocupação predatória, a destruição dos rios, da fauna, da flora, da cultura e das terras indígenas. Em suma: evitar que o desenvolvimento se faça contra a natureza. Agiremos de maneira racional, sem precisar de nenhuma tutela.

Precisamos também acabar com o flagelo do narcotráfico e seus efeitos nocivos contra o meio ambiente.

É preciso desvendar a face oculta do narcotráfico e seus interesses na manipulação do idealismo da defesa da natureza.

Estamos lutando em muitas frentes: contra o terror, contra a pobreza, a droga.

A preservação do meio ambiente tem que ser vista no contexto dessa luta e não pode ser desvirtuada.

Não podemos ser encurralados.

Exemplo notável de solidariedade regional, de manifestação de objetivos comuns e vontade política convergente constitui a Declaração de São Francisco de Quito, adotada há poucas semanas, na III Reunião de Chanceleres do Tratado de Cooperação Amazônica. Reafirmou-se então a determinação de nossos países em buscar o desenvolvimento integral de seus territórios amazônicos e o bem-estar de suas populações, com base no equilíbrio entre crescimento econômico e conservação ambiental, ambos de responsabilidade inerente à soberania dos países-membros do Tratado.

Evitando incorrer nos graves equívocos que levaram à exploração predatória dos recursos naturais em outras áreas do planeta, cabe a nós, países amazônicos, buscar formas e métodos que permitam a utilização racional das riquezas da Amazônia, em benefício de nossas próprias populações.

À cooperação internacional caberá, sem dúvida, um papel relevante no desenvolvimento da região.

Estamos abertos à cooperação franca, leal e igualitária com países e instituições de outras regiões, que desejem aportar recursos materiais e humanos a esta importante tarefa.

Acredito porém que, antes de mais nada, devemos explorar as férteis avenidas de cooperação intra-regional que temos pela frente. Somos os primeiros interessados na Amazônia. O que ocorre aqui afeta-nos diretamente. Diz respeito ao nosso presente e ao nosso futuro.

Ninguém melhor que nós pode decidir o que cabe fazer ou não na Amazônia. Saudamos pois a criação, no âmbito do Tratado de Cooperação Amazônica, da Comissão Especial sobre Meio Ambiente, cujo funcionamento permitirá aprofundar nosso diálogo em relação à complexa ecologia amazônica e incrementará, de forma substancial, a cooperação regional nessa área sensível e promissora.

O futuro da região será determinado por nossos países, mediante o fortalecimento de nossa cooperação.

Cabe a nós, detentores deste inigualável patrimônio, demonstrar de quanto somos capazes em matéria de conservação e utilização racional do meio ambiente. Não precisamos de lições e rejeitamos firmemente qualquer tipo de pressão ou coação.

Estamos unidos também pela etnia e a mescla de culturas que, em cada um dos países amazônicos, constituem elementos distintivos de nossas nacionalidades. Às ricas culturas autóctones vieram agregar-se contribuições de diferentes partes do globo – da África, da Ásia, da Europa.

É nosso dever, como governantes, dar expressão real à vocação de cooperação que anima nossos povos. Para isso aqui estamos reunidos.

Senhores Presidentes,

Afirmei certa vez que um país que tem a Amazônia não teme o futuro. Estou seguro de que nossos oito países, irmãos na preservação e no aproveitamento de seu patrimônio comum, caminharão decididamente ao encontro de seu destino histórico de prosperidade e paz. Temos a Amazônia. Não temos medo do futuro.

Declaração da Amazônia

Os Presidentes dos países-membros do Tratado de Cooperação Amazônica, reunidos em Manaus no dia seis de maio de 1989 com o propósito de realizar uma reflexão conjunta sobre seus interesses comuns na Região Amazônica e, em particular, sobre o futuro da cooperação para o desenvolvimento e a proteção do patrimônio de seus respectivos territórios amazônicos, adotamos a seguinte

Declaração da Amazônia

1. No espírito de amizade e de entendimento que anima o nosso diálogo fraterno, afirmamos a disposição de dar todo impulso político ao esforço de concertação que nossos Governos vêm empreendendo no marco do Tratado de Cooperação Amazônica, assinado em 3 de julho de 1978, e também no marco de suas relações bilaterais, com vistas a promover a cooperação entre nossos países em todas as áreas de interesse comum para o desenvolvimento sustentável da região amazônica. Nesse sentido, comprometemo-nos a dar impulso ao cumprimento das decisões contidas na Declaração de São Francisco de Quito, adotada por nossos Ministros de Relações Exteriores em 7 de março de 1989.

2. Conscientes da importância de proteger o patrimônio cultural, econômico e ecológico de nossas regiões amazônicas e da necessidade de mobilizar esse potencial em proveito do desenvolvimento econômico e social de nossos povos, reiteramos que o patrimônio amazônico deve ser conservado por meio da utilização racional dos recursos da região, para que as gerações atuais e futuras possam usufruir os benefícios desse legado da natureza.

3. Expressamos o nosso apoio às recém-criadas Comissões Especiais do Meio Ambiente e de Assuntos Indígenas, destinadas a fomentar o desenvolvimento, conservar os recursos naturais, o meio ambiente e as respectivas populações amazônicas, e reiteramos o pleno respeito ao direito que assiste às populações indígenas dos territórios amazônicos de que sejam adotadas todas as medidas conducentes à manutenção e preservação da integridade dos grupos humanos, suas culturas e do seu *habitat* ecológico, no exercício do direito inerente à soberania de cada Estado. Reiteramos, igualmente, nosso apoio a ações que conduzam ao fortalecimento da estrutura institucional do Tratado de Cooperação Amazônica, de acordo com o preconizado na Declaração de São Francisco de Quito.

4. Reafirmamos o direito soberano de cada país de administrar livremente seus recursos naturais, tendo presente a necessidade de promover o desenvolvimento econômico e social de seu povo e a adequada conservação do meio ambiente. No exercício da responsabilidade soberana de definir as melhores formas de aproveitar e conservar essas riquezas, e em complementação aos nossos esforços nacionais e à cooperação entre nossos países, manifestamos nossa disposição de acolher a cooperação de países de outras regiões do mundo e de organizações internacionais que possam contribuir para a implementação dos projetos e programas nacionais e regionais que decidamos adotar livremente e sem imposições externas, de acordo com as prioridades de nossos Governos.

5. Reconhecemos que a defesa de nosso meio ambiente requer o estudo de medidas, bilaterais e regionais, para prevenir acidentes que causem contaminação e lidar com suas consequências.

6. Assinalamos que a proteção e a conservação do meio ambiente na Região, um dos objetivos essenciais do Tratado de Cooperação Amazônica, a que cada um de nossos países está firmemente dedicado, não podem ser alcançadas sem a melhoria das angustiantes condições sociais e econômicas que afligem nossos povos e que são agravadas por uma conjuntura internacional cada vez mais adversa.

7. Denunciamos as graves características da dívida externa e de seu serviço, que nos convertem em exportadores líquidos de capital para os países credores, às custas de sacrifícios intoleráveis para nossos povos. Reiteramos que a dívida não se pode pagar nas atuais condições e circunstâncias, e que seu tratamento se deve basear no princípio da co-responsabilidade, em termos que permitam a retomada do processo de crescimento econômico e desenvolvimento em cada um de nossos países, condição essencial para a proteção, conservação, aproveitamento e utilização racional do nosso patrimônio natural.

8. Ressaltamos a necessidade de que as preocupações expressas nos países altamente desenvolvidos com relação à conservação do meio ambiente amazônico se traduzam em medidas de cooperação nos planos financeiro e tecnológico. Defendemos o estabelecimento de novos fluxos de recursos, em termos adicionais e concessionais, para projetos voltados para a proteção ambiental em nossos países, inclusive no que diz respeito à pesquisa científica pura e aplicada, e objetamos a tentativas de impor condicionalidades na alocação de recursos internacionais para o desenvolvimento. Esperamos ver a criação de condições que

permitam o livre acesso ao conhecimento científico e às tecnologias não-poluentes ou destinadas à proteção ambiental e rechaçamos tentativas de obter lucro comercial invocando legítimas preocupações ecológicas. Fundamenta essa percepção, sobretudo, o fato de que a principal causa da deterioração do meio ambiente em nível mundial são os modelos de industrialização e consumo, assim como o desperdício nos países desenvolvidos.

9. Conscientes dos riscos globais que representa para a vida e a qualidade do meio ambiente a existência de armas nucleares e de outras armas de destruição em massa e preocupados em preservar nossa região de tais ameaças, reafirmamos os compromissos de nossos países de utilizar a energia nuclear exclusivamente para fins pacíficos e instamos os países possuidores de armas nucleares a cessar imediatamente os testes de tais armas e a promover a eliminação progressiva de seus arsenais. Repudiamos igualmente o depósito de resíduos radioativos e outros resíduos tóxicos que comprometam os ecossistemas na Região Amazônica. Manifestamos a necessidade de que sejam adotadas as medidas adequadas para reduzir os riscos de contaminação ambiental na utilização pacífica da energia nuclear. Expressamos também nosso apoio aos objetivos e propósitos do Tratado para a Proscrição de Armas Nucleares na América Latina.

10. Convencidos da necessidade de intensificar o processo de consulta e diálogo entre nossos países sobre todos os assuntos relativos ao desenvolvimento da Região Amazônica, inclusive os previstos no Tratado de Cooperação Amazônica, e seguros de que nossa cooperação fortalece a integração e a solidariedade na América Latina, afir-

mamos nossa decisão de conjugar esforços num empreendimento conjunto, vigoroso e pioneiro, voltado para assegurar um futuro de paz, de cooperação e de prosperidade para as nações da Região Amazônica. Para tanto, decidimos passar a reunir-nos anualmente.

Pelo Governo do Brasil
José Sarney

Pelo Governo do Equador
Rodrigo Borja

Pelo Governo do Peru
Alan García Pérez

Pelo Governo da Venezuela
Carlos Andrés Pérez

Pelo Governo da Colômbia
Virgílio Barco

Pelo Governo da Guiana
Hugh Desmond Hoyte

Pelo Governo do Suriname
Ramsewak Shankar

Pelo Governo da Bolívia
Valentín Abecia Baldivieso

Os Presidentes dos países-membros do Tratado de Cooperação Amazônica, reunidos em Manaus no dia seis de maio de 1989,

Apoiamos com satisfação a iniciativa de parlamentares dos países-membros do Tratado de Cooperação Amazônica para a criação do Parlamento Amazônico, como indicação da disposição de complementar e reforçar nossas ações conjuntas no marco do desenvolvimento do Tratado.

Pelo Governo do Brasil
José Sarney

Pelo Governo do Equador
Rodrigo Borja

Pelo Governo do Peru
Alan García Pérez

Pelo Governo da Venezuela
Carlos Andrés Pérez

Pelo Governo da Colômbia
Virgílio Barco

Pelo Governo da Guiana
Hugh Desmond Hoyte

Pelo Governo do Suriname
Ramsewak Shankar

Pelo Governo da Bolívia
Valentín Abecia Baldivieso

Declaração Conjunta Brasileiro-Peruana

Atendendo a convite de Sua Excelência o Senhor José Sarney, Presidente da República Federativa do Brasil, o Presidente da República do Peru, Doutor Alan García Pérez, efetuou visita de trabalho ao Brasil nos dias 6 e 7 de maio de 1989.

Os dois Presidentes mantiveram cordiais e frutíferas conversações sobre assuntos de interesse comum, com ênfase especial no conjunto das relações bilaterais entre os dois países, e reiteraram seu interesse em incrementar tais relações.

Ao final das conversações, e como resultado delas, convieram subscrever a seguinte

Declaração Conjunta

I. Reiteramos o pleno apoio e adesão de nossos países aos princípios consagrados nas Cartas das Nações Unidas e da Organização dos Estados Americanos, particularmente os de igualdade soberana dos Estados, de fiel e estrito cumprimento das obrigações emanadas dos tratados e outras fontes de Direito Internacional, de não-ingeração em assuntos internos de outros Estados, de renúncia à ameaça ou uso da força e de solução pacífica de controvérsias.

II. Notamos com satisfação a recente evolução positiva da atmosfera política internacional, refletida sobretudo na me-

Ihoria do clima de diálogo entre as superpotências e na nova disposição para encaminhamento negociado de diversos conflitos regionais. Saudamos a auspiciosa revitalização do multilateralismo como instrumento para a redução das tensões internacionais, com particular menção à atuação das Nações Unidas nesse contexto.

III. No tocante à situação na África Austral, acolhemos com satisfação os entendimentos alcançados entre as partes interessadas no Protocolo de Brazzaville e nos Acordos de Nova York, e instamos todas a um firme e escrupuloso cumprimento da Resolução 435/78 do Conselho de Segurança, relativa à independência da Namíbia. Reiteramos, nesse contexto, a convicção de que a total eliminação das tensões naquela região do globo só advirá de forma estável e duradoura com a abolição do odioso sistema do *apartheid* na África do Sul.

IV. Ratificamos a importância que atribuímos ao Mecanismo Permanente de Consulta e Concertação Política como instrumento eficaz para a discussão, análise e adoção de posições conjuntas frente aos diversos problemas que nos afetam. Do mesmo modo, reiteramos o apoio aos demais esforços de cooperação regional, tais como a OEA, o SELA e a ALADI, entre outros, como expressões que, em função de seus respectivos objetivos, refletem a mesma vontade de cooperação e integração.

V. Quanto à questão da América Central, reafirmamos nosso apoio aos esforços de paz na região efetuados pelos Chefes de Estado centro-americanos e pelos Grupos de Contadora e de Apoio, e reiteramos a conveniência de que todas as partes com interesse na região dêem apoio a suas iniciativas e contribuam para que elas logrem alcançar seus objetivos de paz, democratização, reconciliação e prosperidade para aqueles países.

VI. Salientamos a importância da continuação e do fortalecimento dos processos democráticos na América Latina como garantia da livre expressão da vontade dos povos e como o caminho mais adequado para direcionar os esforços destinados ao desenvolvimento justo, equilibrado e harmônico de suas sociedades, agora ameaçadas pela grave crise econômica e suas conseqüências políticas.

VII. Reafirmamos que a dívida externa que assola os países em desenvolvimento não pode ser paga nas atuais condições, e que o problema do endividamento só se poderá resolver através de decisões políticas e de negociações conjuntas visando a encontrar novas fórmulas para fortalecer as economias de nossos países, a deter o empobrecimento cada vez mais acentuado de nossas populações e a gerar fluxos líquidos favoráveis de recursos financeiros para os países devedores. Além disso, constatamos que as condições injustas da economia mundial se manifestam igualmente no protecionismo comercial dos países industrializados e em sua pouca disposição em cooperar na transferência de ciência e tecnologia para os países em desenvolvimento.

VIII. Coincidimos quanto à crescente gravitação da Bacia do Pacífico na economia e no comércio internacionais, e quanto às amplas perspectivas que se abrem, para nossos países, por meio de uma ação conjunta que acentue nossa presença e participação nesse novo e promissor espaço econômico. Nesse sentido, comprometemos nossos esforços em estruturar, com a possível incorporação de países vizinhos, uma projeção criativa e dinâmica que permita maior participação de nossas economias no comércio da Bacia do Pacífico e que assente as bases de uma ampla complementação econômica reciprocamente benéfica com os países dessa região.

IX. Destacamos, além disso, o especial compromisso de nossos Governos com o Tratado de Cooperação Amazônica, e acentuamos a importância do apoio político dos países-membros a seus objetivos e mecanismos. Nesse sentido, e em consonância com a "Declaração da Amazônia" e com a "Declaração de Brasília", reafirmamos o pleno e soberano direito que têm as nações em desenvolvimento à utilização de seus recursos naturais, em benefício de seus povos.

X. Tendo-se recentemente concluído a Reunião de Chefes de Estado dos Países-Membros do Tratado de Cooperação Amazônica, conviemos em que seus resultados foram altamente positivos, dentro do quadro proposto de cooperação amazônica. Reiteramos os princípios e decisões adotados na Reunião de Manaus como uma base sólida para a ação conjunta regional sobre o tema do meio ambiente, em suas mais diversas manifestações.

XI. Reiteramos a especial importância que concedemos à cooperação financeira, científico-tecnológica, técnica e cultural entre nossos países como meio para intensificar e estreitar ainda mais os vínculos de amizade, solidariedade e interesses comuns que unem nossos povos. Nesse sentido, expressamos nossa satisfação pelos progressos alcançados desde que assinamos a "Declaração de Rio Branco" e o "Programa de Ação de Puerto Maldonado", e, especialmente, pela recente realização da II Reunião da Comissão Mista de Cooperação Amazônica, pelos avanços do "Programa de Comunidades Fronteiriças Iñapari – Assis Brasil" e outros programas dedicados à área de fronteira.

XII. Destacamos ademais o interesse mútuo em proporcionar apoio às investigações conjuntas na área de ciência e tecnologia, que vêm realizando o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) e o Instituto de Investigaciones de

la Amazonia Peruana (IIAP), bem como a outras instituições que se dedicam a pesquisas na Região Amazônica.

XIII. Reiteramos nosso interesse em continuar executando e em incrementar as ações já previstas de cooperação técnica como instrumento de desenvolvimento, e em possibilitar a adoção de um "Plano de Ação nos Campos de Cooperação Técnica" que inclua os setores prioritários da agricultura e da saúde.

XIV. Salientamos a especial importância e significação de que se reveste a integração física para a intensificação das relações entre nossos países, e, nesse sentido, ratificamos nossa decisão de realizar as interconexões dos sistemas viários dos dois países. Com esse propósito, expressamos nossa intenção de prosseguir com as ações previstas no Acordo de Interconexão Viária entre o Brasil e o Peru, a fim de completar aquela obra, destinada a promover uma maior aproximação e a impulsionar o transporte bilateral e regional.

XV. Reconhecemos a existência de preocupantes desníveis na balança comercial bilateral, e afirmamos a disposição em examinar os meios que permitam dar àquela balança comercial as características desejáveis de adequado equilíbrio dinâmico.

XVI. No contexto do alto nível de entendimento existente entre nossos Governos na área da cooperação econômico-financeira, proporcionaremos as facilidades necessárias para que, no mais breve prazo possível, concretize-se a participação de entidades oficiais e empresas brasileiras em diversos projetos peruanos de desenvolvimento. Nesse sentido, acordamos também que os setores técnico-financeiros competentes de nossos Governos continuem explorando possibilidades de alcançar fórmulas inovadoras e mutuamente satisfatórias que permitam aumentar as disponibili-

dades de recursos financeiros para esse tipo de projeto.

XVII. Determinamos aos setores competentes dos nossos respectivos Governos o estudo abrangente de projetos de desenvolvimento previamente selecionados, dentre os quais se destacam o eventual aproveitamento do gás natural de Camisea, bem como de concentrado de cobre de Cerro Verde.

XVIII. Tomamos nota, com satisfação, da assinatura, em 5 de maio passado, do "Acordo Complementar de Cooperação Técnica em Matéria Energética e Científica entre a BRASPETRO e a PETROPERU", para a realização de estudos relativos à exploração e avaliação das reservas e exploração do campo de gás natural de Camisea; de estudos do sistema de coleta, reinjeção e processamento do gás; estudo de engenharia de dutos; avaliação econômica e integral do projeto; aquisição de gás liquefeito de petróleo e outros derivados e, finalmente, para o apoio tecnológico na exploração e exploração de hidrocarbonetos na plataforma continental.

XIX. Da mesma forma, expressamos nossa satisfação pelo fato de que, com relação ao aproveitamento das reservas de gás natural de Camisea, e com o objetivo de alcançar a integração energética, as empresas ELETROBRÁS e ELECTROPERU concordaram em colaborar na realização de um estudo técnico-econômico. Esse estudo deverá iniciar-se durante 1989, com vistas a determinar as condições que permitam a viabilidade de abastecimento de energia elétrica ao Brasil, na região do Acre e da Rondônia.

XX. Enfatizamos, no contexto das relações bilaterais, a importância e o bom andamento do projeto de irrigação de Chavimochic, que reflete o interesse e a disposição mútua em cooperar na realização de projetos de desenvolvimento.

XXI. Congratulamo-nos pelo bom andamento da cooperação entre o Brasil e o Peru no combate aos entorpecentes, no marco do Convênio de Assistência Recíproca para a Repressão do Tráfico Ilícito de Drogas que Produzem Dependência, de 1976. A Comissão Mista Brasil - Peru sobre Entorpecentes e a Sub-comissão Mista de Fronteira Tabatinga - Iquitos têm-se reunido com a frequência necessária e apresentam balanço positivo na atuação conjunta dos dois países neste campo. A entrada em vigor da Convenção das Nações Unidas contra o Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas, assinada em Viena pelos dois Governos, em dezembro de 1988, deverá fortalecer a excelente cooperação que já se verifica no nível bilateral.

XXII. Convocamos para o segundo semestre do corrente ano a Reunião da Comissão de Coordenação Brasileiro-Peruana, na cidade de Lima, com a finalidade de avaliar o conjunto das relações e de propor medidas para incrementá-las e fortalecê-las, e identificar novas áreas de cooperação.

XXIII. Finalmente, manifestamos que o desenvolvimento histórico das sempre pacíficas relações entre nossos dois países permitiu que se alcançasse um alto nível de entendimento político, de respeito mútuo entre nossos povos e Governos e de cooperação efetiva e crescente em numerosos campos de interesse para ambos os Estados. Concordamos igualmente que é peremptório realizar todos os esforços para continuar aprofundando um relacionamento que demonstrou ser mutuamente benéfico e que contém possibilidades ainda maiores de complementação econômica, concertação política e vinculação social e cultural. Ademais, coincidimos em que esses esforços se enquadram no propósito compartilhado por nossos povos e Governos de promover a integração e a unidade, com vistas à formação de uma Comunidade Latino-Americana de Nações, segundo

dispõem as Constituições de ambos os países.

Ao subscrever esta Declaração Conjunta, o Presidente da República do Peru, Alan García Pérez, expressou seus agradecimentos pelas cordiais atenções recebi-

das e convidou o Presidente do Brasil, José Sarney, a visitar o Peru, convite esse que foi aceito com satisfação.

Feito em Manaus, em 7 de maio de 1989, nos idiomas português e espanhol.

seminário cooperação técnica internacional: o papel da abc

Discurso do Presidente José Sarney por ocasião da abertura do Seminário, no Palácio Itamaraty, em 22 de maio de 1989

É com grande satisfação que, um ano e meio após ter presidido a solenidade de instalação da Agência Brasileira de Cooperação, retorno a esta casa para abrir o Seminário Cooperação Técnica Internacional: O Papel da ABC.

Naquela oportunidade, com a criação da Agência, dotou-se o Itamaraty de novo instrumento de política externa para enfrentar os desafios da vida internacional.

Neste curto espaço de tempo, a Agência Brasileira de Cooperação vem cumprindo plenamente os seus objetivos, coordenando as ações de diferentes segmentos da comunidade nacional e estrangeira que participam das atividades de cooperação técnica no Brasil e no exterior.

No mundo de hoje, a cooperação técnica constitui eficiente mecanismo de estreitamento das relações bilaterais entre os países envolvidos.

Seus efeitos repercutem nos mais diversos campos da sociedade e conduzem a um melhor conhecimento recíproco, o que é extremamente positivo.

Em minhas recentes visitas oficiais ao exterior, tenho podido comprovar pessoalmente a grande importância destas atividades de cooperação.

Nas conversações que mantive com o Presidente José Eduardo dos Santos, em Angola, nasceu a idéia de um amplo esforço conjunto no qual a cooperação brasileira foi chamada a assumir papel de relevo, no âmbito do atual processo de reconstrução daquele país.

Sugeri mesmo a criação de uma comissão de emergência para melhor definir e coordenar as ações a serem desenvolvidas.

No Suriname, foi com grande alegria que testemunhei o estabelecimento do Plano de Ação de Paramaribo nos Campos da Cooperação Técnica e Científica, verdadeiro marco da nova fase da colaboração bilateral.

Com a Guiana, tive a oportunidade de reforçar o apoio de meu Governo às atividades de cooperação que haviam sido delineadas no Programa de Trabalho de Georgetown, assinado durante a visita do Ministro Abreu Sodré àquele país, em setembro do ano passado.

Esse elenco de ações específicas ilustra o amplo espectro de demandas de cooperação que o Brasil vem recebendo nos últimos tempos, o que nos permite compartilhar experiências compatíveis com a realidade dos demais países do hemisfério sul.

No que se refere à cooperação recebida, a ABC tem procurado orientar e coordenar os diferentes projetos em execução, de inestimável apoio ao processo nacional de desenvolvimento sócio-econômico.

Essa experiência, adquirida na condução e no tratamento dos temas de cooperação, permitiu que a Agência, já a partir deste ano, passasse a privilegiar, no relacionamento com os países doadores, a elaboração de programas integrados que correspondam aos imperativos nacionais de desenvolvimento, nos moldes dos que vêm sendo implementados com a República Federal da Alemanha e com o Canadá.

De não menos importância para o país tem sido igualmente o aporte de organismos internacionais na área de cooperação técnica, a exemplo do IV Programa Nacional de Cooperação Técnica entre o Brasil e o PNUD.

Senhoras e Senhores,

As ações de cooperação técnica implicam, em sua essência, contribuição efetiva à criação, modernização e diversificação de infra-estruturas.

Traduzem a disposição de diferentes países de colaborarem uns com os outros, compartilhando experiências e possibilitando a superação de etapas na marcha rumo ao desenvolvimento.

Constituem, assim, instrumentos que possibilitam melhor conhecimento e maior compreensão entre os povos.

Esse espírito deverá nortear os debates do Seminário que ora se inicia, e que, estou certo, contribuirão para o aperfeiçoamento dos mecanismos existentes, bem como para o estímulo a novas iniciativas na área de cooperação técnica internacional.

Desejo, pois, aos senhores êxito em suas deliberações.

Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, interino, Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima

Excelentíssimo Senhor
Presidente da República,
Doutor José Sarney,

Excelentíssimos Senhores
Chefes de Missões Diplomáticas
Estrangeiras,

Excelentíssimos Senhores
Ministros de Estados,

Excelentíssimos Senhores
Representantes de Organismos
Internacionais,

Excelentíssimo Senhor
Representante do PNUD,
Doutor Eduardo Gutierrez,

Excelentíssimo Senhor
Diretor da ABC,
Ministro Guilherme Leite Ribeiro,

Senhoras e Senhores,

Caros Colegas,

Há quase um ano e meio, Senhor Presidente, Vossa Excelência honrava esta Casa com sua presença, ao presidir a cerimônia de inauguração da Agência Brasileira de Cooperação. Hoje Vossa Excelência nos honra, uma vez mais, em momento de particular importância para a ABC.

Permito-me recordar as palavras de Vossa Excelência naquela ocasião, que descreviam a Agência como o "resultado de um esforço combinado de muitos setores da sociedade brasileira, governamentais e não-governamentais, todos empenhados em concorrer para o êxito de uma tarefa que se revela essencial na integração e cooperação de nosso país com o mundo". O Seminário, que Vossa Excelência hoje inaugura, representa o

ponto culminante desse esforço de colaboração e entrosamento da Agência com os mais diversos segmentos da sociedade brasileira, prestadores ou beneficiários de programas de cooperação técnica.

A ABC foi criada para desempenhar o papel de órgão central do sistema de cooperação técnica internacional do Governo brasileiro. A medida representou considerável avanço operacional no tratamento dado à questão, pois o Brasil, antes simples recipiendário da cooperação internacional, já desenvolvera sua própria capacidade de também cooperar com nações amigas do hemisfério sul.

Essa evolução levou naturalmente à estruturação da Agência segundo duas linhas de atuação básicas: a da cooperação técnica recebida e a da cooperação técnica entre países em desenvolvimento.

Nos próximos três dias, pela primeira vez reunidos, os segmentos interessados na cooperação técnica internacional poderão examinar conjuntamente e em profundidade as atividades da ABC. Antecipo que, dos debates, surgirão novas idéias que estimularão a Agência a aperfeiçoar seus instrumentos de atuação e a definir novos campos e modalidades de cooperação.

Com relação à cooperação técnica recebida, torna-se necessário desenvolver mecanismos de triagem que permitam adequá-la sempre às prioridades nacionais de desenvolvimento sócio-econômico. Cumpre também evitar a duplicação de esforços, buscando-se substituir a prestação de cooperação de fontes estrangeiras por especialistas brasileiros sempre que possível.

Por outro lado, no setor de cooperação técnica entre países em desenvolvimento, existe, estou seguro, vasto campo para o intercâmbio profícuo de informações. Penso que os debates devem procurar

definir diretrizes da cooperação técnica, compatíveis com os diferentes estágios de desenvolvimento de cada país, bem como buscar com criatividade novas fontes de financiamento para as operações, de modo a contornar as limitações impostas pela escassez de recursos orçamentários. Uma alternativa já explorada com êxito consiste na utilização de recursos originários de organismos internacionais, em operações triangulares, e, em menor escala, de recursos provenientes de países industrializados.

Merece especial destaque, por sua permanente disposição de apoiar iniciativas brasileiras no campo da cooperação técnica entre países em desenvolvimento, bem como a própria ABC, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), cujo Representante Residente no Brasil, Doutor Eduardo Gutierrez, estará apresentando um dos painéis do Seminário.

Sugiro, igualmente, que se procure analisar a participação do setor empresarial nas atividades de Cooperação Técnica, definindo-se novas oportunidades e modalidades inovadoras de colaboração com a ABC. Valeria mencionar, a respeito, a criação pela Agência, com o apoio da FINEP, de um fundo fiduciário no Banco Mundial, que viabiliza a contratação de consultores brasileiros na área de engenharia para a atuação em terceiros países.

A ABC dispõe, ainda, de um Fundo Especial de Cooperação Técnica (FUNEC), que tem como objetivo reforçar a flexibilidade administrativa da Agência, podendo receber doações e transferências do setor privado e de Organismos Internacionais, para o financiamento de operações de cooperação técnica. O FUNEC permite, entre outras, a realização de operações conjuntas entre empresas e a Agência.

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores,

Para marcar este evento, estamos lançando o "Prêmio ABC", destinado a divulgar a Agência em âmbito nacional e a estimular o interesse dos nossos profissionais pela atividade de cooperação técnica internacional. Trata-se de concurso de monografias sobre o tema "a cooperação técnica internacional e a atividade empresarial".

A cooperação técnica internacional inspira-se no ideal da colaboração entre países, para o progresso da humanidade. Sua matéria-prima é a transferência de conhecimentos. A posição do Brasil, a um só tempo como doador e recipiendário de cooperação, reflete-se na dupla atribuição da ABC – fato que a singulariza entre as agências similares de países em desenvolvimento. Essa própria dualidade reflete também as peculiaridades de nosso atual estágio de desenvolvimento, com as carências, que reconhecemos e desejamos sanar, e por outro lado, nossa comprovada capacitação técnica em variada gama de conhecimentos.

O segmento de cooperação técnica entre países em desenvolvimento, que queremos ver ampliar-se e diversificar-se na ABC, é a demonstração eloqüente de que o Brasil não se exime de suas responsabilidades no plano internacional. Mesmo distanciado do patamar de conhecimentos científicos e tecnológicos e dos padrões de vida que ostentam os países industrializados, o Brasil oferece-se para compartilhar sua experiência, onde

ela possa ser útil e desejada. Faltam-nos por certo, em razão das limitações de nossa própria condição de país em desenvolvimento e do peso esmagador que advém de nosso endividamento externo, os meios para implementar essa cooperação na escala e extensão que seria de nosso agrado. Mas não nos omitimos e, ao contrário, nos dispomos a realizar mais e mais, quanto melhor racionalizarmos o emprego de nossos recursos e quanto maior for o aporte de fontes que a nós desejem conjugar-se nesse esforço.

Ao rejeitarmos tentativas que se lançam entre os países mais ricos de discriminar o Brasil no tratamento que nos é devido no plano econômico e comercial, nem por isso deixamos de assumir o papel solidário que nos cabe na cooperação internacional.

A oportuna iniciativa de Vossa Excelência, Senhor Presidente, ao criar a Agência Brasileira de Cooperação, dotou o Brasil de mecanismo institucional que permite afirmar a presença da cooperação técnica brasileira e, dessa forma, explicitar em mais essa vertente, nossa vocação de país aberto ao mundo.

Compete aos participantes deste Seminário examinar e definir os meios de realizar plenamente o potencial do sistema implantado e de dar densidade cada vez maior ao nosso genuíno anseio de cooperação.

Muito obrigado, Senhor Presidente, pela honrosa presença de Vossa Excelência a este Seminário.

ministro abreu sodré visita a tchecoslováquia

Comunicado sobre a visita oficial do Ministro das Relações Exteriores à Tchecoslováquia, efetuada no período de 6 a 8 de abril de 1989

A convite de Sua Excelência o Senhor Jaromir Johannes, Ministro dos Negócios Estrangeiros, o Ministro das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil, Doutor Roberto de Abreu Sodré, efetuou visita oficial à Tchecoslováquia de 6 a 8 de abril de 1989.

Durante sua estada em Praga, o Ministro Sodré foi recebido em audiência de cortesia por Sua Excelência o Senhor Ladislav Adamec, Presidente do Governo da República Socialista da Tchecoslováquia. Nesta ocasião, foi ressaltado o excelente estado das relações bilaterais, e manifestado o desejo recíproco de expandi-las, com vistas ao benefício dos dois povos e ao fortalecimento da paz e da segurança internacional.

Nas suas conversações, os dois Chanceleres examinaram em profundidade a situação política e econômica internacional, bem como passaram em revista o relacionamento bilateral. Verificaram a existência de opiniões convergentes sobre diversas questões, sobretudo em relação às que dizem respeito ao desarmamento, à desnuclearização e à necessidade de uma nova ordem econômica internacional. Convieram em envidar esforços no sentido de estreitar os contatos políticos bilaterais, com vistas à permanente atualização do intercâmbio de opiniões e avaliações sobre a presente conjuntura internacional.

O Ministro Johannes informou pormenorizadamente o Ministro Sodré a respeito da proposta apresentada pelo Secretário-geral do Comitê Central do Partido Comunista da Tchecoslováquia, Senhor Milos Jakes, no sentido da criação de uma Zona de Confiança e de Boas Relações de Vizinhança na região limítrofe entre o Tratado de Varsóvia e a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Salientou o interesse com que os parceiros da Tchecoslováquia acolheram a iniciativa, vista como importante contribuição para a concretização da idéia de uma "casa européia comum" e para a continuidade do processo de Helsinque.

O Ministro Sodré expôs ao Ministro Johannes a situação política e econômica do Brasil; referiu-se aos esforços que vêm sendo envidados para encaminhar o problema da dívida externa, apresentou a política brasileira de proteção ao meio ambiente. Mencionou, ademais, a iniciativa dos Estados ribeirinhos do Atlântico Sul, a qual foi recebida pela comunidade internacional, através de resolução adotada pela Assembléia Geral das Nações Unidas, como importante contribuição para o fortalecimento da paz em escala mundial.

No encontro com o Primeiro-Vice-Ministro do Comércio Exterior, Senhor Ladislav Vodraska, em sua qualidade de Ministro

Interino, foram passados em revista temas das relações econômicas e comerciais bilaterais. Ambos constataram que o intercâmbio entre os dois países oferece amplas possibilidades de expansão, não apenas na área comercial, como também no campo da cooperação científica e tecnológica. Manifestaram a esperança de que, durante a XIII reunião da Comissão Mista Brasil – Tchecoslováquia, que deverá ter lugar de 12 a 14 de abril, em Praga, as delegações possam encontrar formas e meios de desenvolver o intercâmbio bilateral, à luz das metas previstas no Acordo de Cooperação Econômica entre os dois países, assinado em 12 de maio de 1988.

Ainda durante a visita, os dois Chanceleres assinaram o Acordo de Cooperação Cultural entre os dois Governos, instrumento que ensejará melhor conhecimento mútuo e a intensificação da cooperação intelectual, artística e desportiva entre os dois países.

O Ministro Roberto de Abreu Sodré manifestou seu agradecimento pela acolhida cordial e hospitaleira que recebeu por parte do Governo e do povo tchecoslovaco e reiterou convite para que o Ministro Johannes efetue visita ao Brasil em data a ser oportunamente fixada.

Praga, em 8 de abril de 1989.

grupo dos oito e cee se reúnem na espanha

Resumo do pronunciamento do Ministro das Relações Exteriores, Roberto de Abreu Sodré, na Reunião de Trabalho entre os Chanceleres do Grupo dos Oito e da CEE, no dia 15 de abril de 1989, em Granada (Espanha)

Um dos objetivos principais desta Reunião de Chanceleres é o de nos permitir uma troca de opiniões franca sobre os problemas econômicos e sociais que afetam a América Latina, com vistas a procurar soluções objetivas que levem à retomada do desenvolvimento econômico.

Não há dúvida de que o principal problema com que se defronta a América Latina nos dias de hoje é o enorme serviço da dívida externa. Ao se tornar uma exportadora líquida de capital, a América Latina passou a ser uma região em que há clara estagnação econômica, e sujeita a ameaças de intranquilidade social. Seria desastroso que a estagnação econômica viesse a colocar em risco as conquistas políticas do Continente, que atravessa um dos seus períodos históricos mais afinados com os ideais democráticos.

O desafio maior, portanto, que temos diante de nós é o de manter nossos compromissos internacionais e, ao mesmo tempo, retomar o desenvolvimento econômico. Seria, assim, imprescindível que, na área internacional, se lograssem termos e condições mais favoráveis aos países latino-americanos e, em geral, se pudessem garantir juros mais baixos, a redução do estoque da dívida e a entrada de novos empréstimos.

Neste contexto, queria fazer referência às iniciativas que surgem, aqui e ali, sobre a

possibilidade de vincular a questão do endividamento externo à proteção do meio ambiente. Sabemos todos que as ameaças ao meio ambiente estão em quase todas as partes do mundo. O Brasil compartilha as preocupações com a manutenção de um meio ambiente estável e acaba de lançar o programa "Nossa Natureza", com vistas a proteger a ecologia nacional. Por outro lado o Brasil está aberto à cooperação internacional na área do meio ambiente, do que temos dado provas freqüentes, inclusive, recentemente, ao oferecer o Brasil para sediar a próxima Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente prevista para 1992.

Consideramos, porém, indevida a tentativa de procurar – intencionalmente ou não – misturar as questões de dívida externa e ecológica, muitas vezes de forma simplista, o que tende a radicalizar ambas as questões, sem resolvê-las de forma definitiva. A Amazônia, por exemplo, tem sido recentemente objeto de propostas totalmente desvinculadas de realismo político e científico, e estas propostas, ao invés de facilitar o entendimento sobre os reais problemas daquela complexa região, podem provocar reações que nos afastam de uma cooperação internacional equilibrada, que tem de levar em conta as realidades da soberania política a que deve estar subordinada.

comemoração do dia do diplomata

Discurso pronunciado pelo Ministro Abreu Sodré por ocasião da cerimônia comemorativa do Dia do Diplomata, no Palácio Itamaraty, em 20 de abril de 1989

Senhor Presidente,

Volta Vossa Excelência a honrar-nos com sua presença na data em que celebramos o dia do patrono de nossa diplomacia, o Barão do Rio Branco.

A participação do Chefe de Estado nesta cerimônia é uma tradição que muito envaidece esta Casa. Traz valioso estímulo aos jovens diplomatas que hoje se formam e que doravante darão, no Itamaraty, sua parcela de contribuição à execução da política externa traçada por Vossa Excelência.

Há um ano, nesta mesma sala, lembrava Vossa Excelência que a diplomacia deve estar apta a lidar com as exigências do cotidiano, à luz dos valores do passado, mas com os olhos postos no futuro.

É árdua a tarefa do diplomata. Deve estar atento às mudanças freqüentes da política internacional, por natureza, cambiante, que escapa a esquematizações simplistas e, cada vez mais, repele a inflexibilidade dos dogmatismos ideológicos, das verdades impostas.

Cabe-lhe sobretudo saber conviver com o novo e renovar-se a cada passo, num auto-aprimoramento constante, em que o exercício da análise crítica e da reflexão não podem, sequer por um instante, estar ausentes.

O diplomata brasileiro representa um país extremamente complexo, de fortes contrastes, que se moderniza e, ao mesmo tempo, luta para superar graves desigualdades. Conhecê-lo a fundo é indispensável ao esforço permanente de compatibilização das necessidades internas com as possibilidades externas – tarefa que está na essência mesma da atividade diplomática.

Senhor Presidente,

Em fevereiro de 1986, Vossa Excelência definia, em reunião ministerial, os objetivos centrais da política externa brasileira. Mencionava, então, o estabelecimento de uma nova ordem econômica internacional mais justa e equitativa, com ênfase para o encaminhamento do problema da dívida externa, a prioridade crescente às relações com os países latino-americanos, a intensificação das relações com a África, a par do repúdio à prática do *apartheid*, o desenvolvimento das relações com a Ásia, o aperfeiçoamento da cooperação com os países de economia planificada, o fortalecimento da ONU, da OEA e demais organizações internacionais. A essas soma-se o aprimoramento constante das relações com os Estados Unidos e países europeus ocidentais, com os quais compartilhamos ampla gama de valores comuns.

A Constituição promulgada em 5 de outubro último consagrou, em seu Artigo 4º, diversos princípios pelos quais o Brasil

pauta, tradicionalmente, sua política externa: a independência nacional, a prevalência dos direitos humanos, a autodeterminação dos povos, a não-intervenção, a igualdade entre os Estados, a defesa da paz, a solução pacífica dos conflitos, o repúdio ao terrorismo e ao racismo, a cooperação entre os povos para o progresso, o direito de asilo.

Tanto os mandamentos constitucionais, como as diretrizes fixadas por Vossa Excelência, já se vão mais de três anos, têm sido invariavelmente cumpridos.

Somos um país pacífico. Os princípios inscritos na Carta Magna balizam uma trajetória voltada para a cooperação e para o desenvolvimento.

O fortalecimento da paz, da concórdia e da segurança internacionais estão entre os objetivos centrais de nossa atuação externa. Na medida de nossas possibilidades, procuramos contribuir para a superação dos antagonismos ideológicos entre o Leste e o Oeste. Vemos, portanto, com agrado o clima de distensão que se tem imposto às relações entre as superpotências. A retomada da via do entendimento, do diálogo, abriu finalmente caminho para um acordo de efetiva redução de armamentos nucleares. Tenho mencionado que vivemos hoje num mundo sob certos aspectos mais seguro que há um par de anos.

Estou retornando de uma reunião extremamente útil de Chanceleres do Grupo dos Oito com os Doze da Comunidade Econômica Européia, celebrada em Granada, centrada na temática da dívida externa e na cooperação política entre a CEE e o Grupo dos Oito. Dentre os temas examinados esteve o da conjuntura política internacional recente. Antes, em Viena, havia reunido os Embaixadores brasileiros do Leste Europeu, quando pude reconfirmar que o entendimento mais fluido entre as superpotências tem contribuído para o aprimoramento cres-

cente das relações entre as duas Europas. Mais de uma vez foi ressaltada a importância da *perestroika* e da *glasnost*, neste quadro maior onde o compromisso e o diálogo se estão substituindo à confrontação.

Temos responsabilidade na construção de um mundo melhor, mais pacífico e mais seguro – e a ela nunca nos furtaremos. No Conselho de Segurança das Nações Unidas, onde voltamos a ocupar assento como membro não-permanente, vimos emprestando colaboração ativa e construtiva para o encaminhamento de soluções negociadas para diversas crises regionais. Com satisfação registramos o processo de revitalização do multilateralismo como instrumento para a redução de tensões internacionais. Seguiremos contribuindo para que essa tendência se fortaleça cada vez mais.

Não acreditamos em estruturas de poder assentadas na supremacia de poucos e na submissão de muitos. Já praticamente concluímos nossa transição para a Democracia, somos pluralistas e, por isso mesmo, temos o direito de reivindicar que a todos os Estados seja assegurada participação ampla e eqüitativa nas deliberações internacionais sobre questões que afetem ou possam afetar seus legítimos interesses, políticos ou econômicos.

Senhor Presidente,

Vossa Excelência tem dito que o mundo do futuro será o mundo das economias de conjunto. É o que se prenuncia para a Europa em 1992. É o que já vemos entre os Estados Unidos e o Canadá. Para aí também caminham países da Ásia. O Itamaraty está preparado para a diplomacia do terceiro milênio. Aqui mesmo, em nossa região, não temos medido esforços para a construção de uma América Latina integrada. Deixamos definitivamente para trás suspeitas que envenenavam o relacionamento entre vizinhos. Não há lugar

para pretensões hegemônicas entre países-irmãos.

Erigimos, com a Argentina e o Uruguai, um eloqüente exemplo de cooperação para o desenvolvimento, lastreado no entendimento e na confiança, no qual Vossa Excelência, Senhor Presidente, tem tido participação direta e permanente. Estamos lançando as sementes de um grande espaço econômico institucionalmente organizado, que, em futuro não distante, é lícito esperar, integrará todos os países da América Latina e do Caribe.

Temos contribuído decididamente para um amplo processo de entendimento entre os povos latino-americanos. Mantemos hoje relações com todos os países da América Latina. Neste processo, desempenha papel de relevo o Mecanismo Permanente de Consulta e Concertação Política, instrumento ágil e despido de formalismos, para cuja eficácia tem sido fundamental a participação direta de Vossa Excelência e dos Chefes de Estado dos demais países-membros.

Estamos convencidos de que na cooperação está a base sólida para a superação, em paz, dos entraves ao desenvolvimento.

É nesse contexto que se inseriu a iniciativa brasileira de fazer do Atlântico Sul uma zona de cooperação livre do perigo nuclear e da confrontação entre as superpotências.

O estreitamento dos vínculos com os povos-irmãos da África, nossa fronteira a leste, insere-se tradicionalmente entre as mais altas prioridades da política externa brasileira. Saudamos os acordos de Brazzaville e de Nova York, como passos importantes para a paz na África Austral. Integramos a Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola (UNAVEM), comandada por um oficial-general compatriota nosso.

Pela própria composição étnica de nosso povo, mas também por nossas convicções democráticas, repudiamos e seguiremos condenando a prática do *apartheid*, que ofende nossa consciência e fere princípio básico de nossa política externa.

É sobretudo universalista a vocação de nossa atuação exterior. Temos interesses em praticamente cada parte do globo. Promovê-los e intensificá-los, independentemente de ideologias ou filosofias de governo, mas com base no respeito mútuo, é tarefa do dia-a-dia do diplomata brasileiro.

Assim se entendem as relações estreitas, tradicionais e extremamente diversificadas que mantemos com os Estados Unidos da América e com nossos parceiros da Europa Ocidental. Assim também se entende a decisão de Vossa Excelência de reatarmos relações diplomáticas com Cuba. Ainda neste contexto se insere a primeira visita oficial de um Chefe de Estado brasileiro à União Soviética, realizada por Vossa Excelência.

Não descuidamos de aprofundar nossos vínculos com os demais países do Leste Europeu, do Oriente Médio, da Ásia.

Com o mundo desenvolvido mantemos laços fundados em ideais comuns. Lá temos as principais fontes de investimentos em nossa economia. Lá estão importantes mercados para nossos produtos. Lá se geram conhecimentos de ciência e da tecnologia indispensáveis ao processo de constante modernização de nosso país.

Nossa diplomacia é instrumento de promoção do progresso do Brasil, do estabelecimento de uma ordem econômica internacional mais justa, que nos permita e aos demais países em desenvolvimento crescer e garantir a nossos povos condições dignas de vida e bem-estar.

Não nos move ânimo confrontacionista. Mas, sob a orientação segura de Vossa Excelência, temos mostrado que não podemos indefinidamente estar submetidos à situação ilógica e injusta de exportadores líquidos de capital para o mundo desenvolvido. A questão da dívida externa tem que ser resolvida rapidamente, mediante soluções novas, imaginativas, que levem em conta seus aspectos políticos, que contemplem a redução dos estoques da dívida, que garantam condições de crescimento aos países em desenvolvimento. Devedores e credores são responsáveis. Da solução do problema da dívida depende em grande medida a solidez das instituições democráticas, que tão duramente conquistamos. Não há democracia que floresça em meio à estagnação, ao estrangulamento econômico, à pobreza.

O protecionismo, que impede o acesso a nossas exportações, assim como a crescente tendência ao controle oligopolístico dos conhecimentos e das tecnologias de ponta, que limita a capacidade de modernização de nosso parque produtivo, são aspectos que, cada vez mais, tendem a ocupar a atenção de nossa diplomacia. Temos que estar permanentemente atentos à necessidade de superar obstáculos, de aproveitar oportunidades, de abrir novas avenidas para o desenvolvimento econômico e social de nossa gente. É em tal sentido que temos invariavelmente atuado nas negociações sobre a reformulação do sistema de comércio internacional, em curso no âmbito do GATT.

Senhor Presidente,

Vossa Excelência tem dado, ao longo de seu Governo, demonstrações que muito nos desvanecem de apreço pelo trabalho ingente realizado pelo pessoal desta Casa. Nos mais de três anos em que desempenho as responsabilidades com que me honrou Vossa Excelência pela execução da política externa brasileira,

tenho podido comprovar o brilhantismo, a competência, e o patriotismo com que o corpo de diplomatas brasileiros se desincumbe das mais complexas missões na defesa do interesse nacional. Dotou Vossa Excelência esta Casa de uma estrutura moderna, que lhe permite fazer frente às dificuldades do presente e aos desafios do futuro.

A participação pessoal, interessada, atenta e constante do Chefe de Estado, suas visitas oficiais e os múltiplos contatos diretos que mantém com os líderes de outras nações deram dimensão mais abrangente à atividade diplomática de um país que amplia cada vez mais seus horizontes.

Meus caros formandos,

Dizia, há alguns minutos, que o diplomata tem que saber conviver com o novo e renovar-se a cada passo.

Como profissionais da diplomacia, irão defrontar-se com um mundo rico em suas diversidades, em constante mutação. Novos temas surgem a todo momento. A chave do êxito profissional – e, portanto, a defesa eficaz do interesse nacional – estará em saber combinar a renovação com respeito às tradições do passado, num exercício de aperfeiçoamento constante que granjeou à Casa de Rio Branco o respeito e a admiração de que, com justo motivo, se pode orgulhar.

Novos temas como, por exemplo, a preservação do meio ambiente, que desperta atenção crescente da comunidade internacional, exigem da diplomacia brasileira atenção redobrada. Devemos estar atentos para defender, sem hesitações, a soberania nacional sobre nossos recursos naturais e sua utilização. Somos partidários da cooperação, mas não abrimos mão de nosso direito inalienável ao progresso, nem tampouco toleraremos interferências indevidas na elaboração de nossos programas de desenvolvimento.

Estamos abertos à colaboração internacional desinteressada nesse e noutros campos, desde que sem condicionalidades que venham a menoscabar nossa soberania – que é intransferível.

Elegeram os mais novos integrantes da carreira de Diplomata como patrono o Embaixador Octavio Augusto Dias Carneiro. Felicito-os pela escolha, que recai sobre um dos diplomatas que mais contribuiu para a valorização do tratamento da temática econômica no Itamaraty, num momento em que o Brasil principiava a projetar interesses novos e mais diversificados no cenário econômico mundial. Homem público de cultura eclética, de conhecimentos sólidos que se espraiavam das artes à economia, Dias

Carneiro teve participação importante na vida nacional. Foi titular da Pasta da Indústria e do Comércio. Integrou o Conselho Nacional do Petróleo. Exerceu, na vida acadêmica, a cátedra de História Econômica da Universidade do Brasil. À Embaixatriz Dias Carneiro, e a seu filho Augusto Leopoldo, que nos honram aqui com suas presenças, nossa mais carinhosa homenagem.

Aceitem minhas mais vivas congratulações pela conclusão do curso de preparação à carreira que abraçaram. Faço votos de que sejam felizes. O Itamaraty muito espera de seus jovens diplomatas. Estou certo de que a contribuição que darão irá enriquecer as tradições desta Casa.

em Brasília o ministro dos negócios exteriores de trinidad e tobago

Discurso pronunciado pelo Ministro das Relações Exteriores, Roberto de Abreu Sodré, por ocasião do almoço oferecido em homenagem ao Ministro de Negócios Exteriores e Comércio Internacional da República de Trinidad e Tobago, Sahadeo Basdeo, em 26 de abril de 1989

Excelentíssimo Senhor,

Ministro Sahadeo Basdeo,

A visita com que nos honra Vossa Excelência constitui para o Governo brasileiro e para mim motivo de especial satisfação.

São muitos os fatores que aproximam os nossos povos. A Geografia nos avizinha. Nossa história econômica realça o papel do cultivo da cana-de-açúcar, que, por sua vez, requisitou o aporte africano, tão relevante na nossa formação étnica e cultural.

A participação ativa de Trinidad e Tobago nas iniciativas integracionistas entre os países caribenhos harmoniza-se, amplamente, com a convicção basilar da política externa do Presidente José Sarney, de que na integração está a resposta madura e eficaz que a América Latina precisa dar – e, de fato, começa a fazê-lo – aos grandes desafios com que se defronta.

Senhor Ministro,

A análise da realidade latino-americana e caribenha realça uma verdade irretorquível: não nos resta alternativa à promoção do crescimento econômico, com justiça social, disso depende a própria estabilidade de nossas instituições políticas e a paz no interior de nossas sociedades.

Infelizmente, muito do esforço que temos realizado, com todas as frustrações e a

pesada parcela de sacrifícios que têm sido exigidas de nossos povos, esbarra no imediatismo egoísta que, nos últimos anos, vem fazendo o mundo desenvolvido perder de vista a perspectiva de certos interesses globais de prazo mais longo.

Enquanto em 1988, a taxa de crescimento nos países industrializados atingiu 4,1%, em nosso continente a renda *per capita* diminuiu de 1,1%, caindo aos níveis de 1978. As mais recentes projeções indicam que, para os países endividados, a tendência é de que esse índice sofra novas quedas no ano em curso. Os países da região vêm-se na condição injusta de exportadores líquidos de capital para o mundo desenvolvido.

A situação é grave. É preocupante. E pode tornar-se crítica. Está a exigir soluções novas. Imaginativas. Credores e devedores são igualmente responsáveis na busca de alternativas eficazes, que tenham em conta todas as dimensões do problema da dívida.

Não quero, porém, parecer desesperançado. Se presenciarmos evoluções tão importantes no cenário mundial, como nos entendimentos Leste – Oeste, por que não confiar na nossa capacidade de promover também progresso nas relações Norte – Sul?

Há certos sinais positivos no horizonte. Agências governamentais de países

industrializados recomeçam a participar de operações financeiras com países em desenvolvimento. Novas alternativas parecem prosperar no Japão, na França, nos Estados Unidos.

Senhor Ministro,

O crescimento de nosso país está, sem dúvida, relacionado com uma solução satisfatória para o problema da dívida. Mas está também associado à nossa capacidade de trabalharmos juntos. Os próprios desafios que enfrentamos nos ensinaram a reconhecer a necessidade da cooperação. E a praticá-la.

Vamos somar nossos potenciais, unir nossos esforços, nossas vontades. Precisamos investir em esquemas de integração para ampliar mercados, garantir um ritmo desejável de crescimento econômico e de bem-estar social de nossas sociedades.

Seria ilusório estabelecer programas bilaterais macrodimensionados de cooperação, para cujo êxito nos faltariam recursos. Mas estamos em condições de partilhar experiências bem sucedidas e avanços que obtivemos em setores como o da pesquisa agrícola, por exemplo, ou o da formação técnica profissional. Temos, por nosso lado, muito que aprender com nossos irmãos da América Latina e do Caribe.

A III Reunião da Comissão Mista Brasil – Trinidad e Tobago abriu caminhos e

apontou para soluções viáveis. Passamos em revista as possibilidades existentes em matéria econômica, comercial, cultural e de cooperação técnica. Dispomos de um renovado marco de atuação que, estou seguro, há de provar-se eficaz. Os instrumentos com que passaremos a contar, como a Câmara de Comércio, darão alento renovado e continuidade aos entendimentos bilaterais.

Os contatos, do mais alto nível político, que Vossa Excelência manterá nessa Capital reafirmarão o grau de amadurecimento das nossas relações. Nossa disposição para o diálogo sereno, respeitoso e fraterno solidificará ainda mais o entendimento mútuo. Estamos contribuindo para aprofundar a confiança recíproca e a disposição para promover iniciativas que resultem no benefício de nossos povos.

Senhor Ministro,

Queira aceitar, em nome do Governo brasileiro e no meu próprio, os melhores votos para uma estada proveitosa e agradável no Brasil.

Peço a todos que se juntem a mim em um brinde à saúde do Presidente Noor Hassanali e do Primeiro-Ministro Arthur Raymond Robinson, assim como ao estreitamento constante da amizade entre Trinidad e Tobago e o Brasil e à felicidade do Chanceler Basdeo.

embaixador dos eua condecorado com a ordem do cruzeiro do sul

Discurso pronunciado pelo Ministro Abreu Sodré na
cerimônia de condecoração do Embaixador dos Estados
Unidos da América, Harry W. Schlaudeman, com a Ordem
do Cruzeiro do Sul, no Grau de Grã-Cruz, em 11 de maio de
1989

Senhor Embaixador,

As cerimônias de despedida deixam sempre um travo de tristeza. É bem verdade que são momento de prestar nossa melhor homenagem àqueles que partem. Mas, por outro lado, como que selam o final de um convívio que recordaremos com boa, mas saudosa lembrança.

Vossa Excelência tem estado entre nós desde agosto de 1986. Sou testemunha da relevante contribuição que prestou, nesses quase três anos, ao bom encaminhamento das relações entre nossos dois países.

Não poderia deixar de realçar os dotes de simpatia, inteligência e cultura da Embaixatriz Carol Schlaudeman, cuja presença nesta solenidade muito nos honra.

Senhor Embaixador,

Ao assumir suas funções em Brasília, Vossa Excelência trazia sólido conhecimento da realidade latino-americana, acumulado ao longo de missões que desempenhou em diversos quadrantes do Continente.

Imagino que sua estada no Brasil haverá acrescentado experiência relevante a sua brilhante trajetória diplomática.

Vossa Excelência teve oportunidade de acompanhar, de perto, uma fase extremamente rica da história do país, que

culminou com a promulgação, em outubro passado, da Constituição da República. Em novembro próximo os brasileiros elegerão, pelo voto direto, o Presidente que os governará.

Não foi uma caminhada fácil. Apesar de imensas dificuldades econômicas internas e externas, estamos consolidando, em paz, nossas instituições democráticas. Em nenhum momento deixaram os brasileiros de dar provas de seu espírito de tolerância, de sua fé no diálogo, na negociação.

Estamos construindo uma sociedade baseada em princípios dentre os quais ressaltam a defesa dos valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, do pluralismo político.

Têm, portanto, nossos dois países muito em comum.

O universo das relações bilaterais é extremamente complexo, diversificado e não cessa de enriquecer-se. A pluralidade de visitas de alto nível de parte a parte comprova que são inúmeros os canais de diálogo. Indica que o relacionamento entre os dois países não se caracteriza pela existência de problemas tipicamente políticos. Em setembro de 1986, havia Vossa Excelência acabado de assumir a chefia da Missão diplomática norte-americana junto ao Governo brasileiro, o Presidente José Sarney visitava Washington. Acolhe-

mos o ex-Secretário de Estado George Shultz. Também em 1988 recebemos o ex-Secretário de Defesa Frank Carlucci. Foram inúmeras, nos últimos anos, as visitas de parlamentares, de um e outro país.

Senhor Embaixador,

Não temos poupado esforços para identificar áreas e setores do relacionamento bilateral que permitam estabelecer, com os Estados Unidos da América, o que o Presidente chamou de uma "agenda positiva", que reflita claramente a ampla gama de interesses comuns que vinculam histórica e profundamente nossos dois países. Que corresponda aos incontáveis temas nos quais coincidem nossas percepções, mais além das diferenças tópicas ou conceituais que, com naturalidade, iremos dirimir ou contornar.

A atuação de Vossa Excelência nesse sentido tem sido expressiva. Em 21 de

março último, assinávamos, neste mesmo Palácio Itamaraty, o Acordo Aéreo Brasil – Estados Unidos. Dizia eu na ocasião que o instrumento simbolizava o primeiro item na "agenda positiva". Traduzia a vontade de ambos os países de, juntos, galgar novos e mais elevados patamares em seu diálogo cotidiano.

Senhor Embaixador,

Como reconhecimento pelos relevantes serviços em prol do estreitamento das relações entre o Brasil e os Estados Unidos da América, houve por bem o Senhor Presidente da República conferir-lhe a Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, no grau de Grã-Cruz.

Ao impor-lhe as insígnias correspondentes, peço a Vossa Excelência e à Embaixatriz Carol Schlaudeman que aceitem os melhores votos de felicidades e de êxito do Governo brasileiro.

i seminário brasileiro sobre o codex alimentarius

**Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores,
Roberto de Abreu Sodré, no Palácio Itamaraty, por ocasião
da abertura do Seminário, em 16 de maio de 1989**

É com o maior prazer que estendo aos participantes do I Seminário Brasileiro sobre o *Codex Alimentarius* minhas mais cordias boas-vindas a esta Casa.

Congratulo-me com Suas Excelências os Senhores Ministros da Saúde e do Desenvolvimento Industrial pela organização deste evento. É esta a primeira vez que realizamos seminário sobre o tema no Brasil.

Desejo agradecer às entidades ligadas à indústria de alimentos seu decidido apoio, fundamental para a concretização deste encontro. Merecem igualmente nosso reconhecimento os membros do Comitê *Codex Alimentarius* do Brasil, que não mediram esforços para a concretização desta iniciativa.

Desejo saudar, em particular, os participantes que, atendendo ao convite do Comitê brasileiro, aqui vieram buscar informações atualizadas sobre o *Codex Alimentarius*; àqueles que se deslocaram de outros países, para prestar sua inestimável colaboração a este Seminário, meus melhores votos de uma feliz e profícua permanência em Brasília.

Considero extremamente oportuna a realização deste Seminário. Não poderia deixar de realçar a importância dos temas que serão abordados. Apraz-me especialmente acolhê-lo no Itamaraty, que vem atuando como ponto de contacto com o

Secretariado do *Codex*, desde o início das suas atividades, e foi o primeiro coordenador do Comitê brasileiro, em sua fase ainda informal.

O Seminário permitirá aos participantes familiarizar-se com o trabalho desenvolvido ultimamente pelo *Codex*. Com isso, disporão de melhores condições para utilizar o potencial de benefícios que esse Programa enseja. Setores do Governo e da indústria brasileira de alimentos ainda desconhecem os objetivos e as realizações do *Codex Alimentarius*, apesar da crescente participação brasileira, através de uma presença ativa nas reuniões internacionais, e não obstante a adoção gradativa das normas *Codex* pela legislação nacional.

O *Codex* tem duplo objetivo. De um lado, pretende estabelecer normas que assegurem a sanidade dos alimentos destinados ao consumo humano. A elaboração de um código internacional de padrões e de métodos de análise para alimentos é antiga aspiração dos especialistas da área, e já a partir do final do século passado o assunto era incluído na agenda das reuniões europeias sobre medicina e higiene. O tema adquire atualidade diante das crescentes dificuldades com que se defronta a indústria na sua tarefa de abastecer um mercado em expansão cotidiana.

A segunda vertente do *Codex* é a de facilitar o comércio internacional de alimentos, através da progressiva harmonização das normas nacionais existentes sobre a matéria. Nesse contexto, releva a im-

portância do *Codex* no processo de eliminação das barreiras ao comércio, que tantos prejuízos causam ao Brasil e aos países em desenvolvimento. Esses e muitos outros aspectos serão examinados em profundidade durante os trabalhos do Seminário.

Têm os participantes ampla e estimulante tarefa a cumprir. Reitero, aqui, meus votos de êxito. Estou certo de que o Seminário que hoje se inaugura constituirá marco importante, que contribuirá efetivamente para a cooperação entre todos aqui representados.

brasil e urss: cooperação científica e tecnológica

Discurso pronunciado pelo Ministro das Relações Exteriores, interino, Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima, no almoço oferecido em homenagem ao Presidente da Academia de Ciências da URSS, Guri Marchuk, no Palácio Itamaraty, em 6 de junho de 1989

Excelentíssimo Senhor Presidente da Academia de Ciências da URSS, Acadêmico Guri Marchuk,

Excelentíssimo Senhor Embaixador Leonid Filippovich Kuzmin, Embaixador da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas,

Excelentíssimo Senhor Décio Leal de Zagottis, Secretário Especial de Ciência e Tecnologia da Presidência da República,

Excelentíssimo Senhor Deputado Luiz Henrique da Silveira, Primeiro Secretário da Mesa da Câmara dos Deputados,

Excelentíssimo Senhor Deputado Antonio Gaspar, Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara dos Deputados,

Senhores Embaixadores,

Magníficos Reitores,

Minhas Senhoras,

Serei breve nesta saudação, como convém numa ocasião em que os convidados de honra são homens de ciência, menos afeitos à retórica e mais propensos à concisão das fórmulas.

Quero dizer-lhe, antes de mais nada, que Vossa Excelência e sua ilustre comitiva nos honram com sua visita. A elevada

reputação de que desfruta a Academia de Ciências da URSS, aliada ao prestígio pessoal e projeção acadêmica de Vossa Excelência, é para nós motivo de desvanecimento pela importância que confere ao conjunto das relações brasileiro-soviéticas e, mais especificamente, à cooperação científica e tecnológica entre nossos dois países.

Não me demorarei aqui em referências ao valor da ciência, à sua qualidade intrínseca como uma das mais nobres manifestações do gênio humano. São dados conhecidos, são idéias comumente aceitas. Prefiro referir-me ao elo cada vez mais estreito entre a ciência, a tecnologia e a prosperidade dos povos. Nessa vinculação, que sabemos íntima e intensa, desejo destacar um aspecto ético e político que crescentemente preocupa o Governo e a sociedade brasileira.

Falo das restrições que por todos os lados se vêm interpondo ao acesso dos países em desenvolvimento aos conhecimentos científicos e bens de alta tecnologia. Inserido no mundo de forma ambivalente – com seus bolsões de pobreza e suas facetas de país industrializado – o Brasil vê-se hoje confrontado, nas suas relações bilaterais e nos foros internacionais, com tentativas sistemáticas de cerceamento de seu acesso à tecnologia ou mesmo, concretamente, com medidas de obstrução pura e simples. Em organismos internacionais tradicionalmente estranhos ao

tema, avolumam-se as pressões dos países industrializados para que se introduzam normas rígidas e restritivas sobre propriedade intelectual. Algumas das propostas lançadas sobre a mesa, nas quais se consagrariam ritos sumários de proteção à propriedade intelectual, não teriam outro efeito senão o de cristalizar o atual desequilíbrio na distribuição do conhecimento científico e tecnológico a nível mundial. No plano bilateral, o Brasil foi compelido a recorrer ao GATT para contestar a aplicação ilegal e injustificada de restrições a suas exportações por parte de um grande parceiro comercial, que as aplicou sob alegação de que sua legislação patentária deveria ser radicalmente mudada, não obstante estar a mesma em plena conformidade com todas as convenções internacionais referentes à matéria.

Veja Vossa Excelência que não estou aludindo aqui ao conceito mais tradicional de "transferência de tecnologia", com seu conteúdo concessional que os países industrializados procuraram esvaziar ou erodir ao longo dos anos. Refiro-me a um patamar diferente de preocupações, em que questionamos a motivação ética e política dos que nos recusam o acesso em condições comerciais normais, ou que buscam, por uma regulamentação internacional restritiva, desencorajar a pesquisa e o desenvolvimento em países como o Brasil.

Alegra-nos ter entre nós cientistas e pesquisadores da estatura de Vossa Excelência e dos demais integrantes da Delegação soviética, a quem possamos transmitir nossa perplexidade diante dessas tendências e com quem possamos trocar pontos de vista sobre como proceder.

Impõe-se, a nosso ver, um compromisso ético que, por um lado, assegure à tecnologia seu justo valor e, por outro, garanta o acesso, por aquele valor, aos países que dela necessitam. Com sua índole

pacífica, e podendo ostentar com orgulho, perante a comunidade internacional, um convívio harmonioso e frutífero com seus dez vizinhos, o Brasil recusa-se a aceitar que lhe atribuam desígnios hegemônicos. Rejeitamos, porque os temos como eticamente ilegítimos e politicamente incompatíveis com nossas justas aspirações de desenvolvimento econômico e social, as tentativas de obstruírem-nos os canais normais de acesso ao conhecimento humano.

Vejo por isso com satisfação que cresce e se diversifica a cooperação tecnológica entre nossos dois países. Partimos, é claro, em termos agregados, de situações marcadamente diferentes em nosso trabalho conjunto, já que diferem em muito nosso estoque científico e tecnológico. Solidamente fundamentada, a ciência e a tecnologia soviética têm registrado fulgurantes êxitos ao longo das últimas décadas em diversas áreas do conhecimento. Evidência recentíssima e altamente simbólica do reconhecimento mundial desses avanços foi a eleição de Vossa Excelência para a Academia de Ciências da França.

O Brasil, por seu turno, não tem podido canalizar para as atividades de pesquisa o volume de recursos que desejaria, às voltas, como está, com suas esmagadoras obrigações financeiras externas e as exigências domésticas de toda ordem que lhe impõe seu atual estágio de desenvolvimento. Ainda assim, o País pode orgulhar-se de avanços que tem podido ostentar em diversos campos.

Penso que, embora diferentes e des-nivelados no somatório de nossas realizações, podemos ser parceiros mutuamente atraentes, ao intercambiarmos experiências em determinadas áreas de interesse e ao somarmos nossos talentos em projetos específicos.

Reitero que a visita de Vossa Excelência me convence de que estamos atingindo

um patamar significativo de confiança recíproca e que caminhamos para um diálogo ampliado nesta área. Pelas proveitosas conversações que mantivemos esta manhã creio que estamos ajustando uma sintonia que se há de revelar profícua e compensadora para ambas as partes. Do Senhor Presidente da República, esta tarde, Vossa Excelência certamente ouvirá as palavras da confiança que o animam neste intercâmbio, desde a memorável visita que realizou à União Soviética. Por outro lado, os contatos de Vossa Excelência e de sua comitiva com as autoridades do setor de ciência e tecnologia de nosso país por certo ensejarão novas propostas concretas de cooperação, em áreas tais como a automação industrial, novos materiais, tecnologia espacial e biotecnologia. O campo da informática, cujas diretrizes de cooperação foram

estabelecidas entre os setores competentes dos dois países, constitui já o primeiro e auspicioso resultado de sua presença entre nós.

Estou seguro, Acadêmico Marchuk, de que Vossa Excelência saberá levar do Brasil as impressões de um País cujas desigualdades e contradições são um desafio que a cada dia nos propomos a superar na nossa trajetória. Nesse esforço contamos com países amigos como a URSS, à qual não faltará, estou certo, a percepção do quanto poderemos realizar juntos.

Peço aos presentes que me acompanhem num brinde à felicidade pessoal do Acadêmico Marchuk, de sua ilustre comitiva e à amizade e cooperação entre nossos povos.

visita da ministra delegada da França ao Brasil

Discurso do Ministro Abreu Sodré por ocasião do almoço em homenagem à Ministra Delegada da França, Edwige Avice, no Palácio Itamaraty, em 18 de maio de 1989

Tenho grande satisfação em receber Vossa Excelência nesta Casa. As relações entre o Brasil e a França sempre se caracterizaram pela afinidade e a ampla convergência de interesses em inúmeros campos. A partir de amanhã, com o prosseguimento das consultas políticas bilaterais que celebram nossos países desde 1983, nossos dois Governos reafirmarão, e, estou certo, ampliarão, através do diálogo franco e cordial, as bases de entendimento e cooperação sobre as quais tradicionalmente repousam nossas relações.

Nesse quadro de relacionamento privilegiado, não poderia deixar de realçar a importância de que se reveste o Projeto Brasil – França, iniciado em 1986 e cujo encerramento está previsto para dezembro próximo.

É através de manifestações culturais que se conhece e admira um país e seu povo. Há muito a cultura francesa está presente entre nós, brasileiros. Há muito, também, a França devota à cultura brasileira simpatia e interesse que transcendem o apelo do exotismo e demonstram que o profundo enraizamento de nossas manifestações culturais não inibe, antes estimula, seu sentido universalista. Através da promoção de intenso intercâmbio de artistas e de exposições sobre os mais diversos temas, o Projeto Brasil – França tem dado contribuição expressiva ao maior e mais profundo conhecimento mútuo.

Senhora Ministra,

Vivemos um tempo de grandes mudanças. Ao superar compreensíveis resistências nacionalistas em um continente cuja história se confunde, em não poucos momentos, com a árdua luta em torno de suas fronteiras, a Europa, e com ela a França, empreende, no âmbito da Comunidade Econômica Européia, a grandiosa tentativa de erigir um Mercado Comum Europeu. A Europa dos Doze demonstra compreender que a via da cooperação é, certamente, o caminho por excelência para a superação das graves dificuldades com que hoje o mundo se defronta.

Acredito que o diálogo entre Brasil e França, para além de dificuldades circunstanciais que porventura surjam, e que podem ser atribuídas a uma conjuntura internacional desfavorável, demonstra de forma clara a validade desse ideal de cooperação. Estou seguro de que as consultas políticas, a serem iniciadas amanhã, reafirmarão esse princípio e se darão nos termos francos e abertos, que sempre caracterizaram nosso relacionamento.

Convido, pois, todos os presentes a comigo erguerem um brinde pelo futuro das relações franco-brasileiras e em homenagem à ilustre visitante que nos honra com sua presença.

a cooperação entre executivo e legislativo

Discurso do Ministro Abreu Sodré no almoço em homenagem aos membros da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, no Palácio Itamaraty, em 20 de junho de 1989

Com grande satisfação, reafirmamos hoje uma tradição que vincula a Casa de Rio Branco ao Poder Legislativo.

Relevem-me Vossas Excelências iniciar com uma breve digressão pessoal, justificável talvez pelo espírito de congratamento e confraternização desta homenagem que prestamos aos ilustres integrantes da Câmara Alta, que compartilham, com o Itamaraty, responsabilidades convergentes na área de atuação externa.

Já se vão mais de quatro décadas, iniciava minha atividade pública, nas lides parlamentares. Foram quinze anos passados na Assembléia Legislativa de São Paulo. Uma época de que guardo caras lembranças. Uma rica experiência de vida, que me tem sido preciosa no desempenho de minhas funções no Executivo – seja à frente do Governo de meu estado natal, seja nestes últimos quase quatro anos, em que o Presidente Sarney me distinguiu com a tarefa, árdua mas extremamente gratificante, de executar sua política externa.

Este almoço tem, portanto, para mim, significado muito especial. Ressalta afinidades entre o Chefe desta Casa, diplomata por convocação mas político por vocação, com ilustres concidadãos a quem o voto popular delegou, entre muitas outras graves responsabilidades, a de contribuir fundamentalmente, no Parlamento, para a atuação externa do Brasil.

Senhores Senadores,

A Constituição de 1988 preconiza a estreita cooperação entre Executivo e Legislativo. Esta foi sempre uma aspiração desta Casa. É também uma tese que defendi ao longo de toda a minha vida pública. A presença renovada de insígnies parlamentares no Itamaraty é, pois, ocasião valiosa para que possamos expor, com maior profundidade, aspectos relevantes do trabalho que, aqui e no exterior, desenvolvemos diariamente. Beneficia, por outro lado, esta Pasta com a contribuição sempre ponderada e bem-vinda dos altos representantes do povo brasileiro. Tenho afirmado que a política externa será tão mais eficaz quanto melhor traduzir o consenso nacional. É precisamente o consenso nacional que, com esta interação entre representantes da vontade popular e profissionais da diplomacia, buscamos hoje fortalecer e aprofundar.

Na Casa de Rio Branco, como no Parlamento, zelamos, sem esmorecimento, pela soberania nacional.

Defender os interesses da nação brasileira além-fronteiras, difundir a realidade nacional no exterior, contribuir para o entendimento entre as nações e para a manutenção da paz e concórdia mundiais – eis objetivos que unem, de forma inequívoca e permanente, os esforços dos quadros diplomático e parlamentar do país.

O cenário internacional é cada vez mais complexo. A nova fase de entendimento entre as superpotências contrapõe-se a agudização das tensões no mundo em desenvolvimento, decorrentes de uma conjuntura econômica externa adversa e injusta. O acesso aos avanços da ciência e da tecnologia, aos benefícios da terceira revolução industrial já em curso é fortemente condicionado, nos países mais pobres, pelas tentativas de monopólio dos conhecimentos de ponta e do fluxo de informações.

Este, Senhores Senadores, é também um mundo que caminha célere para as economias de conjuntos. Em 1992, a CEE terá abolido suas fronteiras internas. Estados Unidos e Canadá buscam estabelecer as bases de um amplo esquema associativo. Países da Ásia, cuja pujança impressiona o mundo, encontram-se engajados em uma política de modernização e abertura para o exterior.

Trata-se, aí, de um movimento ao qual, na América Latina, não estamos alheios: em quatro anos superamos antigas e infundadas suspicácias; muito logramos no sentido do entendimento e da integração regionais.

O papel do Brasil nesse contexto maior é ponderável. Sua vocação pacífica legitima seu compromisso integracionista, plasmado no Artigo 4º da Carta Magna. Nossa ação nos foros internacionais é intensa e construtiva. Pregamos invariavelmente o estabelecimento de uma ordem econômica internacional mais justa e eqüitativa. Estamos preparados para enfrentar uma realidade internacional onde novos temas são, a todo momento, incorporados à agenda diplomática. Onde a defesa dos legítimos interesses e do patrimônio nacional, em suas múltiplas dimensões, exi-

ge sempre – e cada vez mais – atuação cuidadosa e vigilante.

Senhores Senadores,

Nossa tarefa conjunta na área das relações exteriores é, a um tempo, difícil e fascinante. A sensibilidade política do parlamentar é seiva importantíssima para o desenvolvimento da atividade diplomática. A participação do Congresso Nacional no processo de fortalecimento do papel brasileiro na cena internacional é indispensável. Não podemos abrir mão da colaboração valiosa, da experiência e, sobretudo, da aguçada sensibilidade política, inerente à própria formação do parlamentar.

Estejam Vossas Excelências seguros de que, na alta Chefia do Itamaraty aqui presente, encontrarão sempre um canal desimpedido para a cooperação. Estaremos invariavelmente prontos a aceitar toda convocação para o diálogo. É dele que nasce o entendimento. Os Embaixadores, assim como o quadro de funcionários desta Casa, são um escalão avançado de defesa dos princípios que Vossas Excelências consagraram na Constituição brasileira.

O Itamaraty está consciente das claras e altas responsabilidades atribuídas pela nova Constituição ao Congresso Nacional. Vamos aprofundar o diálogo franco e aberto que sempre existiu e que queremos que se adense e aprofunde em todos os setores. As portas desta Casa estão franqueadas ao Congresso Nacional.

Animado por este espírito de permanente colaboração, tenho o maior prazer em propor um brinde à saúde dos representantes do povo brasileiro, que honram e dignificam esta Casa com sua presença e a ela serão sempre bem-vindos.

meio ambiente: a posição do governo brasileiro

Exposição do Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima à Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados, no Auditório da Câmara, em 12 de abril de 1989

Tenho grande prazer em comparecer hoje a este auditório para tratar de questões relacionadas com a posição do Governo brasileiro sobre meio ambiente, especialmente no que se refere à dimensão internacional desse assunto. É para mim uma honra participar desta iniciativa, que deve sua origem a inspirada idéia do Deputado Maurílio Ferreira Lima, e sua realização ao meu prezado amigo Deputado Bernardo Cabral.

A título de introdução, creio que valeria a pena fazer um breve retrospecto do tratamento internacional do tema. No final da década de 1960, a questão ambiental aparecia no cenário internacional em virtude da preocupação de alguns países com os efeitos transfronteiriços da poluição industrial. Antes disso, registravam-se apenas rápidas aparições, motivadas por interesses tópicos ou preocupações incidentais. O assunto representava pouco mais do que uma excentricidade de alguns, ainda escassos, ecologistas.

A Assembléia Geral das Nações Unidas, pela Resolução 2398 (XXIII), de 1968, decidiu pela convocação de uma Conferência Internacional sobre o Meio Ambiente Humano. Reunidos em Estocolmo, de 5 a 17 de junho de 1972, representantes de 113 países legitimaram a inclusão do tema na agenda internacional. Primeira de seu gênero na história, a Conferência de Estocolmo viria a constituir um marco.

O compromisso coletivo de Estocolmo, consubstanciado no lema "Uma só Terra", abriria as portas para a inserção definitiva do tema no contexto político internacional. Tomava-se a consciência, de forma ainda tímida se pensarmos em termos atuais, de que a natureza do Planeta, severamente atingida por padrões desenfreados e vorazes de consumo, merecia maior atenção da comunidade internacional.

A partir daí, impulsionaram-se sobremaneira os estudos e o conhecimento de questões ambientais, e estabeleceu-se um importante arcabouço institucional para o tratamento do assunto, tanto no plano interno, em muitos países, como no plano internacional. Neste último caso capitaneado pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), criado ainda em 1972.

O legado maior de Estocolmo, entretanto, talvez esteja na consolidação do próprio conceito de meio ambiente, que passou a incorporar fatores econômicos e sociais em sua definição e deixou assim de ser entendido apenas como o conjunto de elementos físicos e biológicos que afetam uma determinada área.

Dezessete anos depois, vale lembrar alguns dos princípios acordados em Estocolmo:

– "O desenvolvimento econômico e social é essencial para garantir ao Homem

um meio ambiente favorável à vida e ao trabalho, e para criar, na Terra, condições necessárias ao aperfeiçoamento da qualidade de vida";

- "Os Estados têm, respeitada a Carta das Nações Unidas e os princípios de Direito Internacional, o direito soberano de explorar seus próprios recursos de acordo com suas próprias políticas ambientais, e a responsabilidade de assegurar que atividades levadas a cabo dentro de sua jurisdição ou controle não venham a causar prejuízo ao meio ambiente de outros Estados ou de áreas além dos limites da jurisdição nacional";
- "O Homem e seu meio ambiente devem ser poupados dos efeitos de armas nucleares e de outros meios de destruição em massa. Os Estados devem procurar entrar em rápido acordo, no âmbito dos organismos internacionais relevantes, sobre a eliminação e completa destruição dessas armas".

A crise econômica generalizada e a latente confrontação entre as superpotências, esta última insuficientemente camuflada por uma *détente* armada, não permitiram, no decorrer dos anos 1970, que a questão ambiental ocupasse posição de destaque na agenda internacional, pelo menos não no nível que se poderia esperar depois do impulso proporcionado pela Conferência de Estocolmo. Há que se notar, no entanto, alguns importantes avanços no campo dos tratados multilaterais, como a adoção da Convenção de Washington sobre o Comércio Internacional de Espécies da Fauna e Flora Selvagens em Perigo de Extinção – CITES (1973) e do próprio Tratado de Cooperação Amazônica (1978), que encontra em sua origem a preocupação dos Países signatários em proteger o meio ambiente amazônico em seus respectivos territórios.

Na presente década, a conjugação de diversos fatores contribuiu para dotar a

questão ambiental de uma proeminência até então insuspeitada na agenda internacional.

Em primeiro lugar, assinala-se um aumento de diversos fenômenos que revelam "perturbações" no ambiente. A chuva ácida, que leva a verdadeiras disputas diplomáticas entre os EUA e o Canadá, a gravidade do avanço da desertificação, maiores evidências científicas da destruição da camada de ozônio, provocada pela ação do homem, surgimento da tese do efeito estufa, etc.. São todos fenômenos que exigem, de uma forma ou outra, medidas de cooperação internacional para que sejam bem encaminhados.

Um segundo elemento a considerar, para entender a posição proeminente da ecologia na agenda internacional, é o de que existe uma atmosfera propícia para a concentração da atenção de setores-chave da comunidade internacional em questões ambientais. A substituição da *détente* armada pela atual *détente* ideológica gorbatcheviana – aparentemente mais confiável – além de atenuar a confrontação entre as superpotências possibilitou a solução, ou ao menos o encaminhamento em direção a soluções, de alguns dos conflitos regionais com os quais o mundo se deparava na virada da década, e deu margem a significativos avanços em termos de desarmamento bilateral. A situação tornava-se favorável a uma inversão de prioridades na pauta de discussões políticas internacionais.

No plano político-partidário, há que se mencionar dois aspectos, visíveis sobretudo nos países da Europa Ocidental: o crescimento dos partidos genuinamente ecológicos e, mais recentemente, a "apropriação" da bandeira ambiental por praticamente todos os grandes partidos e figuras políticas de relevância.

O notável crescimento da atuação das organizações ecológicas não-governamentais constitui outro elemento crucial.

Contando com milhões de membros e simpatizantes, considerável disponibilidade de verbas, crescente margem de ação e ramificações muitas vezes internacionais, essas organizações atuam com cada vez maior eficácia junto a governos nacionais, enquanto grupo de pressão, além de agir muitas vezes diretamente em questões que envolvam o meio ambiente.

Em 1987, dois importantes documentos vieram estimular ainda mais os debates internacionais sobre o tema: o relatório da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento ("Relatório Brundtland") e a Perspectiva Ambiental para o Ano 2000 e Além. Tanto o primeiro, fruto do notável trabalho de especialistas atuando em caráter pessoal – inclusive do Doutor Paulo Nogueira Neto, ilustre brasileiro com toda uma vida dedicada ao meio ambiente –, como o segundo, resultado de intensas negociações intergovernamentais no âmbito do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, pretendem apontar diretrizes para a política ambiental nas próximas décadas, baseados no conceito de "desenvolvimento sustentável".

Esse novo quadro internacional está marcado por uma inusitada "disponibilidade" das grandes potências para lidar com a questão ambiental. O Presidente Bush prometeu em sua campanha ser o "mais verde" dos Presidentes da História norte-americana, e o "novo modo de pensar" da diplomacia soviética tem assumido um discurso com tons ambientalistas até então exclusivos de certos países nórdicos. Completam o novo quadro internacional uma tenaz atuação de entidades ecológicas não-governamentais, um impressionante multiplicar de encontros, conferências, negociações multilaterais e discussões científicas e técnicas acerca do meio ambiente, e uma crescente passionalização do tema na grande imprensa internacional.

O inestimável patrimônio natural da Amazônia brasileira coloca o País no centro das pressões. Do garoto inglês, alemão ou canadense, que escreve uma carta à Embaixada do Brasil, a Chefes de Estado e de Governo dos países mais ricos do mundo, todos se dizem preocupados com o futuro da Amazônia e com a alegada inépcia do Governo brasileiro em protegê-la, tão propalada pela mídia internacional.

Observa-se atualmente, como é sabido, uma grande mobilização internacional em relação à questão amazônica, no bojo da qual se procura ressaltar as deficiências do Brasil para lidar com os problemas ligados à proteção do meio ambiente da região.

Essa mobilização traduz-se muitas vezes em pressões externas sobre o Governo brasileiro, afetando de forma negativa a imagem internacional do Brasil e dificultando o acesso a fontes externas de financiamento. Em alguns casos, as pressões incluem um chamamento à ingerência externa no tratamento dos problemas ambientais da Amazônia brasileira, sugerindo-se que o Brasil abra mão de "parte" de sua soberania e avalize a criação de uma entidade supranacional para zelar pela preservação ambiental da região.

A escolha do Brasil como foco das críticas internacionais não pode ser considerada gratuita. País de vasta extensão, representativo, com presença crescente no cenário internacional e, por outro lado, vulnerável a campanhas desse tipo por sua relativa dependência externa, o Brasil surge como alvo ideal. Adicionalmente, o apego do povo brasileiro a valores ocidentais amplifica a repercussão interna dessas críticas.

Além disso, ataques ao Brasil e a suas deficiências em lidar com a questão ambiental rendem bons dividendos políticos no exterior, pois proporcionam ampla cobertura na mídia e considerável impacto eleitoral,

sem os custos que implicam necessariamente medidas de âmbito interno.

O interesse mundial pela região amazônica não é novidade. Desde a campanha pela livre navegação na Bacia Amazônica, levada a cabo em meados do Século XIX, até as atuais teses científicas, algumas delas carecendo ainda de evidência concreta, com que se relacionam fenômenos da região ao efeito estufa, à manutenção do regime hídrico mundial e à conservação da diversidade biológica, a Amazônia sempre atraiu a atenção de outros países.

Acrescente-se a isso um forte componente mítico, explicado pelo fascínio dessa que é uma das últimas áreas inexploradas do Planeta, um grande vazio demográfico em que mesmo a presença de um poder nacional é por vezes de difícil percepção, e se terá uma explicação para a intensidade da "preocupação" global com o futuro da região. Pode-se entender o porquê da insistência com que setores menos informados voltam ao que o Professor Barbosa Lima Sobrinho, em magistral artigo recentemente publicado, chamou de "a falácia do pulmão do mundo". As evidências científicas, que comprovam sobejamente a falsidade dessa tese, sucumbem à força da imagem retórica.

A título meramente exemplificativo, citaria algumas das formas sob as quais essas pressões se têm manifestado:

a) MEIOS DE COMUNICAÇÃO

A imprensa internacional tem dedicado, nos últimos meses, amplos espaços ao tema, muitas vezes em artigos eivados de emocionalismo, visões apocalípticas, dados inverídicos ou não comprovados e inverdades científicas.

A seguir, leio alguns textos que exemplificam esta atitude da mídia internacional:

- i – Série de editoriais do The New York Times, sob os títulos "O que está queimando no Brasil", "O Brasil queima o Futuro" e "A dívida do Brasil pode salvar a Amazônia".

Nessa série encontram-se afirmações como:

- "O Brasil carece menos de políticas do que da disposição para executá-las";
- "Um holocausto ambiental está varrendo a floresta tropical da Amazônia";
- "O Senhor Mendes não será chorado apenas por brasileiros. Na acepção real do termo, ele estava defendendo o próprio ar que o mundo respira";
- "O mundo quer que o Brasil pare de destruir irresponsavelmente a Floresta Amazônica";
- "A idéia do Senhor Sarney, de estrangeiros tomando posse da Amazônia, constitui um receio infundado, estimulado por seus assessores militares".

- ii – Editorial do Houston Post, de 22/3/89, onde se afirma que "As florestas tropicais são chamadas de pulmão da terra" e "O Brasil, que está estuprando a floresta amazônica em nome do progresso econômico, é o pior agressor".

- iii – Campanha levada a cabo pelo semanário italiano L'Espresso, conjuntamente com a seção italiana do WWF, para que seus leitores pressionassem o Governo a suspender investimentos no Brasil que possam afetar o meio ambiente amazônico.

- iv – Numerosos artigos críticos à atuação do Brasil têm aparecido também nas mais importantes publicações de outros países da Europa Ocidental e da América do Norte.

- v – Esse tipo de "excitação" começa a atingir a imprensa de países em desenvolvimento. Exemplo disso é o editorial do Bangkok Post do dia 10/3/89 que, sob o título sugestivo de "O Vergonhoso Estupro da Amazônia pelo Brasil", compara a política brasileira em relação à Amazônia ao *apartheid* sul-africano afirmando: "Na Amazônia há abusos contra valiosos recursos naturais, uma questão que transcende fronteiras nacionais. Os brasileiros e os estados amazônicos não podem exigir o direito à privacidade nesta questão, assim como Pretória não pode alegar que a injustiça do *apartheid* é uma mera questão doméstica".

b) ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS

Exemplo recente de pressão exercida por organização não-governamental é o da carta do Grupo dos Cem endereçada ao Senhor Presidente da República e entregue à Embaixada do Brasil no México. Entre outras idéias, ela declarava ser "desonesto e pueril" invocar a soberania nacional para justificar a "destruição" da Amazônia, e propunha que um tribunal internacional julgasse o Governo brasileiro por alegados crimes de "ecocídio" e "etnocídio". Diante dos termos insultuosos em que era redigida, o Governo brasileiro decidiu devolver a carta ao Grupo dos Cem, que conta com a participação de importantes nomes da intelectualidade latino-americana.

É importante notar, no entanto, que o escritor Mario Vargas Llosa, um dos mencionados como signatário dessa carta, em entrevista concedida à jornalista Marília Gabriela, havia declarado, sobre o assunto, que "não é aceitável que os países desenvolvidos decidam, eles que já alcançaram a prosperidade, que a Amazônia deve permanecer intocada, que a Amazônia não pode ser utilizada pelos países amazônicos para seu desenvolvimento".

c) OFICIAIS

Além de algumas manifestações de autoridades estrangeiras, bem conhecidas de Vossas Excelências, caberia mencionar as seguintes:

- i – Congressistas norte-americanos em visita ao Brasil. A primeira delegação, composta pelos Senadores Tim Wirth, Albert Gore, John Heinz e Richard Shelby, e pelos Deputados John Bryant e Gerry Sikorski, chegou a formular uma proposta de criação de uma "Fundação para a Conservação Brasileira", cujo órgão diretor deveria incluir "algumas figuras internacionais". Após a visita, membros da delegação tomaram atitudes prejudiciais ao Brasil junto ao Banco Mundial e ao Governo japonês.

A segunda delegação, da qual tomaram parte os Senadores John Chafee, Dale Bumpers, Arlen Specter e Steve Symms, adotou no Brasil uma postura mais positiva e construtiva, o que não evitou que sofresse severos ataques por parte da imprensa de Rondônia, dos Governadores amazônicos e mesmo de alguns parlamentares brasileiros;

- ii – Iniciativa do Primeiro-Ministro da França, Michel Rocard, de convocar uma Conferência Internacional de Chefes de Estado e de Governo para discutir aspectos ligados à proteção da atmosfera. A idéia evoluiu para a realização da Conferência da Haia;

O texto inicial da "Declaração da Haia" incluía idéias inaceitáveis para o Brasil, como as que previam a criação de uma entidade supranacional e a adoção de sanções, inclusive econômicas, contra países que apresentassem "má conduta" em matéria de proteção ambiental. A atuação do Brasil, e de outros países com pontos de vista semelhantes, determinou que no texto final desaparecessem tais elementos;

Ao final da Conferência, o Presidente François Mitterrand declarou que "alguns países" deveriam abrir mão de parte de sua soberania em favor de interesses globais. Conforme estipulado na Haia, os principais jornais franceses publicaram, no último dia 3, a íntegra da "Declaração da Haia". O texto, no entanto, era precedido de uma chamada em que se afirmava que os países signatários estavam dispostos a estabelecer uma autoridade global e a "delegar parte de sua soberania". O fato gerou uma reação oficial do Governo brasileiro;

iii – O Parlamento Europeu adotou, no dia 16/3/89, resolução sobre a Floresta Amazônica, na qual se afirma, entre outros pontos, que "os esforços e a necessidade de proteger urgentemente a floresta tropical, em nível mundial, constituem um todo uno e indivisível, necessário e imprescindível onde ainda houver floresta tropical". A resolução pede ainda, equivocadamente, que a CEE suspenda sua "ajuda" ao projeto Grande Carajás, e prega a interferência junto ao Banco Mundial, ao FMI e ao PNUMA. O Representante Permanente do Brasil junto à CEE encaminhou carta de protesto ao Presidente do Parlamento Europeu;

iv – Projeto de Lei apresentado pelo Senador Albert Gore Jr., intitulado "Lei de Política Ambiental Mundial de 1989", que qualifica, em sua apresentação, a Floresta Amazônica como um tesouro científico e econômico, "em processo de ser saqueado";

v – No ato religioso realizado em memória de Chico Mendes, em Washington, no dia 25/1/89, o Senador Robert Kasten incluiu em seu pronunciamento a seguinte frase: "A floresta tropical não é brasileira apenas, é também nossa, que dela precisamos para respirar";

vi – O Ministro do Tesouro da Itália, Giuliano Amato, em entrevista coletiva conjunta com membros da Associação Amigos da Terra, declarou que o Governo italiano está disposto a colaborar para a "salvação" da Amazônia, pois "trata-se de um bem supranacional, sem pôr em discussão a soberania do Brasil" (sic).

d) DE ORGANISMOS FINANCEIROS MULTILATERAIS

Sob constante pressão da opinião pública, de organizações não-governamentais e mesmo de governos, o Banco Mundial e o BID passaram a adotar novas condicionalidades, de caráter ambiental, para a aprovação de novos créditos a países em desenvolvimento. Fala-se que alguns bancos privados poderão vir a adotar entraves semelhantes.

e) DE ORGANISMOS GOVERNAMENTAIS MULTILATERAIS

Na recentemente encerrada VI Reunião Ministerial sobre Meio Ambiente na América Latina e Caribe, realizada em Brasília, foi lido discurso do Diretor executivo do PNUMA, Dr. Mostafa Tolba, repleto de referências descorteses ao Brasil.

Em reunião organizada pelo PNUMA em novembro, em Genebra, sobre a questão da diversidade biológica, ficou patente a intenção do Secretariado daquele Programa de apoiar a idéia, defendida por vários países na ocasião, inclusive os Estados Unidos, de que a biodiversidade, da qual se diz que entre 50 e 70% se encontram na Floresta Amazônica, constituiria "patrimônio comum da humanidade".

Atitude do Governo brasileiro:

a) EVOLUÇÃO SENSÍVEL NOS ÚLTIMOS ANOS

Quando da Conferência de Estocolmo, em 1972, o Brasil defendeu a tese de que

os problemas ambientais constituíam assunto exclusivamente de política interna. Hoje, sem abrir mão da noção de responsabilidade exclusiva, entendemos que alguns fenômenos que ocorrem em nosso território possam afetar outros países e reconhecemos que alguns problemas revestem-se de caráter global. A cooperação internacional é bem-vinda, desde que em termos que não impliquem ingerências indevidas ou afetem o direito soberano do País de explorar seus recursos naturais.

Procuramos adotar uma postura mais atuante, com atitudes mais agressivas em relação a problemas ambientais globais.

b) MEDIDAS ADOTADAS

i – Tem-se procurado dar ampla divulgação, inclusive por intermédio das Embaixadas no exterior, dos esforços empreendidos pelo Governo para a proteção do meio ambiente amazônico (Constituição, Programa Nossa Natureza, criação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, etc.);

ii – Estabeleceu-se no Itamaraty, em decorrência de Portaria assinada pelo Senhor Ministro de Estado, a Divisão de Assuntos Humanitários e do Meio Ambiente (DHM);

iii – No âmbito multilateral:

– participação na III Reunião de Chanceleres do Tratado de Cooperação Amazônica, que culminou com a adoção da Declaração de São Francisco de Quito, notável exemplo de solidariedade regional;

– participação na Conferência da Haia, que adotou declaração final mais afinada com os interesses do Brasil que os projetos inicialmente apresentados pelos idealizadores do encontro (Holanda, Noruega e França);

– participação nos esforços globais para salvar a camada de ozônio, que se traduziram na adoção da Convenção de Viena para a Proteção da Camada de Ozônio, de 1985, e do Protocolo de Montreal sobre Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio, de 1987. Após análise pelos diferentes órgãos nacionais com interesse no assunto, o Itamaraty submeteu à Presidência da República Exposição de Motivos recomendando a adesão do Brasil a ambos os instrumentos. O assunto encontra-se pendente de decisão do Congresso Nacional;

– o Brasil participou ativamente das discussões sobre a adoção de uma convenção global sobre o controle de movimentos transfronteiriços de resíduos perigosos e seu depósito, onde se defrontou com forte oposição de alguns países desenvolvidos, aparentemente mais preocupados com os aspectos econômicos e comerciais da questão do que com possíveis repercussões negativas sobre o meio ambiente derivadas de tal prática. A Convenção de Basiléia, finalmente adotada em março último, será objeto, no Brasil, de análise e consultas;

– o Brasil ratificou a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, que contém importantes dispositivos ligados à proteção do meio ambiente;

– resultado favorável da VI Reunião Ministerial sobre Meio Ambiente na América Latina e Caribe, com a adoção da Declaração de Brasília e a presença de 15 Ministros da Região;

– co-patrocínio da resolução da XLIII AGNU referente à convocação da segunda Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente. Oferecimento para sediar a conferência, já endossado pelo GRULAC na VI Reunião Ministerial;

- participação no Painel Intergovernamental sobre Alterações Climáticas (IPCC), que deverá incrementar-se ainda mais, em coordenação com os diversos setores nacionais envolvidos;
- resultados positivos da Reunião de Estados da Zona de Paz e de Cooperação do Atlântico Sul, realizada no Rio de Janeiro, em julho passado, na qual a questão ambiental foi tratada como tema prioritário.

iv – No plano bilateral:

Diversas iniciativas, entre as quais registram-se os seguintes projetos:

– com a República Federal da Alemanha

Avaliação do impacto ambiental provocado por grandes barragens; controle ambiental no Estado do Rio de Janeiro; viabilização da melhoria da qualidade ambiental no Estado do Rio Grande do Sul; e apoio institucional ao órgão de proteção ambiental no Estado de Alagoas. Os dois primeiros encontram-se em fase de execução enquanto que os dois últimos estão em negociação. Os recursos externos previstos montam a DM 19,8 milhões. No contexto de cooperação oferecida pela agência alemã KWF, estão sendo elaborados estudos para projeto de recuperação de parte da Mata Atlântica e de pesquisa sobre ecossistemas tropicais da Bacia do Alto Paraguai.

– com o Japão

Centro de treinamento para o controle da poluição; controle da poluição atmosférica em Araucária; pesquisas florestais no Estado de São Paulo; restauração da Serra do Mar; monitoramento contínuo da poluição em Cubatão. Tais projetos encontram-se em fase de negociação, e envolvem recursos da ordem de US \$ 12 milhões.

– com a França

Disposição final de resíduos sólidos urbanos; utilização do lodo de esgoto; erosão; poluição das águas; unidades de educação ambiental; gerenciamento de recursos hídricos; estudos de impactos ambientais na Amazônia; desenvolvimento tecnológico em sistema de tratamento de água de pequeno e médio porte; utilização de dados de sensores remotos para o conhecimento da dinâmica da bacia do Rio Paraguai; e Parque Natural do Pantanal. A maior parte desses projetos está em negociação. Os recursos externos previstos são da ordem de 15,6 milhões de francos.

– com a Itália

Sistema de controle da poluição costeira no Espírito Santo e gestão integrada do lixo sólido urbano e resíduos perigosos. Tais projetos, o primeiro dos quais em fase de execução e o segundo em negociação, envolvem recursos da ordem de US \$ 3,7 milhões.

– com o Reino Unido

Revitalização do Rio Capibaribe e saneamento a baixo custo em Olinda. Ambos os projetos estão em fase de execução.

Além dos projetos acima mencionados, estão sendo consideradas outras iniciativas de cooperação, particularmente com o Canadá (silvicultura, técnicas de sensoriamento remoto aplicadas à proteção florestal e preservação de ecossistemas) e França (pesquisa e tratamento de resíduos sólidos industriais e domésticos, metodologia para avaliação de impactos ambientais e sistema de taxaço para utilização de recursos naturais).

O discurso firme em defesa da soberania nacional que o Governo brasileiro tem adotado em resposta às críticas interna-

cionais deve ser acompanhado no plano interno de ação executiva consistente. Disso constitui exemplo o recente lançamento pelo Senhor Presidente da República do Programa Nossa Natureza.

A defesa da soberania nacional não implica desconsideração pela cooperação internacional, que entendemos estar no fundamento do tratamento adequado da questão ambiental. Essa cooperação, no entanto, deve adequar-se aos interesses nacionais e reforçar as ações internas em busca de solução para os sérios problemas ambientais enfrentados pelo Brasil. A cooperação internacional não se sobrepõe, nem muito menos substitui, a responsabilidade de cada Estado no que se refere à utilização de seus recursos naturais e à proteção de seu meio ambiente.

A importância de congregar as forças vivas da Nação em apoio dessa posição pressupõe a continuidade da participação ativa do Congresso Nacional. O respaldo que a ação do Executivo continue merecendo da representação popular, de que é depositária esta Casa, assegura a incorporação de todos os segmentos da sociedade brasileira à tarefa comum de buscar soluções para os nossos problemas, de acordo com as mais caras tradições de soberania e independência em que se forjou o caráter nacional.

Reporto-me novamente ao artigo do Professor Barbosa Lima Sobrinho: "A ecologia impõe deveres, que o Brasil não ignora e sabe muito bem o que significam. Pior seria que este vocábulo viesse a servir de máscara a reivindicações imperialistas, como instrumento da cobiça estrangeira (...)".

reunião comemorativa do xxv aniversário do grupo dos 77

Discurso pronunciado pelo Embaixador Sebastião do Rego Barros, que representou o Ministro das Relações Exteriores, em Caracas, em 21 de junho de 1989

Comemoramos, aqui, o vigésimo quinto aniversário do Grupo dos 77. Não poderia deixar de registrar meu melhor agradecimento ao Governo venezuelano por sediar este encontro. A tradicional e fraterna hospitalidade do Governo e do povo-irmão da Venezuela em muito contribuirá, estou seguro, para o êxito de nossos trabalhos.

É com sentimento de orgulho e de satisfação que me dirijo aos representantes dos países-membros do Grupo dos 77, no momento em que celebramos data importantíssima para nosso Movimento. Orgulho muito justificado, por ser o Brasil membro fundador do Movimento. Dele participamos ativamente desde sua criação. Satisfação por ver cumprido o objetivo incluído na Declaração Conjunta do Grupo, ao final da Primeira UNCTAD, de "manter, promover e fortalecer sua unidade no futuro".

Unidade que resistiu a duras provas ao longo dos últimos vinte e cinco anos e que traduz fato político dos mais relevantes na história econômica recente de nossos países. A preservação do Grupo não é um reflexo automático de uma suposta homogeneidade de interesses. Espelha, isso sim, nossa inequívoca vontade política de buscar denominadores comuns consistentes com a condição básica, por todos partilhada, de países que lutam para superar as travas do subdesenvolvimento. Que sofrem com a desigualdade no

intercâmbio com os países desenvolvidos.

Uma e outra vez profetizaram a dissolução do Grupo. Para alguns, a diversidade dos países em desenvolvimento, a alegada ausência de interesses comuns, a própria evolução da economia mundial e, por que não dizer, o poder de cooptação das principais potências, acabariam por enfraquecer o Movimento até o ponto de sua dissolução ou, ao menos, de sua fragmentação e despersonalização.

Nossa presença aqui prova o desacerto dessas previsões. Não foram superadas as diferenças fundamentais que separam os países desenvolvidos dos países em desenvolvimento. Os problemas inerentes ao relacionamento entre um e outro grupo só fizeram agravar-se com o correr do tempo. As mudanças estruturais na economia mundial nas últimas duas décadas e meia tiveram, para o Terceiro Mundo, consequências negativas que estão longe de invalidar as premissas que deram origem ao Grupo dos 77. Ao contrário, reforçam a necessidade de reflexão e de atuação conjunta em questões afetas ao progresso econômico e social dos países em desenvolvimento e de nossos povos.

O Grupo dos 77 tem-se também empenhado, ao longo de sua existência, pelo fortalecimento do sistema das Nações Unidas. Tem, consistentemente, defen-

dido a autodeterminação, a não-intervenção, a igualdade entre os Estados, a preservação da paz, a solução pacífica das controvérsias, a cooperação entre os povos, a prevalência dos direitos humanos, o repúdio ao racismo, em especial à prática do *apartheid*, assim como a condenação de atos de terrorismo.

No âmbito de economia mundial, a desvinculação entre produção primária e produção industrial, as restrições crescentes à difusão de tecnologia, a persistência de altos níveis de desemprego, o aumento da participação do capital financeiro na renda, o agravamento das disparidades entre países ricos e pobres – todos esses são fatos que demonstram, de forma dolorosa, o acerto da análise de Prebisch sobre a deterioração dos termos de intercâmbio e suas conseqüências deletérias para o processo de desenvolvimento. Mais além da validade de uma ou outra colocação específica, Prebisch legou-nos a clara consciência da especificidade do subdesenvolvimento e da vinculação entre as dificuldades enfrentadas pelas economias dos integrantes do Grupo dos 77 e os padrões de seu intercâmbio com os países desenvolvidos.

No firme objetivo de lançar as bases de uma ordem econômica internacional mais justa e equitativa, o Grupo não tem poupado esforços para estabelecer um diálogo construtivo com os países desenvolvidos, com base na cooperação e no respeito mútuos. Não se trata de buscar, ingenuamente, a compatibilização de interesses fundamentalmente contraditórios. Trata-se, isso sim, de promover a convergência de interesses que são essencialmente compatíveis e, mais ainda, complementares, desde que vistos de uma perspectiva mais ampla.

Infelizmente, tem faltado disposição semelhante aos países industrializados. Não têm eles demonstrado, nestes vinte e cinco anos, compreender que seus in-

teresses de longo prazo só poderão ser assegurados em um mundo onde a paz e a prosperidade estejam ao alcance de todos. Nosso Grupo não ameaça os valores do mundo ocidental. Se ameaça existe, é em decorrência da recusa dos países desenvolvidos em atuarem, no campo das relações internacionais, em estreita conformidade com os padrões de comportamento e valores democráticos que professam internamente.

O autodenominado pragmatismo dos países desenvolvidos no trato das questões relacionadas ao desenvolvimento, que consiste, ao fim e ao cabo, em pacientemente ignorar os problemas, na ilusão de que se resolverão por si sós, mostrou-se totalmente inadequado. Inspirados por um certo dogmatismo, esses países persistem em abordagens doutrinárias convencionais, de custo social sempre elevado e de eficácia econômica virtualmente nula, já que se dirigem aos sintomas, sem atacarem as causas estruturais dos desequilíbrios internos e externos dos países em desenvolvimento.

O abismo que separa o Norte do Sul não cessa de crescer. A década de 80 trouxe riqueza e prosperidade para os países que já eram ricos. Para o Terceiro Mundo, legou estagnação, instabilidade política e desesperança. Esse triste contraste já seria, por si, lamentável. Assume, entretanto, contornos inaceitáveis quando se verifica que o crescimento nos países desenvolvidos foi alimentado pelas exportações de nosso capital, pelo baixo preço das matérias-primas e da mão-de-obra dos países em desenvolvimento.

A indiferença do mundo desenvolvido diante da deterioração das condições de vida em nossos países parece haver cedido lugar, em certos casos, a um esforço deliberado por cristalizar desigualdades, impedindo que nossos povos usufruam os resultados de seu trabalho. Há aproximadamente um mês, meu país

foi vítima da disposição de um dos países economicamente mais poderosos do planeta de respeitar suas obrigações internacionais apenas quando lhe convém. A designação do Brasil e da Índia como países prioritários, sob os dispositivos da seção 301 da lei comercial norte-americana, é um ato míope. Viola frontalmente a Carta dos Direitos e Deveres Econômicos dos Estados, o GATT e os princípios negociadores básicos da Rodada Uruguai. O multilateralismo econômico, para o qual todos procuramos contribuir, não sem esforços, vem sendo sistematicamente desrespeitado por aqueles que aparentemente nele vêem apenas mais uma forma de legitimar, pela força, absurdos jurídicos. Ignoram os sacrifícios a que somos submetidos para cumprir com nossas obrigações econômicas e financeiras junto à comunidade internacional. Não hesitam em recorrer a práticas que não se coadunam com as necessidades legítimas de desenvolvimento econômico e social de nossos povos.

Estamos às vésperas de uma nova década, em que o órgão máximo do sistema das Nações Unidas deverá promover uma Assembléia Especial sobre Revitalização Econômica. É fundamental que os objetivos do crescimento e do desenvolvimento voltem a encabeçar a agenda econômica da comunidade internacional. É imprescindível modificação sensível da estrutura dos fluxos financeiros mundiais, o que pressupõe, de um lado, a retificação dos desequilíbrios e, de outro, recomendações concretas das Nações Unidas, de modo a fortalecer a cooperação internacional.

A persistirem atos unilaterais, como os que hoje constroem dois países-membros deste Grupo, mas cujo potencial deletério ameaça os interesses de todos os demais a longo prazo, seria necessário que os 77 dessem mais uma prova de unidade ao assumir posição firme nos diversos foros das Nações Unidas,

inclusive em seu órgão máximo, criticando e condenando ações incompatíveis com os princípios que norteiam as relações econômicas multilaterais.

Senhor Presidente,

Nos últimos anos, as dificuldades econômicas e a pressão das exigências conjunturais de certa forma minaram a capacidade do Grupo dos 77 de formular e defender posições conjuntas, nos foros econômicos internacionais. Este aniversário deve servir para uma reflexão sobre as conseqüências dessa situação sobre nossa luta por uma nova ordem econômica internacional.

Por ocasião da Reunião do Grupo dos 77, celebrada em Nova York, em novembro último, referi-me à ineficácia do Diálogo Norte - Sul, desde o lançamento das Negociações Globais. A tentativa de alguns países desenvolvidos de esvaziar a cooperação internacional vem impedindo, a cada dia, que nossos países realizem avanços em seus respectivos desenvolvimentos econômico e comercial. É o caso da revolução tecnológica por que passa o mundo, com profundas implicações para o padrão global de produção de alimentos, comércio e competitividade internacional.

O desenvolvimento sustentado de nossos países repousa, fundamentalmente, no grau de inserção que lograrmos ter na nova revolução tecnológica. Se não formos capazes de absorver e gerar tecnologias de ponta, estaremos condenados a um papel marginal na economia mundial.

Nos últimos dois anos, a comunidade internacional vem adotando um novo enfoque com relação ao tratamento do comércio de produtos agrícolas.

As negociações sobre agricultura em curso no âmbito da Rodada Uruguai terão reflexos importantes nas economias de todos os países-membros do Grupo dos

77, sejam ou não partes contratantes do GATT. Devem, portanto, merecer acompanhamento detalhado por todos os países em desenvolvimento, de modo a garantir ampla participação nas decisões que acabem por ser tomadas.

É reconfortante notar que, apesar de todas as dificuldades, este Grupo segue empenhado em promover e, onde possível, expandir a cooperação econômica e técnica entre seus membros. É-me particularmente grato recordar o ímpeto com que, inspirados no Programa de Ação de Caracas sobre Cooperação Econômica, elaboramos e colocamos em vigor o Acordo do Sistema Global de Preferências Comerciais entre países em desenvolvimento. A vigência deste é demonstração adicional da capacidade do Grupo de gerar instrumentos complementares de defesa, diante de uma estrutura internacional de poder econômico onde parece não haver espaço para o progresso dos países em desenvolvimento, para sua plena inserção na economia mundial, em bases mínimas de dignidade.

Esta situação torna-se extremamente grave para os países de menor desenvolvimento relativo. A eles deve seguir voltada a atenção especial de toda a comunidade internacional.

O Grupo dos 77 não pode esmorecer na busca constante de soluções justas e eficazes para problemas conjunturais que afligem os países em desenvolvimento, muitos deles derivados do incessante surgimento, nos países desenvolvidos, de sofisticadas barreiras restritivas, destinadas a inibir nossa capacidade de competir ou de recebermos uma remuneração justa pela nossa atividade exportadora.

Senhor Presidente,

A questão da dívida externa continua a ser ponto central de nossas preocupações, não só pelos reflexos diretos sobre nossas

realidades internas, como pelos desequilíbrios que gera na ordem internacional, em seu contexto mais amplo.

Apesar dos insistentes apelos dos países em desenvolvimento credores para o encontro de alternativas razoáveis, que levem em conta a dimensão política do problema, muito pouco ou nada se fez até o momento. Não que inexistam propostas. Mas o fato é que nenhuma das que foram apresentadas tem alcance verdadeiramente global. Tampouco consideram apropriadamente as restrições a que nossos países já estão submetidos.

De um lado, é-nos exigido seguir o receituário recessivo das instituições financeiras; de outro, falta a decisão política de canalizar maiores recursos às economias dos países endividados. Restringem-se os novos financiamentos, multiplicam-se as condicionalidades para a obtenção de créditos. Enquanto isso, persistimos na injusta condição de exportadores líquidos de capital, quando crescemos nossas necessidades de investimentos internos. Quando os movimentos de capital são reconhecidos como fator que ultrapassou o próprio comércio, na função propulsora da vida econômica.

Meu país está convencido de que a solução para o problema passa necessariamente pela redução dos valores da dívida e, conseqüentemente, dos juros. É aí que devemos concentrar esforços a curto prazo. De pouco valem medidas de caráter emergencial para equilibrar balanços de pagamento, que atuam como paliativos, mas não propiciam solução eficaz e duradoura para a questão. A dívida não nos pode inviabilizar o crescimento, nem tampouco marginalizar-nos do processo rápido e profundo de transformações e modernização por que passam a economia e a ordem internacional, em função, entre outros, dos imensos avanços tecnológicos. Já remetemos recursos em demasia aos centros credores, o

suficiente para pagar muitas vezes o valor do débito individual de nossos países e permitir à comunidade financeira acumular níveis confortáveis de reservas.

Temos também que repensar o binômio comércio/endividamento. A circunstância de sermos obrigados a gerar superávits permanentes para fazer face ao serviço da dívida tem efeitos corrosivos de longo prazo, que não podem ser minimizados. Reduzem-se as disponibilidades para programas sociais indispensáveis, com impacto negativo evidente sobre as estruturas políticas dos países endividados. Além disso, a contração das importações tem sérios reflexos sobre a modernização de nossos parques industriais. Se ao menos houvesse reciclagem dos recursos em níveis adequados, as perspectivas seriam menos sombrias. Isso, entretanto, não tem ocorrido.

Estamos acompanhando com grande interesse os novos desenvolvimentos sobre a questão da dívida externa. Esperamos que, a partir daí, possam desenhar-se alternativas viáveis e definitivas para o equacionamento da dívida individual de nossos países, que resultem de um consenso entre as partes envolvidas.

Senhor Presidente,

Temos de estar preparados para, solidários, atuar num cenário internacional extremamente complexo, cambiante, em que a cada momento novos temas são agregados à agenda internacional.

A preservação do meio ambiente, que interessa de muito perto a nossos países e a nossas sociedades, transformou-se em questão de interesse internacional. É bom que assim seja. Mas, infelizmente, a proteção da ecologia tem servido de pretexto para pressões descabidas, ilógicas, inaceitáveis, ameaçando nossa soberania sobre recursos naturais que nos pertencem.

Nos muitos foros em que se discutem hoje em dia questões ligadas ao meio ambiente, o Brasil tem constante e consistentemente afirmado que a proteção do patrimônio ecológico constitui um dos desafios mais cruciais do nosso tempo.

É evidente que o estado do meio ambiente mundial enseja sérias preocupações. De fato, a interação do homem com a natureza, muitas vezes levada a cabo de forma inadequada e predatória, deu origem a uma série de fenômenos, que comprometem a saúde ambiental do planeta: alterações climáticas, precipitações ácidas, destruição da camada de ozônio, deterioração de mananciais de água potável, poluição de oceanos e zonas costeiras, degradação de solos, avanço da desertificação, pressões sobre ecossistemas florestais, perda da diversidade biológica, movimentos transfronteiriços de resíduos perigosos, manutenção de arsenais nucleares e de outras armas de destruição em massa. O equacionamento desses graves problemas exige o estreitamento da cooperação internacional e a implementação de medidas que logrem reduzir e neutralizar os riscos de uma irreversível degradação.

Considera meu país que o acesso dos países em desenvolvimento às informações científicas mais atualizadas, o desenvolvimento de tecnologias não-poluidoras e de tecnologias específicas para a proteção do meio ambiente, a criação de mecanismos que permitam a transferência dessas tecnologias para os países em desenvolvimento, e o estabelecimento de mecanismos para canalizar recursos financeiros, em termos adicionais e concessionais, para projetos de conservação ambiental, são condições essenciais na busca de soluções adequadas para os problemas ecológicos que afligem a Humanidade. Desenvolvimento e conservação ambiental não podem ser antagônicos. Na verdade, tentar discutir meio

ambiente sem levar em consideração as necessidades prementes de desenvolvimento econômico e social em nossos países só contribuiria para prejudicar irremediavelmente os esforços internacionais nesse campo.

No ano passado, o Brasil co-patrocinou a Resolução 43/196 da Assembléia Geral, sobre a convocação da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a qual nos oferecemos para sediar. O Brasil espera poder contar com o apoio dos países-membros do Grupo dos 77 a esse oferecimento.

Senhor Presidente,

Volto a ressaltar a importância da reunião que celebramos aqui, nesta hospitaleira cidade de Caracas. Confirmamos a vitalidade de nosso Grupo, amadurecido por um quarto de século de lutas em prol do desenvolvimento econômico e social de nossos povos. Em prol, sobretudo, de uma ordem econômica internacional que permita a todos, indistintamente, o acesso ao progresso, ao bem-estar social.

Em que a cooperação seja a tônica, e a pobreza, a doença, o analfabetismo sejam parte do passado.

xxv aniversário da constituição do opanal

Discurso pronunciado pelo Embaixador Araújo Castro no XI Período Ordinário de Sessões da Conferência Geral do Organismo para a Proscrição de Armas Nucleares na América Latina (OPANAL), na cidade do México, em 25 de abril de 1989

Senhor Presidente,

Gostaria de registrar, inicialmente, a satisfação com que o Governo brasileiro comparece ao Décimo Primeiro Período Ordinário de Sessões da Conferência Geral do Organismo para a Proscrição de Armas Nucleares na América Latina, nesta ocasião em que se comemora o vigésimo aniversário da constituição do OPANAL. Desejo ainda expressar o reconhecimento da Delegação do Brasil pelo tratamento fraterno e amigo dispensado, mais uma vez, pelo Governo e pelo povo mexicano.

A presença do Brasil nesta Conferência Geral do OPANAL não se faz por força do hábito. Ela representa, acima de tudo, uma reiteration do firme compromisso do meu país com os princípios e objetivos do Tratado de Tlatelolco. O Brasil se orgulha não só de ter sido o primeiro país a propor, na Assembléia Geral das Nações Unidas de 1962, a criação de uma zona militarmente desnuclearizada na América Latina, como também de ter contribuído construtivamente para a elaboração e a aplicação do Tratado.

Ao longo das mais de duas décadas transcorridas desde a conclusão do Tratado de Proscrição de Armas Nucleares na América Latina, o Brasil tem sido firme na defesa dos dois objetivos centrais do Tratado: a promoção do desenvolvimento e da utilização da energia nuclear exclusivamente para fins

pacíficos e a rejeição à introdução de armas nucleares em nossa região do mundo.

De conformidade com a exortação feita no Tratado de Tlatelolco a que todos os Estados da região usufruam do direito que lhes cabe de ter o acesso mais amplo e irrestrito à energia nuclear para promover o progresso econômico e social de seus povos, o Brasil tem levado adiante, com seus próprios recursos e em cooperação com outros países, um notável programa de desenvolvimento e aproveitamento dessa tecnologia para fins pacíficos.

Em setembro de 1987, o Presidente José Sarney anunciou o domínio pelo Brasil da tecnologia para o enriquecimento do urânio. Ao fazê-lo, reiterou solenemente as finalidades exclusivamente pacíficas do programa nuclear brasileiro.

Em outubro de 1988, a nação brasileira tomou o passo, que acredito sem precedentes em nossa região, de dar força de norma constitucional a esse compromisso que de longa data vinha sendo reafirmado pelo Brasil, inclusive pela decisão que tomou, ainda na década de 1960, de assinar e, em seguida, ratificar o Tratado de Tlatelolco. Determina textualmente a Constituição brasileira de 1988 que "toda atividade nuclear em território nacional somente será admitida para fins pacíficos e mediante aprovação do Congresso Nacional".

Senhor Presidente,

Acredita o Governo brasileiro que é chegada a hora de pôr termo às falácias daqueles que afirmam ver no avanço tecnológico dos países em desenvolvimento – no campo nuclear como em qualquer outro – um risco à paz, à segurança, ao meio ambiente global e à própria sobrevivência da humanidade inerentes à acumulação, ao aperfeiçoamento e à disseminação geográfica das armas de destruição em massa em poder das principais potências militares.

Não podemos deixar de notar que as únicas formas de proliferação de armas nucleares efetivamente constatadas nos mais de vinte anos que se passaram desde a conclusão do Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares foram a proliferação vertical e a disseminação geográfica em terra, mar e ar dos arsenais das próprias potências nucleares.

Não podemos tampouco deixar de observar que esses países, que agora se afirmam tão preocupados com a proteção do meio ambiente, preferem ignorar o fato, apontado no relatório Bruntland sobre meio ambiente e desenvolvimento, de que a própria existência dos arsenais de armas nucleares e de outras armas de destruição em massa e o risco de sua utilização são hoje os maiores riscos à preservação do meio ambiente em escala mundial.

Na Declaração de Brasília, adotada no final de março por ocasião da Sexta Reunião Ministerial sobre o Meio Ambiente na América Latina e no Caribe, nossos Governos registraram com clareza sua posição sobre essa matéria ao afirmar que:

"Los países que poseen armamentos nucleares y de otra índole para la destrucción en masa deben cesar inmediatamente todas las pruebas y experimentos con estas armas y promover activamente su eliminación. Solamente así será posible

garantizar la protección del medio ambiente contra el riesgo de la contaminación y la destrucción ecológicas".

A delegação do Brasil leu com grande interesse o estudo preparado pelo Programa das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente sobre o tema da Contaminação Radioativa do Ambiente Marinho compreendido na Zona de Aplicação Definitiva do Tratado de Tlatelolco (S/INF.400), documento que, em nossa opinião, constitui base adequada para o exame do assunto. O Governo brasileiro acolhe com satisfação a decisão de se iniciar no âmbito do OPANAL a consideração de medidas destinadas a prevenir a contaminação radioativa na área marinha da zona de aplicação do Tratado. Ao assinalar as preocupações que sobre essa matéria têm sido expressas no contexto da Zona de Paz e de Cooperação do Atlântico Sul, a delegação do Brasil registra sua disposição de contribuir para os trabalhos que o OPANAL decidir empreender nessa área.

Senhor Presidente,

O Brasil tem invariavelmente manifestado seu firme apoio ao Tratado de Tlatelolco como um instrumento internacional equilibrado e eqüitativo, baseado nos princípios consagrados na Resolução 2028 (XX) da Assembléia Geral das Nações Unidas, que é muito apropriadamente citada no preâmbulo do Tratado.

Ao assinar em 1967 o Tratado que havia ajudado a elaborar e ao ratificá-lo em 1968, o Brasil fez a sua parte para assegurar a entrada em vigor do Tratado de Tlatelolco em toda a sua zona de aplicação, com a participação de todos os Estados da região e a assunção plena dos compromissos correspondentes às potências coloniais e nucleares de fora da região.

Cabem agora, não ao Brasil, mas àqueles países que ainda não tomaram a decisão soberana de assumir os compromissos previstos no artigo 28.1. os passos que

são ainda necessários para que o Tratado entre em plena vigência. Esperamos que esses passos, com os quais o Tratado entrará formalmente em vigor para o Brasil, venham a ser tomados com a possível brevidade. Enquanto isso, como temos dito em diversas ocasiões, o Brasil não hesita em afirmar seu compromisso de atuar sempre de maneira compatível com os objetivos do Tratado, de acordo com o princípio de direito internacional consagrado na Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados.

O Brasil tem procurado colaborar com aqueles países que optaram por recorrer à faculdade prevista no artigo 28.2, cooperando com os trabalhos do Organismo para a Proscrição das Armas Nucleares na América Latina, que esta semana celebra vinte anos de existência.

Nosso constante diálogo com os países-membros do OPANAL e com todos os demais países da área de Tlatelolco é mais uma manifestação do processo cada vez mais vivo e intenso de consulta e entendimento entre os países latino-americanos e caribenhos sobre os grandes temas políticos e econômicos de interesse para toda a nossa região.

É nesse espírito, Senhor Presidente, que a Delegação do Brasil participa desta reunião da Conferência Geral do OPANAL. E é nesse espírito de diálogo e de franqueza que faço algumas observações sobre os documentos preparados para esse encontro, que contém numerosas referências diretas ou indiretas a meu país.

Mencionei há pouco a atitude falaciosa, promovida por países altamente industrializados, que procura identificar riscos para a paz mundial nas conquistas tecnológicas dos países do terceiro mundo. Foi assim com surpresa que encontramos no relatório do Secretário-geral do OPANAL (documento CG/326) uma inaceitável vinculação entre o registro dos "avanços espetaculares no campo da tecnologia

nuclear" alcançados por "alguns países da região" e a afirmação de que "particularmente agora... a proliferação das armas nucleares representa um perigo crescente". Cabe notar que essa absurda vinculação está reproduzida textualmente no preâmbulo do projeto de resolução sobre o relatório da Comissão de Bons Ofícios (documento CG/L.248).

O Brasil saudou com interesse, na última reunião da Conferência Geral, a decisão de encomendar a preparação de um estudo sobre a relação entre a Zona de Paz e de Cooperação do Atlântico Sul e a Zona Livre de Armas Nucleares na América Latina. Interpretamos essa decisão como um reconhecimento da complementaridade de propósitos entre a iniciativa dos países sul-atlânticos e o Tratado de Tlatelolco.

Mas, ao ler o estudo preparado (documento CG/337), verificamos que o autor do documento aparentemente se julgou autorizado a questionar a própria legitimidade da exortação à não-introdução de armas nucleares na região, que foi feita na Declaração de 1986 e reiterada no Documento Final da Primeira Reunião de Estados da Zona de Paz e de Cooperação, realizada no Rio de Janeiro em julho de 1988.

Em seu relatório à Conferência Geral, o Secretário-geral do OPANAL registra satisfação com os progressos alcançados no processo de integração entre o Brasil e a Argentina, especialmente no âmbito nuclear. Em seguida, porém, toma a iniciativa de formular interpretações sobre o sentido desse processo, inclusive no que se refere a uma suposta superação de "obstáculos para (a) incorporação plena (dos dois países) ao Tratado de Tlatelolco". Devo assinalar que é nos termos das quatro Declarações Conjuntas sobre política nuclear, firmadas pelos Presidentes Raúl Alfonsín e José Sarney a partir de novembro de 1985, que deve ser entendido o elevado nível de entendimento

alcançado por nossos dois países no campo da utilização pacífica da energia nuclear.

No relatório da Comissão de Bons Ofícios (documento CG/329) há uma referência às "reiteradas observações" de representantes do Brasil sobre as "dificuldades" que meu país estaria encontrando para negociar com a Agência Internacional de Energia Atômica o acordo de salvaguardas previsto no artigo 13 do Tratado. O relatório do Conselho do OPANAL (documento CG/327) também se refere a "dificuldades encontradas" pelo Brasil nessa negociação. Essas afirmações são inteiramente descabidas, uma vez que o Governo brasileiro entende que o artigo 13 define uma obrigação que só se aplicará ao Brasil quando o país se tornar Parte Contratante do Tratado.

O mesmo documento assinala que o Seminário técnico-jurídico sobre salvaguardas que seria realizado no ano passado se destinava "fundamentalmente" a países como o Brasil, que estariam "experimentando essas dificuldades". O convite enviado ao Governo brasileiro para participar do encontro não especificava ser esse o propósito do Seminário; se tivesse, não teríamos hesitado em esclarecer prontamente o equívoco.

O relatório do Conselho do OPANAL afirma que esse órgão tomou nota de "objeções" que o Governo brasileiro teria feito aos artigos 15, 16, 18 e 20 do Tratado de Tlatelolco. Os documentos CG/326 e CG/329 registram que o próprio Secretário-geral do OPANAL se referiu a supostas "objeções" do Brasil ao artigo 16 do Tratado no discurso que pronunciou em junho de 1988 perante a Assembléia Geral das Nações Unidas. Trata-se de evidente incorreção, uma vez que o Brasil assinou e ratificou o Tratado sem reservas e não fez objeção a qualquer de seus artigos.

Com referência especificamente ao artigo 16, a Delegação do Brasil à última Confe-

rência Geral do OPANAL assinalou o risco de que a indispensável confidencialidade de certos processos industriais não estivesse devidamente garantida e sugeriu que se iniciasse um processo de reflexão sobre essa questão, para que se possam concertar maneiras de resguardar de forma satisfatória os interesses legítimos de nossos países (documento S/Inf.374).

Creio que o assunto poderia se objeto de um estudo cuidadoso, no qual fossem analisadas, *inter alia*, as soluções concebidas no curso de outras deliberações sobre questões de desarmamento. Os países aqui representados estarão certamente cientes do cuidado com que esse mesmo tema tem sido tratado na Conferência do Desarmamento de Genebra, em particular no âmbito das negociações referentes à Convenção sobre Armas Químicas.

Senhor Presidente,

Tive oportunidade de mencionar a importância que o Brasil confere à resolução 2028 (XX) da Assembléia Geral das Nações Unidas, que sublinha a necessidade de um equilíbrio de responsabilidades e obrigações entre os Estados possuidores de armas nucleares e os Estados militarmente não-nucleares.

Com vistas a dar maior efetividade a esse princípio, pareceria apropriado que se desse início a um processo de exame de medidas destinadas a verificar e assegurar o pleno e rigoroso cumprimento pelas potências nuclearmente armadas das obrigações definidas nos textos dos dois Protocolos Adicionais do Tratado de Tlatelolco.

Ao mesmo tempo, deveriam também ser estudados com cuidado o sentido e o alcance das declarações interpretativas formuladas por ocasião das assinaturas e ratificações dos dois Protocolos. Seria talvez de esperar-se que os países que as

formularam fossem instados a considerar a retirada de certas dessas declarações – em particular as que pareceriam poder afetar a efetividade da zona livre de armas nucleares – com pelo menos a mesma insistência com que se propõe a certos outros países que recorram à faculdade prevista no artigo 28.2 do Tratado.

Senhor Presidente,

Antes de terminar, é com prazer que manifesto o inteiro apoio do Governo brasileiro à idéia da adoção de emenda ao

Tratado de Tlatelolco que permita a incorporação de Guiana e Belize, países com os quais mantemos fortes vínculos de amizade. Ao reproduzir a iniciativa adotada pela Organização dos Estados Americanos quando aprovou o Protocolo de Cartagena das Índias, que entrou em vigor no final do ano passado, a Conferência Geral do OPANAL estará contribuindo para a observância plena do princípio da universalidade, princípio que constitui um dos marcos balizadores do compromisso consciente do Brasil com o futuro do sistema de Tlatelolco.

xv sessão do conselho de administração do pnuma

**Discurso do Embaixador Bernardo Pericás Neto,
Subsecretário-geral de Assuntos Políticos e Chefe da
Delegação Brasileira, em Nairóbi, em 15 de maio de 1989**

Senhor Presidente,

Gostaria inicialmente de declarar que o Governo brasileiro reconhece a importância e a gravidade das principais questões ambientais da atualidade – alterações climáticas, chuvas ácidas, recursos hídricos, poluição dos oceanos e das zonas costeiras, degradação dos solos, desertificação, desmatamento, mudanças de *habitat* e ameaças à diversidade biológica, movimentos transfronteiriços de resíduos perigosos – fenômenos que estão diretamente ligados à interação do homem com o ecossistema global. Eles exigem a rápida implementação de medidas capazes de reduzir ou neutralizar os riscos de uma degradação irreversível.

O alerta pioneiro da comunidade científica internacional, lançado ao final dos anos 60, sobre as ameaças decorrentes de uma exploração indiscriminada do patrimônio ecológico global levaram à Conferência de Estocolmo sobre o Meio Ambiente Humano, realizada em junho de 1972. Desde então, o conceito de meio ambiente ganharia uma dimensão multifacetada, incorporando a dinâmica dos fatores econômicos e sociais aos processos químicos, físicos e biológicos que afetam os ecossistemas. Valeria recordar o princípio adotado em Estocolmo segundo o qual o desenvolvimento econômico e social é essencial para assegurar ao homem um meio ambiente fa-

vorável e a melhoria de sua qualidade de vida.

O balanço das iniciativas em favor da preservação e da recuperação ambiental comporta, entretanto, certas ambigüidades. A consciência global a respeito da importância do assunto e o conhecimento científico dos fenômenos naturais e do impacto humano sobre o ecossistema ampliou-se consideravelmente. Por outro lado, é inegável que pouco se fez para reverter efetivamente as reais causas das preocupantes alterações ambientais que hoje se evidenciam: os padrões de consumo desenfreado e de desperdício nas economias industrializadas e o círculo vicioso que associa, no mundo em desenvolvimento, pobreza e devastação ambiental.

Estamos vivendo um momento em que as condições internacionais favorecem o tratamento construtivo dos problemas que afetam a humanidade. Nesse contexto, o Brasil acredita firmemente que também as questões ambientais devem ser encaminhadas sem emocionalismo ou sensacionalismo.

O Governo brasileiro vem adotando medidas vigorosas e envidando esforços determinados com vistas a defender e proteger o meio ambiente, guiado pelo preceito constitucional que declara o meio ambiente patrimônio comum do povo brasileiro e impõe ao Poder público e à so-

cidade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

O Brasil tem participado ativamente de diversos encontros internacionais sobre meio ambiente; participamos do Grupo de Trabalho *ad hoc* que elaborou a Convenção de Basiléia sobre Resíduos Perigosos; fizemo-nos representar na Conferência de Cúpula da Haia sobre a Proteção da Atmosfera Global; em Londres e Helsinque, participamos de reuniões sobre a proteção da camada de ozônio. Ano passado, ratificamos a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, que inclui importantes dispositivos de proteção do meio ambiente marinho; também em 1988, no Rio de Janeiro, sediamos a Primeira Reunião dos Estados da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul, em que a questão ambiental foi considerada altamente prioritária. Copatrocinamos a Resolução 43/196 da Assembléia Geral das Nações Unidas sobre a convocação da II Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, que nos oferecemos para sediar com o endosso da América Latina e Caribe, e o apoio de diversos outros países de todas as regiões.

No plano regional, temos igualmente atuado em conformidade com a grande importância que acordamos ao meio ambiente. Em março passado, participamos da III Reunião dos Chanceleres dos Estados Partes do Tratado de Cooperação Amazônica, em Quito, em que se criou uma Comissão Especial para o Meio Ambiente. No mesmo mês, sediamos a VI Reunião Ministerial sobre o Meio Ambiente na América Latina e Caribe, realizada em Brasília. As Declarações de São Francisco de Quito e de Brasília adotadas na conclusão desses encontros refletem certas posições fundamentais dos países da região no que tange à questão ambiental: o repúdio à interferência externa; a reafirmação do direito soberano

dos Estados na administração de seus recursos naturais; a necessidade de compatibilizar a proteção ambiental com os imperativos do desenvolvimento econômico e social; o incremento da cooperação internacional em matéria ambiental; a importância de alcançar-se uma solução duradoura para a questão da dívida externa.

No dia 6 de maio, em Manaus, os Presidentes dos Estados-Partes do Tratado de Cooperação Amazônica reuniram-se para discutir temas relativos ao desenvolvimento da região. O documento adotado naquela ocasião – a Declaração da Amazônia – consolida as posições comuns dos países da região quanto à promoção da cooperação em todas as áreas de interesse com vistas ao desenvolvimento sustentável da Região Amazônica.

Senhor Presidente,

A proteção do meio ambiente exige a intensificação de medidas eficazes para enfrentar as principais questões ambientais de interesse comum. Julgamos necessário que a atuação futura do PNUMA seja orientada para o fortalecimento da cooperação internacional nas seguintes áreas:

- favorecimento do acesso dos países em desenvolvimento à informação científica, inclusive mediante a participação de cientistas desses países no esforço mundial de pesquisa sobre o meio ambiente; o desenvolvimento de tecnologias ambientalmente racionais e de tecnologias relacionadas com a proteção do meio ambiente; a criação de mecanismos para a transferência de tais tecnologias para os países em desenvolvimento sem custo comercial; o estabelecimento de mecanismos financeiros para canalizar recursos em termos concessionais e adicionais para projetos de proteção e recuperação ambiental em países em desenvolvimento.

No entanto, certas tendências nos esforços da comunidade internacional para a proteção do meio ambiente são inegavelmente motivos para preocupação. A imposição de condicionalidades pelas instituições financeiras multilaterais é um desses casos. Em verdade, essa prática dificulta a consecução do objetivo de desenvolvimento sustentável pelos países em desenvolvimento. Tal prática, portanto, deve ser abandonada. Da mesma forma, é indispensável e urgente que os países altamente industrializados reduzam de forma substancial a emissão de poluentes, responsável pela maior parte do atual nível de degradação ambiental.

É universalmente reconhecido que o maior perigo para a vida humana e o meio ambiente é a própria existência de armas nucleares e outras armas de destruição em massa. Os países que possuem tais arsenais deveriam cessar imediatamente os testes com esse tipo de armamento e promover a sua progressiva eliminação.

Como afirmado pelo Presidente José Sarney na abertura da VI Reunião Ministerial sobre o Meio Ambiente na América Latina e Caribe, "a pobreza é a

forma mais trágica de poluição". O Governo brasileiro acredita que a redefinição da cooperação internacional para o meio ambiente está diretamente vinculada à superação das iniquidades do atual sistema econômico mundial, gerador de grandes fortunas, mas também de miséria e degradação ambiental.

Seria absurdo pensar que os povos do Terceiro Mundo aceitariam continuar a viver sob condições incompatíveis com a dignidade humana apenas para permitir ao Norte industrializado a manutenção de uma conveniente "reserva natural" em seu quintal.

No momento em que o grande conflito ideológico de nosso século perde intensidade, devemos estar preparados para repensar a sociedade em nova perspectiva. A questão do meio ambiente pode proporcionar tal perspectiva e pode forçar-nos a reexaminar muitos dos aspectos básicos da vida moderna.

A questão que enfrentamos é econômica, social e moral. O problema não é apenas saber se o planeta sobreviverá, mas também como sobreviverá.

relações diplomáticas

entrega de credenciais de embaixadores estrangeiros

Hernán Veintimilla Salcedo, da República do Equador;

Ousman A. Sallah, da República da Gâmbia, em 28 de março de 1989.

Martin Mbarga Nguete, da República dos Camarões, em 23 de maio de 1989.

Michael Charles K. Hamendo, da República de Gana;

Joaquim Rafael Branco, da República Democrática de São Tomé e Príncipe, em 20 de junho de 1989.

concessão de *agrément* à designação de embaixadores

Estados Unidos da América

O Governo brasileiro concedeu *agrément* à designação do Senhor RICHARD HUNTINGTON MELTON, como Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário dos Estados Unidos da América.

A seguir, dados biográficos do Senhor Melton:

Nascido em 1935, o Senhor Melton é diplomata de carreira, casado e tem três filhos. Estudou nas Universidades de Cornell e Wisconsin e fala espanhol e português.

Ingressou no serviço diplomático em 1961, havendo servido em Manágua (1963/1965), São Domingos (1965/1967) e em Recife (1967/1969), onde exerceu as funções de Chefe do Setor Político do

Consulado Americano. No Departamento de Estado, trabalhou no Departamento de Assuntos Interamericanos (1971/1975), havendo ademais, cursado o "National War College".

O Embaixador Melton foi, após 1975, Chefe do Setor Político em Londres e Lisboa e Ministro-Conselheiro no Uruguai (1982/1985), havendo retornado ao Departamento de Estado em 1985, onde foi Chefe da Divisão da América Central (1985/1988).

De abril a setembro de 1988 foi Embaixador na Nicarágua e, desde então, é Secretário de Estado, substituto, para Assuntos Interamericanos.

França

O Governo brasileiro concedeu *agrément* à designação do Senhor JEAN BERNARD OUVRIEU, como Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da França.

A seguir, dados biográficos do Senhor J. Bernard Ouvrieu:

Nascido em 13 de março de 1939, o Senhor Ouvrieu é formado em Direito e ex-aluno da Escola Nacional de Administração da França (ENA). Ocupou vários cargos no Ministério das Relações Exteriores e na Administração Central da França, dentre os quais o de Assessor de Gabinete do Primeiro-Ministro (1968/1969) e o de Chefe, substituto, do Gabinete do Ministro (1979/1980). Foi Diretor de Relações Internacionais junto ao Comissariado Geral de Energia Atômica (1980) e Representante francês no Conselho de Governadores da Agência Internacional de Energia Atômica (1981/1985). Serviu, entre outros, em Bruxelas (1971/1974), Bagdá (1975/1977), Washington (1977/1979)

e Seul, onde exerceu as funções de Embaixador entre 1985 e 1987. É atualmente Diretor de Assuntos Econômicos e Financeiros no Ministério das Relações Exteriores da França.

O Senhor Jean Bernard Ouvrieu deverá substituir o Senhor Philippe Cuvillier, Embaixador da França desde 15 de setembro de 1987.

Paraguai

O Governo brasileiro concedeu agrément à designação do Senhor JUAN ESTEBAN AGUIRRE MARTINEZ, como Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da República do Paraguai.

A seguir, dados biográficos do Senhor Aguirre Martinez:

Nascido em 1949, o Senhor Juan Esteban Aguirre Martinez é casado e tem quatro filhos. Kursou estudos médios nos Estados Unidos e formou-se em Direito no Paraguai, em 1973, havendo feito curso de

Pós-Graduação em Administração Pública nos Estados Unidos.

Exerceu a advocacia e, em 1976, foi nomeado Programador de Cooperação Técnica Internacional da Secretaria de Planejamento de seu país, havendo sido promovido a Coordenador da dita Secretaria em 1977.

Por concurso, ingressou na Organização das Nações Unidas como funcionário do Fundo da População das Nações Unidas no Paraguai. Em 1986 foi transferido para Nova Iorque, onde foi responsável pela coordenação dos programas de ajuda externa para a América Central. Em 1988 passou a coordenar os programas de ajuda à Colômbia, Equador, Venezuela, Panamá, Cuba e República Dominicana.

Participou de diversas conferências e reuniões internacionais sobre temas de cooperação internacional, na qualidade de representante do Governo paraguaio. É membro ativo do Partido Colorado desde maio de 1968.

tratados acordos convênios

brasil e vietnam estabelecem relações diplomáticas

Acordo sobre o estabelecimento de relações diplomáticas entre a República Federativa do Brasil e a República Socialista do Vietnam, vigente a partir de 8 de maio de 1989

Havana, 8 de maio de 1989

A Sua Excelência o Senhor

Do Van Tai,

Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da República Socialista do Vietnam.

Senhor Embaixador,

Tenho a honra de informar Vossa Excelência de que o Governo da República Federativa do Brasil me autorizou comunicar ao Governo da República Socialista do Vietnam, por intermédio de Vossa Excelência, que considera estabelecidas, a partir desta data, as relações diplomáticas entre nossos dois países.

Entende meu Governo que essas relações serão fundamentadas nos princípios da Carta das Nações Unidas e da Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas, de 1961.

Oportunamente, serão acordados detalhes referentes às Sedes das respectivas Embaixadas.

Esta nota e a nota de mesmo teor e data, da Vossa Excelência, expressando idêntica decisão por parte do Governo vietnamita, constituem Acordo sobre o estabelecimento de relações diplomáticas entre a República Federativa do Brasil e a República Socialista do Vietnam, a vigorar a partir desta data.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência os protestos de minha mais alta consideração.

Paulo Tarso Flecha de Lima

ajuste complementar de cooperação científica e tecnológica entre o brasil e a urss

Ajuste Complementar de Cooperação Científica e Tecnológica, firmado em 6 de junho de 1989, no campo da informática e computadores, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas sobre Programa a Longo Prazo de Cooperação Econômica, Comercial, Científica e Tecnológica, assinado em Brasília em 30 de setembro de 1987

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (doravante denominados "Partes"),

Reconhecendo interesse comum na cooperação científica e tecnológica no setor de informática e computadores, e

Tendo como fundamento o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas sobre Programa a Longo Prazo de Cooperação Econômica, Comercial, Científica e Tecnológica firmado em Brasília, em 30 de setembro de 1987,

Acordam o seguinte:

ARTIGO I

As partes desenvolverão cooperação no campo da informática e de computadores, nos seguintes ramos:

- a) engenharia de *software*;
- b) estações de trabalho multiprocessadoras;
- c) redes de computadores;
- d) automação industrial;
- e) microeletrônica.

ARTIGO II

A cooperação prevista neste Ajuste Complementar será realizada, segundo as condições previstas pelo Acordo so-

bre Programa a Longo Prazo acima mencionado, nas seguintes modalidades, sem exclusão de outras que venham a ser mutuamente acordadas:

- a) intercâmbio de cientistas e especialistas para realização de atividades científicas e tecnológicas;
- b) realização de conferências, seminários, cursos e palestras;
- c) elaboração e publicação de trabalhos conjuntos sobre os resultados de pesquisas científicas e tecnológicas;
- d) intercâmbio de informação científica e tecnológica;
- e) realização de atividades conjuntas de pesquisa e desenvolvimento.

ARTIGO III

As Partes designam as seguintes entidades responsáveis pela implementação do presente Ajuste Complementar:

- a) Secretaria Especial da Ciência e Tecnologia da Presidência da República, por intermédio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq - e da Secretaria Especial de Informática - SEI -, pelo lado brasileiro, e
- b) Academia de Ciências da URSS, por intermédio de seu Setor de Informática, Computadores e Automação - OIVTA -, pelo lado soviético.

ARTIGO IV

Os procedimentos operacionais necessários à implementação das atividades a serem realizadas no âmbito do presente Ajuste Complementar serão acordados por via diplomática.

ARTIGO V

1. O presente Ajuste Complementar entrará em vigor quando as Partes se tiverem comunicado sobre o cumprimento das respectivas formalidades legais internas.

2. O presente Ajuste Complementar terá uma validade de dois anos, findos os quais será automaticamente renovado por períodos iguais e sucessivos, a menos que qualquer uma das Partes comunique à outra, a qualquer tempo e por via diplomática, com uma antecedência de seis meses, sua intenção de denunciá-lo.

Feito em Brasília, em 6 de junho de 1989, em dois exemplares originais nas línguas portuguesa e russa, sendo ambos os textos autênticos.

cooperação técnica entre o brasil e a rfa

Ajuste Complementar, por troca de notas, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre a implantação e operação do "Centro Supra-Regional de Formação em Tecnologia da Soldagem", vigente a partir de 8 de junho de 1989

A Sua Excelência o Senhor Heinz W. Dittmann,

Embaixador Extraordinário da República Federal da Alemanha.

Senhor Embaixador,

Tenho a honra de acusar recebimento da nota EZ 445/128/476/89, datada de 08/06/89 de Vossa Excelência, cujo teor em português é o seguinte:

"Senhor Ministro,

Com referência ao Ajuste de 6 de julho de 1984 e em execução do Acordo de Cooperação Técnica, de 30 de novembro de 1963, concluído entre o Governo da República Federal da Alemanha e o Governo da República Federativa do Brasil, a Embaixada da República Federal da Alemanha tem a honra de propor ao Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil o seguinte Ajuste Complementar sobre a implantação e operação do "Centro Supra-Regional de Formação de Tecnologia da Soldagem" (PN 81.2225.1):

1. O Governo da República Federal da Alemanha e o Governo da República Federativa do Brasil continuarão a apoiar conjuntamente o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) na implantação e operação do Centro Supra-Regional de Tecnologia da Soldagem, com o objetivo de formar técnicos de soldagem qualificados e elaborar normas uniformizadas para os exames de soldador.
2. Para este fim, o Governo da República Federal da Alemanha está disposto a
 - (1) enviar o seguinte pessoal:
 - um engenheiro especialista em soldagem, como chefe de equipe, pelo período adicional máximo de 36 homens/mês,
 - um soldador-instrutor, pelo período adicional máximo de 36 homens/mês, bem como
 - técnicos a curto prazo, pelo período total máximo de 8 homens/mês;
 - (2) fornecer equipamento de reposição e complementar e peças sobressalentes para as oficinas laboratoriais e de soldagem, destinados a

completar o equipamento básico de soldagem facultado pela parte brasileira, bem como o material didático necessário;

- (3) facultar, por um período total máximo de 77 homens/mês, estágios de formação nos setores de soldador-instrutor e engenheiro especialista em soldagem para um número máximo de dez técnicos brasileiros, que, após seu regresso, atuarão nesse projeto, dando autonomamente prosseguimento às tarefas dos técnicos enviados.

3. Os técnicos enviados assessorarão e apoiarão os técnicos parceiros nas seguintes tarefas:

- a) Realização e controle dos estágios de formação, fiscalização e otimização da concepção e da documentação concernente à formação,
- b) aperfeiçoamento do programa do curso iniciado com êxito, através da avaliação do planejado inquérito dos concluintes,
- c) extensão regional de determinados programas de soldagem a outros centros de formação do SENAI, também a outras direções regionais, e, para tanto, em especial, assessoramento na atualização e complementação do equipamento por parte do SENAI, e treinamento dos instrutores,
- d) prosseguimento dos contatos com as empresas e organização da cooperação durante o estágio, os exames, etc.,
- e) apoio ao sistema de soldagem no Brasil, através da colaboração em associações, no estabelecimento de normas, etc.,
- f) intercâmbio de documentação especializada, de material técnico e didático elaborado pelo "Deutscher Verband für Schweisstechnik e.V." (DVS) (Associação Alemã de Técnica de Soldagem – associação registrada); realização desse intercâmbio com a própria DVS e, se necessário, por intermédio da "Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit" (GTZ).

4. a) O Governo da República Federal da Alemanha encarregará da execução de suas contribuições a "Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit (GTZ)" GmbH, Postfach 5180, 6236 Eschborn 1.

b) O Governo da República Federativa do Brasil encarregará da implementação do projeto o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI).

c) O projeto será realizado em estreita colaboração com as empresas industriais no Rio de Janeiro.

d) Os órgãos encarregados nos termos dos parágrafos 1 e 2 deste item poderão estabelecer

conjuntamente os pormenores da implementação do projeto num plano operacional ou de outra forma adequada, adaptando-os, caso necessário, ao andamento do projeto.

5. As disposições do acima mencionado Ajuste, de 6 de julho de 1984, continuarão em vigor.

6. De resto, aplicar-se-ão também ao presente Ajuste as disposições do acima referido Acordo, de 30 de novembro de 1963, inclusive a cláusula de Berlim (Artigo 10).

Caso o Governo da República Federativa do Brasil concorde como o exposto nos itens 1 a 6, proponho que a presente nota e a nota de resposta de Vossa Excelência, em que se expresse a concordância do Governo brasileiro, constituam um Ajuste entre os dois Governos, a entrar em vigor na data da nota de resposta.

A Embaixada da República Federal da Alemanha aproveita esta oportunidade para reiterar ao Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil os protestos da sua mais elevada consideração".

2. Em resposta, informo Vossa Excelência de que o Governo brasileiro concorda com os termos da nota acima transcrita, a qual, juntamente com a presente, passará a constituir um Ajuste Complementar entre nossos dois Governos, a entrar em vigor na data de hoje.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração.

Paulo Tarso Flecha de Lima

Ajuste Complementar, por troca de Notas, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre o projeto "Pós-Graduação em Ciências Geodésicas", vigente a partir de 8 de junho de 1989

A Sua Excelência, o Senhor Doutor Heinz W. Dittmann,

Embaixador Extraordinário da República Federal da Alemanha.

Senhor Embaixador,

Tenho a honra de acusar recebimento da Nota EZ 445/159/475/89, datada de 08/06/89, cujo teor em português é o seguinte:

Senhor Ministro,

Em nome do Governo da República Federal da Alemanha e com referência à Nota Verbal DCOPT/124/ETEC-L00-H01, de 29 de maio de 1987, e ao Ajuste de 22 de novembro de 1985 (Pós-Graduação em Ciências Geodé-

sicas na Universidade do Paraná), bem como em execução do Acordo de Cooperação Técnica, de 30 de novembro de 1963, concluído entre o Governo da República Federal da Alemanha e o Governo da República Federativa do Brasil, tenho a honra de propor a Vossa Excelência o seguinte Ajuste sobre o projeto

"Pós-Graduação em Ciências Geodésicas" (PN 77.2517.9):

1. As partes contratantes concordam em dar prosseguimento à promoção da Universidade do Paraná no setor da pós-graduação em ciências geodésicas.

2. Para este fim, o Governo da República Federal da Alemanha está disposto a

(1) enviar

- a) um técnico, na função de professor universitário de geodésia/fotogrametria, pelo período máximo de 32 meses,
- b) nove técnicos, na função de professores universitários de geodésia/fotogrametria, para exercerem atividades de curto prazo, por um período total de até 9 homens/mês,
- c) dois técnicos, na função de peritos de curto prazo a nível técnico, por um período total de até 6 homens/mês,
- d) quatro técnicos, na função de tutores, para colaborarem em cursos de formação, por um período total de até 8 homens/mês;

(2) colocar à disposição

- a) bolsas para cursos de aperfeiçoamento no estrangeiro, por um período máximo de 60 homens/mês, e
- b) bolsas para medidas de aperfeiçoamento, por um período máximo de 12 homens/mês, bem como

(3) fornecer aparelhos científicos, equipamento laboratorial e material didático de geodésia e fotogrametria.

3. O Governo da República Federal da Alemanha, encarregará da execução de suas contribuições a "Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit (GTZ) GmbH", 6326 Eschborn 1.

O Governo da República Federativa do Brasil encarregará da implementação do projeto a Universidade Federal do Paraná, em Curitiba.

Os órgãos encarregados nos termos dos parágrafos 1 e 2 deste item poderão estabelecer conjuntamente e em forma adequada os pormenores da implementação do projeto, adaptando-os, caso necessário, ao andamento do mesmo.

4. As disposições do acima referido Ajuste de 22 de novembro de 1985 permanecerão em vigor.

5. De resto, aplicar-se-ão também ao presente Ajuste as disposições do Acordo de Cooperação Técnica, de 30 de novembro de 1963, inclusive a cláusula de Berlim (artigo 10).

Caso o Governo da República Federativa do Brasil concorde com as propostas contidas nos itens 1 a 5, esta nota e a nota de resposta de Vossa Excelência em que se expresse a concordância do mesmo constituirão um Ajuste entre os dois Governos, a entrar em vigor na data da nota de resposta.

Permita-me, Senhor Ministro, apresentar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração.

Heinz W. Dittmann

2. Em resposta, informo Vossa Excelência de que o Governo brasileiro concorda com os termos da Nota acima transcrita, a qual juntamente com a presente passará a constituir um Ajuste entre nossos dois Governos, a entrar em vigor na data de hoje.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração.

protocolo que modifica a convenção entre o brasil e a finlândia

Protocolo firmado em 12 de junho de 1989, em Brasília, que modifica a Convenção entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Finlândia para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal concernente à Tributação de Renda, assinada em Helsinque em 16 de fevereiro de 1972

O Governo da República Federativa do Brasil

e

o Governo da República da Finlândia,

Desejando concluir um Protocolo que modifica a Convenção para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal concernente à Tributação da Renda, assinada em Helsinque a 16 de fevereiro de 1972,

Acordam o seguinte:

ARTIGO I

Os parágrafos 2, 3, 5 e 6 do Artigo 10 da Convenção serão revogados e substituídos pelos seguintes:

"2. Contudo, os dividendos podem ser tributados também no Estado Contratante onde reside a sociedade

que os paga, e de acordo com a legislação desse Estado, mas o imposto assim estabelecido não poderá exceder 15 por cento do montante bruto dos dividendos.

As Autoridades Competentes dos Estados Contratantes estabelecerão, de comum acordo, a forma de aplicar esta limitação.

Este parágrafo não afetará a tributação da sociedade com referência aos lucros que deram origem aos dividendos pagos."

"3. Não obstante o disposto no parágrafo 1, serão isentos do imposto finlandês os dividendos pagos por uma sociedade que reside no Brasil a uma sociedade que reside na Finlândia e que controla diretamente ao menos 10 por cento do poder de voto da sociedade pagadora."

"5. O termo "dividendos", usado no presente Artigo, designa os rendimentos provenientes de ações ou outros direitos, de participação em lucros, com exceção de créditos, bem como rendimento de outras participações de capital, que estejam sujeitos ao mesmo tratamento tributário dos rendimentos de ações pelas leis do Estado em que a sociedade distribuidora seja residente."

"6. Quando uma sociedade residente na Finlândia tiver um estabelecimento permanente no Brasil, esse estabelecimento poderá ali estar sujeito a um imposto retido na fonte de acordo com a legislação brasileira. Todavia, esse imposto não poderá exceder 15 por cento do montante bruto dos lucros do estabelecimento permanente, determinado após o pagamento do imposto sobre a renda de sociedades."

ARTIGO II

O parágrafo 4 do Artigo 23 da Convenção será revogado e substituído pelo seguinte:

"4. No que concerne aos dividendos, aos juros e aos *royalties*, o imposto brasileiro é considerado como tendo sido pago a uma taxa mínima de 25 por cento."

ARTIGO III

1. O seguinte novo parágrafo será inserido no Protocolo à Convenção, imediatamente após a primeira sentença:

"1. Ad Artigo 11, parágrafo 3

As Autoridades Competentes dos Estados Contratantes poderão acordar que o parágrafo 3 do Artigo 11 aplicar-se-á à instituição de qualquer denominação pertencente em sua maior parte ao Governo de um Estado Contratante."

2. Os atuais parágrafos 1 e 2 do Protocolo da Convenção serão renumerados como 2 e 3.

ARTIGO IV

1. As Partes Contratantes notificarão uma a outra de que foram cumpridos os requisitos constitucionais para a entrada em vigor do presente Protocolo.

2. O Protocolo entrará em vigor 30 dias após a data da última das notificações a que se refere o parágrafo 1, e suas disposições terão efeito:

- a) no Brasil, sobre dividendos e sobre os rendimentos indicados no parágrafo 6 do Artigo 10, recebidos em ou após 1º de janeiro do ano calendário imediatamente seguinte ao ano em que o Protocolo entrar em vigor;
- b) na Finlândia, sobre rendimentos recebidos em ou após 1º de janeiro do ano calendário imediatamente seguinte ao ano em que o Protocolo entrar em vigor.

Em testemunho do que os abaixo-assinados, devidamente autorizados pelos seus respectivos Governos, firmaram o presente Protocolo.

Feito em duplicata em Brasília, em 12 de junho de 1989, nas línguas portuguesa, finlandesa e inglesa, sendo os três textos igualmente autênticos. No caso de qualquer divergência de interpretação, prevalecerá o texto em língua inglesa.

Pelo Governo da República Federativa do Brasil
Roberto de Abreu Sodré

Pelo Governo da República da Finlândia
Risto Kauppi

assentamento de atos multilaterais ocorridos no segundo trimestre de 1989

1. Convênio Internacional do Café, 1983, Londres, 16-9-82

Libéria - RATIFICOU

2. Acordo Internacional Sobre Óleo de Oliva e seus Derivados, Genebra, 1-7-86

Argélia - RATIFICOU

3. Acordo Constitutivo da Associação Internacional de Produtores de Algodão, 1983

Gabão e Equador - RATIFICARAM

4. Acordo Internacional do Açúcar, Londres, 11-9-87

Coréia e África do Sul - RATIFICARAM

5. Pacto Internacional sobre Direitos Cívicos e Políticos, Nova York, 16-12-1966

Togo – ACEITOU

6. Convenção para a Melhoria da Sorte dos Feridos e Enfermos dos Exércitos em Campanha (Protocolo I), Genebra, 10-6-77

Mali e Zâmbia – ADERIRAM

7. Convenção para a Melhoria da Sorte dos Feridos e Enfermos dos Exércitos em Campanha (Protocolo II), Genebra, 10-6-77

8. Acordo Internacional sobre Borracha, 1987, Genebra, 20-3-87

URSS e Japão – ACEITARAM

China – RATIFICOU

9. Convenção de Viena para a Proteção das Camadas de Ozônio Viena, 22-3-85

Alemanha – ACEITOU

10. Protocolo de Montreal sobre Substâncias que Esgotam a Camada de Ozônio, Montreal, 16-9-87

Venezuela, Dinamarca, Grécia, Irlanda, Itália, Espanha e Grã-Bretanha – RATIFICARAM

Cingapura, Rep. Dem. Alemã, Lichtenstein e Países Baixos – ADERIRAM

11. Convenção para Constituir o Comitê Regional de Sanidade Vegetal – COSAVE, Montevideu, 9-3-89

Uruguai – RATIFICOU

12. Convenção sobre Assistência em caso de Acidente Nuclear ou Emergência Radiológica, Viena, 26-9-86

Tunísia – RATIFICOU

13. Convenção sobre Notificação Imediata de Acidente Nuclear, Viena, 26-9-86

Tunísia – RATIFICOU

14. Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas, Viena, 18-4-61

Albânia – RATIFICOU

15. Convenção Internacional contra a Tomada de Reféns, Nova York, 17-12-79

Bulgária, Camarões, Equador e Rep. Dem. Alemã – ADERIRAM

16. Convenção de Viena para a Proteção da Camada de Ozônio, Viena, 22-3-85

Grécia e Burkina Faso – RATIFICARAM

17. Convenção contra a Tortura e Outras Formas de Punição ou Tratamento Cruel, Desumano e Degradante

Itália e URSS – RATIFICARAM

atos bilaterais que entraram em vigor durante o segundo trimestre de 1989

ALEMANHA

01 – (339) – Ajuste Complementar sobre o Projeto "Pós-Graduação em Ciências Geodésicas".

Vigor em 8-6-89 – data de assinatura

02 – (338) – Ajuste Complementar sobre a Implantação e Operação do "Centro Supra-Regional de Formação em Tecnologia da Soldagem".

Vigor em 8-6-89 – data de assinatura

03 – (340) – Ajuste Complementar ao A.C.T. de 30-11-63, sob a promoção do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO) em Xerém, Rio de Janeiro.

Celebrado em Brasília, em 5-7-89 – data de vigor

BOLÍVIA

01 – (168) – Acordo, por troca de Notas, sobre Integração Energética.

Celebrado em Brasília, a 27-7-89 – data de vigor

GRÃ-BRETANHA

01 – (098) – Memorando de Entendimento entre a Agência Brasileira de Cooperação (Brasil) e a Administração de Desenvolvimento Ultramarino do Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte.

Celebrado em Brasília, a 5-7-89 – data de vigor

PARAGUAI

01 – (149) – Declaração de Intenções de Cooperação entre o Estado do Paraná, Brasil, e a República do Paraguai.

Concluído em 6-7-89 – data de vigor

PERU

01 - (107) - Declaração Conjunta Brasileiro-Peruana.

Concluída em Manaus, em 7-5-89 - data de vigor

SURINAME

01 - (019) - Declaração Conjunta Brasil - Suriname

Concluída em 10-8-89 - data de vigor

VIETNAM

01 - (01) - Acordo, p.t.n., sobre Estabelecimento de Relações Diplomáticas.

Concluído em Havana, em 8-5-89 - data de vigor

UNESCO

01 - (010) - Acordo entre o Brasil e a UNESCO, para a Elaboração do "Guia Geral das Fontes de História da República: Arquivos, Bibliotecas e Museus Brasileiros".

Concluído em 12-7-89 - data de vigor

atos bilaterais não-vigentes assinados durante o segundo trimestre de 1989

FINLÂNDIA

01 - (016) - Protocolo que modifica a Convenção para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal Concernente à Tributação de Renda.

Concluído em Brasília, em 12-6-89

ESPANHA

01 - (080) - Convênio de Cooperação Judiciária em Matéria Civil.

Concluído em Madri, em 13-4-89

02 - (081) - Convênio Básico de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica e Protocolo de Intenções.

Concluído em Madri, em 13-4-89

JORDÂNIA

01 - (003) - Acordo Comercial.

Concluído em Amã, em 15-6-89

MOÇAMBIQUE

01 - (008) - Acordo de Cooperação Cultural

Concluído em Maputo, em 1-6-89

02 - (009) - Protocolo Complementar ao Acordo Geral de Cooperação no Campo da Meteorologia.

Concluído em Maputo, em 1-6-89

03 - (010) - Acordo de Co-Produção Cinematográfica.

Concluído em Maputo, em 1-6-89

04 - (011) - Protocolo Complementar ao Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica.

Concluído em Maputo, em 1-6-89

05 - (012) - Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica.

Concluído em Maputo, em 1-6-89

TCHECOSLOVÁQUIA

01 - (034) - Acordo sobre Cooperação Cultural.

Concluído em Praga, em 7-4-89

URSS

01 - (060) - Ajuste Complementar de Cooperação Científica e Tecnológica no Campo da Informática e de Computadores.

Concluído em Brasília, em 6-6-89

reunião da conantar

Nota à Imprensa

No dia 31 de março de 1989, sob a presidência do Ministro das Relações Exteriores, Roberto de Abreu Sodré, reuniu-se no Itamaraty a Comissão Nacional para Assuntos Antárticos (CONANTAR).

Na ocasião, a CONANTAR passou em revista as principais questões relacionadas à cooperação internacional no tocante ao Continente antártico e avaliou a posição do Brasil sobre essas questões.

Especificamente, examinaram-se os seguintes tópicos:

- a – O andamento da execução do Programa Antártico Brasileiro;
- b – A cooperação com países amigos;
- c – As recomendações adotadas pelas Reuniões Consultivas;
- d – A convenção para a Regulamentação de Atividades sobre Recursos Minerais Antárticos, concluída em 1988;
- e – Os resultados da Reunião para a Revisão da Convenção das Focas Antárticas, realizada em Londres em setembro de 1988;
- f – O desenrolar da VII Reunião da Comissão para a Conservação de Recursos Marinhos Antárticos, realizada em outubro-novembro de 1988 na Austrália;
- g – Os resultados da consideração da Questão da Antártida na 43ª Sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas;
- h – As novas adesões ao Tratado da Antártida e novas partes consultivas ao Tratado;
- i – A designação de observadores brasileiros, de conformidade com o Artigo VII do Tratado da Antártida;
- j – A segurança aérea na Antártida;
- k – A XV Reunião Consultiva do Tratado da Antártida.

Ao considerar esses itens, a CONANTAR examinou informações sobre ameaças a que estaria sendo submetido o meio ambiente antártico, em particular, denúncias relativas a possíveis conseqüências ambientais decorrentes de gerenciamento inadequado de lixo em estações antárticas, construção de novas pistas de pouso de aviões e intensificação de expedições turísticas.

A CONANTAR registrou sua preocupação permanente com o frágil ecossistema antártico e salientou a importância da cooperação entre todos os países que desenvolvem atividades naquele continente, em particular as Partes Consultivas do Tratado da Antártida, para garantir a proteção ambiental da região.

Nesse contexto, a Comissão decidiu propor a indicação, em breve, de observadores para, de conformidade com o Artigo VII do Tratado da Antártida, realizarem inspeções, com ênfase no impacto ambiental da presença do homem na região.

A Comissão expressou sua satisfação com o fato de a estação brasileira "Comandante Ferraz" ser internacionalmente reconhecida como um exemplo em termos de cuidado com a preservação do meio ambiente e decidiu instruir a delegação do Brasil à Reunião Consultiva do Tratado Antártico, que se realizará em maio próximo, em Paris, a conceder especial atenção e a favorecer medidas que promovam a defesa do meio ambiente antártico.

declaração da haia é publicada em jornais franceses

Texto da Nota Verbal, encaminhada pelo Itamaraty, à Embaixada da República Francesa acerca da publicação da Declaração da Haia nos jornais franceses "Figaro", "Le Monde" e "Libération"

O Ministério das Relações Exteriores cumprimenta a Embaixada da República Francesa e tem a honra de informá-la de que tomou conhecimento da publicação da Declaração da Haia nos jornais franceses "Figaro", "Le Monde" e "Libération", no dia 3 do corrente, conforme o entendimento havido entre os países signatários de que a referida declaração seria divulgada, naquela data, em jornais das respectivas capitais.

Foi, entretanto, com grande perplexidade que se verificou ter sido a Declaração, nos jornais franceses, precedida de texto introdutório, intitulado "Nosso país é o planeta – o chamamento dos 24", cujo teor refere-se à "criação de uma entidade dotada de verdadeiros poderes de decisão e de execução para salvar a atmosfera", a que teriam conclamado os 24 países, "prontos a delegar uma parcela de sua soberania nacional pelo bem comum de toda a humanidade".

Como não ignora essa Embaixada, o Governo brasileiro é frontalmente contrário ao sentido do texto introduzido no anúncio oficial à guisa de apresentação da Declaração. O Ministério das Relações Exteriores assinala ter sido justamente o fato de a versão final da Declaração da Haia não contemplar referências como as que se lhe procura atribuir que possibilitou ao Governo brasileiro assiná-la.

O Ministério das Relações Exteriores não pode, portanto, deixar de registrar sua inconformidade com esse episódio, que não parece destinado a contribuir para o avanço da

cooperação internacional em matéria tão relevante quanto à questão da proteção do meio ambiente.

Brasília, em 4 de abril de 1989.

presidente da república popular da china visita o brasil

Nota à Imprensa, de 4 de abril de 1989

Atendendo a convite do Presidente José Sarney, que visitou Pequim em junho de 1988, o Presidente da República Popular da China, Yang Shangkun, realizará visita de Estado ao Brasil de 3 a 12 de junho próximo.

Durante sua estada no País, o Presidente Yang Shangkun visitará Brasília e as cidades de Manaus, São Paulo e Rio de Janeiro.

brasil lamenta os conflitos no líbano

Nota à Imprensa

O Governo brasileiro, hoje como ontem, acompanha com consternação a retomada dos combates fratricidas no Líbano, o agravamento da crise reinante naquele país e a participação de forças armadas estrangeiras em ataques contra a população civil libanesa.

O Líbano muito contribuiu para a formação e o desenvolvimento da nacionalidade brasileira. Esse é mais um motivo a fim de que o Brasil apoie iniciativas para a suspensão dos combates na área de Beirute e renove seu respaldo a esforços de países amigos e do "Comitê *ad hoc* da Liga Árabe", visando a retirada das forças estrangeiras do Líbano e o restabelecimento naquele país amigo da ordem pública, soberania política e integridade territorial.

Brasília, 11 de abril de 1989.

apoio brasileiro à namíbia

Nota à Imprensa, de 11 de abril de 1989

O Governo brasileiro lamenta os incidentes ocorridos na fronteira norte da Namíbia e condena o emprego da força pela África do Sul. Com vistas à implementação plena e efetiva do plano das Nações Unidas para independência da Namíbia – Resolução 435 (1978) do Conselho de Segurança –, é essencial que todas as partes exerçam o máximo de moderação até o equacionamento dos incidentes.

Nesse sentido, o Governo brasileiro recebeu com satisfação as notícias procedentes de Nova York, após

reunião do Conselho de Segurança, acerca das perspectivas de normalização da situação da Namíbia, possibilitando a retomada do processo de implementação da Resolução 435 e a operação do UNTAG.

brasil e papua nova guiné estabelecem relações diplomáticas

Nota à Imprensa, de 27 de abril de 1989

Os Governos da República Federativa do Brasil e o Estado Independente de Papua Nova Guiné estabeleceram relações diplomáticas em nível de Embaixada no dia 27 de abril de 1989.

É a seguinte a declaração feita pelos dois Governos e assinada pelos seus representantes nas Nações Unidas:

"O Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado Independente de Papua Nova Guiné, desejosos de promoverem o entendimento mútuo e de fortalecerem os laços de amizade existentes entre os dois países, decidiram estabelecer relações diplomáticas e trocar embaixadores, a partir de 27 de abril de 1989."

A representação brasileira em Porto Moresby será cumulativa com a Embaixada do Brasil em Camberra.

em Brasília o ministro dos negócios exteriores de trinidad e tobago

Comunicado à Imprensa

A convite do Governo brasileiro, sua Excelência o Doutor Sahadeo Basdeo, Ministro dos Negócios Exteriores e Comércio Internacional da República de Trinidad e Tobago, realizou uma visita oficial ao Brasil nos dias 26 a 28 de abril de 1989.

Durante sua estada em Brasília, o Chanceler de Trinidad e Tobago, que se fez acompanhar de uma importante comitiva, foi recebido pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República e pelos Presidentes do Congresso Nacional, da Câmara dos Deputados e do Supremo Tribunal Federal.

Nas conversações que foram mantidas pelos dois Ministros do Exterior, foram passados em revista diversos temas da atualidade mundial, dentre os quais sobressaem os relativos ao abrandamento das tensões internacionais, à crise ocasionada pelo problema da dívida externa dos países em desenvolvimento, ao processo de pacificação da América Central, à necessidade de fortalecer o sistema interamericano, no contexto da Organização dos Estados Americanos, e às questões do meio ambiente.

No plano das relações bilaterais, os dois Ministros registraram, com satisfação, a realização da III Reunião da Comissão Mista Brasil – Trinidad e Tobago, em Brasília, nos dias 24 e 25 do corrente. Os resultados alcançados nas conversações então mantidas prenunciam um sensível adensamento e diversificação no relacionamento recíproco. Assim é que, com grande prazer, notaram um expressivo avanço no processo da cooperação técnica, científica e tecnológica, através dos entendimentos havidos entre peritos dos dois países nos campos da agricultura, pecuária e da formação de mão-de-obra especializada.

Verificaram, da mesma forma, o prosseguimento de conversações tendentes a tornar mais efetiva a cooperação bilateral nas áreas econômica e comercial, tanto entre empresas estatais dos dois países quanto entre representantes da iniciativa privada.

Ao final das conversações, que transcorreram em clima de alta cordialidade e com elevado espírito de cooperação, os dois Ministros manifestaram seu firme propósito de manter um diálogo amplo e freqüente sobre temas do interesse bilateral e expressaram seu desejo de que se possam manter e ampliar os canais de comunicação ora reativados, com vistas a tornar cada vez mais dinâmico e mutuamente benéfico o intercâmbio recíproco de pessoas, bens e serviços.

Brasília, em 28 de abril de 1989.

relações diplomáticas brasil – vietnam

Informação à Imprensa

Os Governos da República Federativa do Brasil e da República Socialista do Vietnam decidiram estabelecer relações diplomáticas em nível de Embaixada.

Nesse sentido, no dia 8 de maio de 1989, na cidade de Havana, os dois países trocaram Notas Reversais assinadas pelo Secretário-geral das Relações Exteriores, Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima, e pelo Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da República Socialista do Vietnam, Senhor Do Van Tai.

Brasília, em 8 de maio de 1989.

garimpo é tema de conversações entre brasil e venezuela

Comunicado de 9 de maio de 1989

A presença de brasileiros em território venezuelano, próximo à fronteira, em Roraima, em atividades de garim-

po, tem sido objeto de conversações entre os Governos do Brasil e da Venezuela.

Em decorrência de entendimentos de alto nível ocorridos no último dia 6 em Manaus, durante a Reunião de Chefes de Estado dos Países-membros do Tratado de Cooperação Amazônica, o Governo brasileiro está enviando a Caracas no dia 10, em avião especial da FAB, Missão diplomática chefiada pelo Chefe do Departamento Consular e Jurídico do Itamaraty, Ministro Márcio de Oliveira Dias. A Missão será integrada ademais pelos Chefes da Divisão de Fronteiras e da Divisão da América Meridional II, e por assessores da 2ª Comissão Demarcadora de Limites do Ministério das Relações Exteriores.

A referida Missão deverá manter conversações em Caracas, nos próximos dias, com autoridades do Governo venezuelano, com o objetivo de estabelecer formas adequadas de cooperação bilateral para a solução da questão surgida com a presença, no território venezuelano, de garimpeiros procedentes do Brasil.

A Missão governamental brasileira examinará, especialmente, junto às autoridades venezuelanas, as medidas de caráter assistencial e de proteção consular aos brasileiros em situação irregular em território venezuelano. As autoridades brasileiras contam, para tanto, propor ao Governo venezuelano a convocação de reunião extraordinária do Grupo Bilateral de Cooperação Consular, mecanismo julgado adequado pelo Governo brasileiro para o encaminhamento dos problemas e questões levantados pelo episódio.

grupo dos oito manifesta-se a respeito da situação política do panamá

Comunicado à Imprensa, de 11 de maio de 1989

Texto da declaração dos Chanceleres dos Países do Grupo dos 8, a respeito da situação política no Panamá.

Los Ministros de Relaciones Exteriores de Argentina, Brasil, Colombia, México, Perú, Uruguay y Venezuela, ante la situación planteada en la República de Panamá, y CONSIDERANDO:

1 – Que en el "Compromiso de Acapulco..." los Presidentes de los ocho países que integran el Mecanismo Permanente de Consulta y Concertación Política identificaron como un "desafío principal" del Grupo a "la consolidación de la democracia y el respeto a los derechos humanos."

2 – Que como consecuencia de ello, en ese mismo documento se comprometieron a "concertar acciones para... contribuir a través de la cooperación y la consulta a la defensa, fortalecimiento y consolidación de las instituciones democráticas."

3 – Que en el mismo COMPROMISO DE ACAPULCO también expresaron que su concepción de la Paz está "ligada al respeto de los principios de la libre determinación de los pueblos y la no intervención en los asuntos internos de los Estados."

4 – Que en estricta observancia de la no intervención, norma esencial de política exterior en América Latina, corresponde abstenerse de emitir juicio sobre los factores causales y los asuntos específicos que han determinado, en ocasión del acto electoral, la crisis política en Panamá.

DECLARAMOS nuestra profunda consternación por una situación que puede alejar aún más al gobierno de Panamá de la comunidad democrática de América Latina en un momento histórico en que la libre expresión popular avanza de un modo inédito en nuestra región;

REITERAMOS nuestro compromiso de continuar defendiendo la no intervención, la autodeterminación y los compromisos democráticos asumidos en Acapulco, como también la vigencia irrestricta de los Tratados sobre el Canal de Panamá, como se manifestara en el COMPROMISO DE ACAPULCO; y

RATIFICAMOS nuestra convicción de que la mejor defensa de los intereses de las naciones y de los pueblos de América Latina se logrará con la vigencia libre e irrestricta de la voluntad popular, expresada sin trabas de ninguna naturaleza.

eua divulgam lista de práticas comerciais de terceiros países consideradas como barreiras às exportações americanas

Nota à Imprensa de 26 de maio de 1989

O Governo dos Estados Unidos da América divulgou lista de práticas comerciais de terceiros países que considera, com base em sua legislação interna, como barreiras às exportações norte-americanas. Entre essas práticas, as denominadas "restrições às importações" se referem a aspectos da política brasileira de comércio exterior. O Brasil foi, ainda, incluído em uma lista de países que, no entender do Governo norte-americano, não oferecem adequada proteção à propriedade intelectual, sobre o que o Governo brasileiro apenas tem a assinalar que cumpre fielmente a legislação sobre propriedade intelectual, aprovada pelo Congresso Nacional, e todas as convenções internacionais existentes sobre a matéria.

Segundo o Governo dos Estados Unidos, as restrições às importações prejudicariam o acesso ao mercado brasileiro de produtos norte-americanos. Tais restrições

seriam: suspensão temporária de emissão de guias de importação; limitações quantitativas e falta de transparência no processo de emissão de guias de importação.

O Governo brasileiro vê com preocupação essa ação do Governo norte-americano porque pode redundar na imposição futura de medidas comerciais unilaterais de restrição às exportações brasileiras, como também pelo despropósito em identificar e definir unilateralmente práticas comerciais legais como "barreiras ao comércio".

O Brasil tem pautado suas medidas de regulamentação comercial pelas regras internacionais. As medidas de controle de importação aplicadas pelo Governo brasileiro têm sido necessárias para corrigir os desequilíbrios em nossas contas externas e são plenamente justificadas à luz do Artigo XVIII:B do Acordo Geral Sobre Tarifas e Comércio (GATT). Em novembro de 1987, quando se realizou a última consulta plena do Brasil, o Comitê de Balanço de Pagamentos do GATT admitiu que tais medidas são necessárias para os esforços de ajustamento da economia a uma conjuntura financeira e comercial internacional adversa. Na ocasião, o Brasil obteve de todos os parceiros comerciais, inclusive dos Estados Unidos, o reconhecimento da legalidade e legitimidade de tais medidas.

As queixas que os Estados Unidos da América apresentam contra o Brasil são descabidas quando se verifica que a participação brasileira no déficit comercial global daquele país tem apresentado tendência declinante nos últimos anos, caindo de 4,4%, em 1983, para 4%, em 1988. As importações brasileiras de produtos norte-americanos aumentaram em mais de 60%, de 1983 a 1988, índice que representa mais do que o dobro do aumento global de 23% das exportações norte-americanas, durante aquele mesmo período. Com isso, o Brasil, que ocupava, em 1983, o 21º lugar entre os países importadores de produtos norte-americanos, passou para o 17º lugar, em 1988.

O Governo brasileiro tem espontaneamente introduzido importantes modificações em seu regime de importações, havendo rebaixado sua tarifa média de 85% para 41% e promovido uma redução à metade do número de produtos com emissão de guias de importação temporariamente suspensa, com o objetivo de atender às necessidades do presente estágio de desenvolvimento da economia brasileira, com consequências óbvias, unanimemente reconhecidas como positivas para o comércio internacional.

O Governo brasileiro tem participado da Rodada Uruguai com o firme propósito de buscar soluções universalmente aceitáveis para as principais questões que inibem a expansão do comércio internacional. A ação norte-americana tem sérios efeitos negativos sobre os esforços que vêm sendo feitos naquela rodada de negociações comerciais. Ao deixar sob ameaça todo o setor exportador brasileiro, a decisão norte-americana gera um clima de incerteza que inibe nossas vendas, causa prejuízos e, desse

modo, viola, na prática, o compromisso por todos assumido de não introduzir novas restrições ao comércio.

O Governo brasileiro considera de grande importância o fortalecimento das instituições multilaterais de comércio e dos mecanismos multilaterais de solução de controvérsias com os seus parceiros comerciais. Assim, o Brasil se reserva o direito de recorrer ao GATT na defesa dos legítimos interesses da economia e do comércio brasileiros.

brasil acompanha conflitos na china

Nota de 5 de junho de 1989

O Governo brasileiro acompanha com o interesse e a atenção que caracterizam suas relações de cooperação e amizade com a República Popular da China a evolução dos acontecimentos naquele país.

As informações aqui chegadas sobre trágicos acontecimentos de rua não podem deixar de gerar consternação, pelo que representam em perdas de vidas humanas e pelo abalo emocional que trazem à população e ao Governo daquele país amigo.

O Governo brasileiro manifesta sua esperança de que a China possa rapidamente superar as dificuldades que ora a afligem e vencer com coragem este doloroso momento.

itamaraty homenageia claudio santoro

Nota de 9 de junho de 1989

O compositor e maestro Claudio Santoro, falecido este ano, acaba de ser objeto de duas homenagens póstumas promovidas pelo Departamento Cultural do Itamaraty, em Londres e em Washington.

Em Londres foi organizado um concerto na Canning House, onde a SONATINA, de 1943, e "FANTASIAS SUL-AMERICANAS PARA OBOÉ, de 1983, foram executadas pela oboísta Elen Telles e pelo pianista britânico Richard Whilds.

Em Washington, composições de Claudio Santoro foram apresentadas no Brazilian American Cultural Institute pela flautista Odette Ernest Dias e pelo pianista Bridget de Moura Castro.

secretário de ciência e tecnologia da índia visita o brasil

Nota de 16 de junho de 1989

O Doutor Vasant Gowariker, Secretário de Ciência e Tecnologia da Índia, visitará o Brasil, acompanhado de dois assessores, de 18 a 21 de junho corrente, a convite da Secretaria Especial da Ciência e Tecnologia (SECT).

O objetivo da visita é examinar as possibilidades de cooperação nas áreas de informática, pesquisa científica, meteorologia, biotecnologia e espaço, entre outras.

O programa de visitas inclui as seguintes instituições: COBRA, FINEP, Comissão Nacional de Energia Nuclear, Academia Brasileira de Ciências, Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado do Rio de Janeiro, Fundação Oswaldo Cruz, Instituto de Pesquisas Espaciais e Instituto de Atividades Espaciais.

O Dr. Gowariker é engenheiro especializado em Ciências Espaciais e está intimamente ligado ao programa espacial indiano.

questões ambientais na amazônia brasileira

Cartas enviadas em 25 de março e 29 de maio de 1989 pelo Embaixador Geraldo Holanda Cavalcanti, Chefe da Missão Junto às Comunidades Europeias, ao Presidente do Parlamento Europeu, a propósito da Resolução aprovada por aquela casa versando sobre questões ambientais na Amazônia Brasileira

"O Governo brasileiro tomou conhecimento, com surpresa e indignação, da resolução aprovada no dia 16 do corrente pelo Parlamento Europeu que versa sobre questões ambientais na Amazônia Brasileira.

Em primeiro lugar, registro que o Brasil não reconhece a qualquer parlamento que não o Congresso Nacional brasileiro, eleito pelo nosso povo, competência para pronunciar-se sobre como devemos utilizar, conservar e preservar nossos recursos naturais, inclusive a Amazônia Brasileira.

O Movimento de Libertação que ocorreu nas Américas entre o fim do século XVIII e o início do século XIX conduziu à vida soberana e independente numerosos estados americanos, entre os quais o Brasil. Não creio que qualquer desses Estados esteja disposto a voltar a submeter seu destino nacional a ditames de cunho colonial. É de se lamentar profundamente que um projeto exemplar de cooperação internacional como o Projeto Ferro-Carajás possa dar margem a tantas interpretações equivocadas e mesmo a inaceitáveis manifestações intervencionistas como as acolhidas na resolução aprovada em 16 do corrente pelo Parlamento que Vossa Excelência preside.

Trata-se, Senhor Presidente, de linha de crédito – e digo crédito, e não ajuda ou doação – destinada a promover a exploração de minério de ferro do Brasil.

Essa linha de crédito, originalmente no valor de 600 milhões de dólares, foi utilizada em apenas 240 milhões de dólares por decisão da parte brasileira e, a partir de 1987, vem sendo devidamente paga.

O Projeto Ferro-Carajás é considerado um exemplo em matéria de preservação ecológica. Somente com essa finalidade ali foram investidos 656 milhões de dólares.

Essa, Senhor Presidente, a realidade de um projeto que se pode dizer modelo de cooperação internacional. Somente o desconhecimento dessa realidade pode explicar os equívocos factuais acolhidos na resolução. Sua concepção intervencionista é injustificável. As informações que chegaram a essa Casa são inverídicas. Que se pretenda interferir nas relações do Brasil com o Banco Mundial e com o FMI é inaceitável, e não honra as tradicionais e boas relações internacionais entre o Brasil e a Europa.

Se a parte considerativa da resolução se funda em premissas inexistentes, a porção resolutiva não tem sentido nem objeto. O Projeto Ferro-Carajás, no que tange às linhas de crédito comunitárias, está concluído. Resta apenas o pagamento desses créditos e o serviço da dívida, o que vem sendo feito com absoluto respeito às obrigações contratuais assumidas.

O Brasil repudia essa iniciativa, representada por uma resolução eivada de preconceito e de um paternalismo superado política e historicamente.

No interesse da boa cooperação entre o Brasil e as comunidades, o Governo Brasileiro espera firmemente que, de futuro, nos pronunciamentos do órgão que Vossa Excelência preside, sejam observadas com relação a meu país as regras de respeito e consideração a que todos os países soberanos têm direito."

"Senhor Presidente,

Como é do conhecimento de Vossa Excelência, o Parlamento Europeu aprovou, em sua última sessão plenária, uma resolução "sobre o problema ecológico da Região da Amazônia", de que foi relator o Deputado Hemmo Muntingh.

Acompanhei de perto a evolução por que passou o texto original, conforme havia sido submetido pelo autor à Comissão do Meio Ambiente, e pude constatar que as sucessivas tentativas das autoridades brasileiras e da Missão que dirijo, no sentido de fornecer a todos os interessados elementos de informação mais consentâneos com a realidade da Região da Amazônia, têm obtido certa divulgação. Para isso terá contribuído, e o agradeço a Vossa Excelência, o encaminhamento de tais elementos, contidos nas mensagens que lhe dirigi, aos

Senhores Deputados Membros das Comissões de Desenvolvimento e Cooperação e do Meio Ambiente.

O fato, no entanto, que do texto aprovado tenham sido retiradas algumas das expressões mais injustas e desrespeitosas para com as autoridades brasileiras, bem como algumas das afirmações que mais atentavam contra a verdade, não impede que sejam as autoridades brasileiras novamente obrigadas a manifestar sua inconformidade contra o texto aprovado, principalmente pelo fato do mesmo ingerir-se em assuntos que são da inteira competência e responsabilidade do Governo brasileiro.

Com efeito, Senhor Presidente, os textos aprovados contêm ainda certo número de inverdades, algumas das quais concentram-se no relatório que serve de Exposição de Motivos à Resolução. Quanto à parte resolutiva propriamente dita, as cifras citadas no parágrafo c da parte introdutória, por exemplo, deveriam sofrer correção apreciável. Embora não exista consenso científico sobre o número exato de índios que habitava todo o Brasil em 1600 (imagino que o relator deva ter querido dizer 1500), as estimativas variam entre 1 milhão (as mais difundidas) e 5 milhões, das quais menos de 2 milhões na Amazônia. O Historiador Colin McEvedy, em seu Atlas of Modern History, dá a cifra de um milhão de indivíduos para a totalidade da América do Sul não-incaica em 1483, argumentando que as formas de economia de subsistência das sociedades indígenas, aliadas à pobreza dos solos amazônicos, não permitiria maior população na região. Nenhum desses números se compadece com as cifras avançadas no documento aprovado pelo Parlamento Europeu, que não cita suas fontes. A grande diminuição da população indígena em toda a América Latina ocorreu, porém, como todos sabem, no período colonial.

Ainda no que respeita à questão indígena, a proteção legal do índio brasileiro, bem como a preservação de sua identidade cultural têm sido preocupação constante do Governo brasileiro. Os conflitos entre colonos individuais e populações nativas, que ocorreram também em todos os países do mundo onde se processou ou se processa a ocupação de terras virgens, têm dado motivo para ações rápidas e eficientes dos vários organismos governamentais envolvidos, e é notório que o número e a intensidade de tais conflitos está diminuindo.

Da mesma forma, parece despropositado que no contexto de uma resolução sobre o financiamento, pela Comunidade Européia, de projetos realizados na Região Amazônica figure o considerando ca., cujo conteúdo já foi objeto de resolução específica do Parlamento Europeu (resolução votada na Sessão de 19 de janeiro do corrente ano), onde se registrou especificamente que a justiça brasileira havia, como de hábito, agido pronta e eficazmente para elucidação do assassinato de Francisco Mendes e prisão de seus responsáveis.

Como já tive ocasião de longamente expor a Vossa Excelência em carta anterior, o Projeto Ferro-Carajás é

freqüentemente apontado como responsável por "devastações ecológicas" na Amazônia, quando, na realidade, trata-se, na opinião unânime de todos os ecologistas que o visitaram, de projeto pioneiro no campo da proteção ambiental. A Companhia Vale do Rio Doce, que o executou e que é diretamente visada no texto da Declaração, detém certamente a iniciativa mundial, entre empresas de sua envergadura, quanto às preocupações em relação ao meio ambiente. A reiterada condenação da Companhia Vale do Rio Doce em recinto parlamentar, que alcança grande repercussão nos meios de comunicação, é motivo de grande preocupação, pois representa certamente a ameaça de sérios prejuízos, morais e econômicos, tanto para aquela empresa como para meu país.

Quanto ao pedido contido no item 3 da parte operativa da Declaração, e endereçado aos países amazônicos no sentido de que "estabeleçam uma estratégia de conservação amazônica e façam da Amazônia uma questão internacional", revela o mesmo inteiro desconhecimento da existência do Tratado de Cooperação Amazônica, assinado em 3 de julho de 1978 por todos os países amazônicos, bem como dos textos mais recentes da Declaração de São Francisco de Quito, adotada pelos países amazônicos em 7 de março de 1989, e da Declaração da Amazônia, assinada em Manaus, no dia 6 de maio de 1989, por todos os presidentes dos países-membros do Tratado de Cooperação Amazônica. Os referidos textos, que me permitiram encaminhar a Vossa Excelência em 16 de maio corrente, poderiam esclarecer aos Senhores Deputados europeus que de há muito existe entre os países amazônicos uma estratégia de conservação amazônica, a qual será sem dúvida ainda incrementada com a mais recente criação de comissões intergovernamentais especiais para o ambiente e para os assuntos indígenas.

Por outro lado, reitero a Vossa Excelência que o Brasil tem buscado e aceitado a cooperação internacional, quando oferecida e efetivada de maneira respeitosa e apropriada,

para a solução de problemas ambientais de interesse comum ou geral. Nesse espírito acolhemos favoravelmente e estamos dispostos a examinar iniciativas comunitárias baseadas efetivamente em um conhecimento concreto da realidade do Brasil e genuinamente interessadas em favorecer a retomada de seu processo de crescimento econômico, única forma efetiva de combater aquilo que, nos países pobres, está na raiz dos problemas ambientais: o subdesenvolvimento. Aproveito a oportunidade etc."

Brasil felicita Angola pelo encaminhamento do fim da guerra

Nota de 26 de junho de 1989

O Governo brasileiro felicita o Presidente de Angola, José Eduardo dos Santos, e todos os Chefes de Estado africanos que colaboraram para a conclusão do acordo que encaminha os princípios para o término da guerra em Angola.

O Governo brasileiro exprime a sua satisfação pelo cessar-fogo iniciado à meia-noite do último dia 24 e auspícia para que as conversações entre as forças angolanas sejam conduzidas em prol da paz, da integração de todos os cidadãos à convivência nacional, bem como do desenvolvimento econômico e do progresso social de toda a nação angolana.

O Brasil, que desde 1976 desenvolve, em todos os campos, importantes laços de cooperação com Angola, além de participar ativamente do processo de paz do sudoeste africano, renova sua disposição de colaborar com o país-irmão e, nesse sentido, contribuir para uma aproximação cada vez maior entre os dois povos.

brasil preocupa-se com a situação do líbano

Nota à Imprensa

O Presidente José Sarney dirigiu, dia 24, mensagens ao Presidente George Bush e ao Secretário-geral das Nações Unidas, Javier Pérez de Cuellar, sobre a situação no Líbano, nos seguintes termos:

"Em nome do povo e do Governo brasileiro, profundamente preocupados com o desenvolvimento fraticida da crise libanesa, expressei meu apoio integral a esforços que os Estados Unidos da América (as Nações Unidas e Vossa Excelência) possam envidar em favor do cessar-fogo e da retomada do diálogo interno no Líbano. O Brasil orgulha-se de sua herança árabe. Oito milhões de brasileiros descendem de libaneses. Não podemos permanecer indiferentes ao sofrimento contínuo imposto ao país amigo e louvamos todas as iniciativas que sejam capazes de eventualmente restaurar a paz e a concórdia ao Líbano".

sarney congratula o novo presidente da argentina

Mensagem de 16 de maio de 1989 do Presidente Sarney ao Governador da Província de La Rioja, Carlos Saúl Menem, congratulando-o por sua eleição à Presidência da República Argentina

"Pediria a Vossa Excelência aceitar as mais efusivas congratulações que lhe transmito, em nome do povo brasileiro e no meu próprio, pela significativa vitória alcançada no pleito pela Presidência da Nação Argentina.

As eleições que consagraram o seu nome expressaram os mais elevados anseios do nobre povo argentino, em sua contínua luta em prol da democracia, da paz e da prosperidade.

A escolha de Vossa Excelência afiança a continuação dos fraternos vínculos de amizade que marcam o relacionamento entre nossos países. Estou certo de que continuaremos juntos a trilhar firmemente o caminho da integração que une o Brasil à Argentina, expressão mais legítima dos profundos ideais de cooperação e democracia guardados por nossos povos.

Recordo com agrado as palavras de Vossa Excelência a mim dirigidas em sua carta de 28 de agosto de 1988, onde estes ideais são expressos com entusiasmo e convicção, como o grande caminho que desejam nossas Nações.

Auguro a Vossa Excelência os mais sinceros votos de ventura pessoal e de uma gestão plena de realizações pro-fícuas para o seu valoroso país e para o nosso continente latino-americano.

Cordiais saudações,

José Sarney
Presidente da República Federativa do Brasil"

reunião extraordinária da cúpula árabe

Mensagem, de 24 maio de 1989, do Presidente José Sarney ao Rei Hassan II, a propósito da Reunião Extraordinária da Cúpula Árabe, inaugurada em Casablanca

"Sua Majestade Hassan II,
Rei de Marrocos

Ao se iniciarem os trabalhos da Reunião Extraordinária da Cúpula Árabe, sob sua augusta presidência, saúdo em nome do povo brasileiro e no meu próprio todas as delegações árabes e islâmicas reunidas em Casablanca.

O Brasil orgulha-se de forte componente árabe de sua nacionalidade e faz votos sinceros para que suas altas deliberações contribuam para avançar as justas causas do povo palestino e restaurar a paz e a harmonia no Líbano, no rastro da retirada de toda presença militar estrangeira no país amigo.

Com a mais alta consideração,

José Sarney
Presidente da República Federativa do Brasil

dia nacional do meio ambiente

Mensagem do Presidente da República ao Secretário-geral das Nações Unidas, de 5 de junho de 1989

A Sua Excelência o Senhor
Javier Pérez de Cuellar,
Secretário-geral das Nações Unidas.

Senhor Secretário-geral,

Por ocasião do Dia Mundial do Meio Ambiente, o Brasil une-se a todos os que na comunidade das nações, reconhecendo a importância e gravidade da questão ambiental, sustentam que a proteção e melhoria do meio ambiente humano constitui preocupação fundamental e

tarefa prioritária nos dias de hoje. Os riscos que pesam sobre o equilíbrio ecológico em escala mundial – alterações climáticas, chuvas ácidas, destruição da camada de ozônio, poluição dos rios e oceanos, degradação dos solos, desertificação, acúmulo de resíduos tóxicos e radioativos, perda da diversidade biológica e redução da cobertura vegetal do planeta – requerem ação concertada entre as nações e genuína disposição de reforçar os mecanismos de cooperação internacional. O Brasil tem participado construtivamente em todos os foros em que a questão ambiental é debatida, e espera poder sediar em 1992 a Segunda Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano.

A histórica Declaração de Estocolmo de 1972 reconheceu que "enquanto nos países industrializados os problemas ambientais decorrem geralmente da industrialização e do desenvolvimento tecnológico, nos países em desenvolvimento esses problemas derivam primordialmente das condições impostas pelo subdesenvolvimento." afirmou igualmente que "a Humanidade e o Meio Ambiente devem ser poupados dos efeitos das armas nucleares e de todos os outros meios de destruição em massa". Transcorridas quase duas décadas desde Estocolmo, o mundo pouco avançou no sentido de reverter as causas das perturbações ambientais que hoje se evidenciam e que residem precisamente nos padrões de consumo e desperdício vigentes nas economias industrializadas e no círculo vicioso que associa, no mundo em desenvolvimento, pobreza e degradação ambiental. A promoção do desenvolvimento econômico e social constitui fator essencial para a proteção do meio ambiente. Nesse sentido, a iniquidade do sistema econômico internacional representa o principal obstáculo para a solução dos problemas ambientais nos países em desenvolvimento. A legítima preocupação da comunidade internacional com a questão ambiental deve voltar-se, prioritariamente, para a erradicação da pobreza, da fome e do desemprego. A miséria – cabe recordar – é a mais grave e infinitamente a mais desumana de todas as poluições. Para superá-la, os mecanismos de cooperação internacional precisam assegurar a disponibilidade de recursos adicionais, em termos concessionais e livres de condicionalidades, para projetos de desenvolvimento e proteção ambiental nos países em desenvolvimento. É necessário, igualmente, garantir o livre acesso desses países à informação científica relevante e às tecnologias ambientalmente saudáveis.

A importância que a sociedade brasileira atribui à preservação do meio ambiente está refletida nos dispositivos da nova Constituição Federal. Conscientes da necessidade de compatibilizar o imperativo do desenvolvimento econômico e social com a proteção do nosso patrimônio ecológico, temos buscado aperfeiçoar os instrumentos legais e reforçar os mecanismos institucionais responsáveis pela questão ambiental. O Programa Nossa Natureza lançou as bases de uma política ambiental nova e atuante, especificamente dirigida para a Região Amazônica.

José Sarney
Presidente da República Federativa do Brasil

acidente ferroviário na urss

Mensagem de solidariedade enviada em 6 de junho de 1989 pelo Presidente da República, José Sarney, ao Presidente do Soviete Supremo, Mikhail Gorbachev, a propósito do acidente ferroviário ocorrido naquele país

"A Sua Excelência
O Senhor Mikhail Gorbachev
Presidente do Soviete Supremo da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

Queira receber, Excelência, em meu nome e em nome do povo brasileiro, o testemunho do profundo pesar e da estreita solidariedade ao Governo e ao povo amigo da União Soviética pela tragédia ocorrida na estrada de ferro Cheliabinski – UFA.

José Sarney
Presidente da República Federativa do Brasil

dia Internacional de solidariedade com a luta do povo da África do sul

Mensagem enviada em 16 de junho de 1989 pelo Ministro Abreu Sodré ao Presidente do Comitê Especial contra o *apartheid*, Joseph N. Garba

"Ao comemorar-se mais uma vez o "Dia Internacional de Solidariedade com a luta do povo da África do Sul", desejo em nome do povo e do Governo do Brasil, reiterar nosso veemente repúdio à prática do racismo e ao regime do *apartheid* ainda vigente naquele país e manifestar nossa convicção de que os objetivos democráticos almejados pela maioria da população sul-africana prevalecerão sobre o arbítrio e a intolerância.

O Brasil tem acompanhado com preocupação a situação da África do Sul e vem condenando consistentemente a manutenção de um regime iníquo que, além de ferir a dignidade do ser humano, choca-se com a consciência da sociedade brasileira, que se orgulha de sua formação multirracial como elemento de estabilidade e harmonia social.

O Governo do Brasil tem sistematicamente apoiado as sanções propostas à África do Sul e tem adotado, de modo concreto, medidas restritivas como o decreto que proíbe a exportação de armas e material correlato, de petróleo e derivados e o intercâmbio cultural, artístico, desportivo.

Ao manifestar mais uma vez sua rejeição ao racismo sob todas as formas, o Brasil solidariza-se com a luta do povo sul-africano e expressa a esperança de que seja possível, em breve, receber na comunidade dos Estados do Atlântico Sul uma África do Sul livre do *apartheid*.

Roberto de Abreu Sodré
Ministro das Relações Exteriores

brasil quer restauração da paz no líbano

Mensagem de congratulação do Presidente José Sarney ao Rei da Arábia Saudita, Fahd Ibn Abdullaziz Al-Saud, por sua indicação para o Comitê Tripartite da Cúpula Árabe

"Sua Majestade
Rei Fahd Ibn Abdullaziz Al-Saud
Protetor das Duas Mesquitas Sagradas

Congratulo-me com Vossa Majestade por vossa indicação para participar do Comitê Tripartite criado pela Reunião Extraordinária da Cúpula Árabe, realizada em Casablanca, para encontrar uma solução política para o conflito no Líbano.

Estou seguro de que a indicação reflete o reconhecimento público que a Reunião da Cúpula houve por bem estender aos esforços de Vossa Majestade em favor da restauração da paz e da harmonia no Líbano.

Em nome do povo brasileiro e no meu próprio nome, faço votos de pleno êxito a Vossa Majestade nessa histórica missão pelo futuro do Líbano, país ao qual a sociedade brasileira tanto deve.

Com a mais alta consideração,

José Sarney
Presidente da República Federativa do Brasil

mensagem de sarney a baena soares

Mensagem do Presidente José Sarney por ocasião da inauguração do Segundo Mandato do Embaixador João Clemente Baena Soares como Secretário-geral da Organização dos Estados Americanos, em 20 de junho de 1989

A mensagem foi lida na sessão solene de posse pelo Embaixador Bernardo Pericás, Representante Especial do Presidente da República.

Senhor Secretário-geral,

É com grande satisfação que transmito a Vossa Excelência minhas sinceras congratulações e meus melhores votos na ocasião em que se registra o início de seu segundo mandato como Secretário-geral da Organização dos Estados Americanos.

Com a reeleição de Vossa Excelência, em novembro de 1988, vimos renovar-se a confiança que presidiu sua primeira eleição, também por unanimidade, em março de 1984. Meu Governo é grato a todos os países-membros da OEA por essa reiterada manifestação de confiança num respeitado profissional da diplomacia brasileira, fato que reflete a dedicação, o talento e a imparcialidade com que Vossa Excelência vem orientando sua atuação diante dos desafios crescentes e cada vez mais complexos que se apresentam à nossa Organização regional e a seu Secretário-geral.

Sua gestão tem sido marcada por sérios problemas de ordem financeira, mas tem sido marcada sobretudo por desenvolvimentos extremamente positivos, como a aprovação e a entrada em vigor do Protocolo de Cartagena de Reforma da Carta da OEA, a ampliação da atuação da Organização em áreas de interesse comum, como a promoção e a defesa dos direitos humanos e da democracia, o combate ao abuso e ao tráfico ilícito de drogas e o exercício de um papel ativo e equilibrado no tratamento de questões que afetam diferentes países e regiões de nosso hemisfério.

Estou certo de que seu segundo mandato será marcado de forma especial pela consolidação do processo, já iniciado, de revitalização e de fortalecimento da OEA como instrumento para o entendimento e a cooperação entre todos os Estados americanos, como foro para um novo diálogo interamericano.

Esteja certo, Senhor Secretário-geral, de que, ao enfrentar as responsabilidades e os desafios de seu novo mandato, Vossa Excelência e a OEA contarão sempre com o apoio do Governo e do povo brasileiro.

José Sarney
Presidente da República Federativa do Brasil

seminário sobre cooperação técnica internacional: o papel da abc

Cooperação Técnica é tema de Seminário da ABC no Itamaraty

Com o objetivo de reunir representantes do setor público e privado, de institutos de ensino e pesquisa e de organismos internacionais diretamente envolvidos na prestação e no recebimento de cooperação técnica, a ABC – Agência Brasileira de Cooperação –, vinculada ao Ministério das Relações Exteriores, estará realizando, de 22 a 24 de maio, no auditório do Palácio Itamaraty, o Seminário "Cooperação Técnica Internacional: o papel da ABC".

O Presidente José Sarney, juntamente com o Ministro de Estado e o Secretário-geral das Relações Exteriores, abrirá o encontro na segunda-feira, às 10:30 horas. Em seguida, na primeira sessão do Seminário, o Ministro Guilherme Luiz Leite Ribeiro, Diretor-executivo da Agência, traçará um painel sobre a atuação da ABC e a infra-estrutura de que dispõe para intermediar programas de cooperação internacional. Serão apresentados também os projetos, executados e em execução, de cooperação técnica prestados pelo Brasil a países em desenvolvimento e recebida de organismos internacionais e de países desenvolvidos.

Há cerca de dois anos, a ABC – Agência Brasileira de Cooperação –, órgão vinculado ao Ministério das Relações Exteriores, centraliza a oferta e a demanda de cooperação técnica entre o Brasil e o exterior, elaborando planos e políticas e articulando organismos e entidades nacionais e estrangeiras para a execução de programas. Depois de avaliada a oferta e a demanda de transferência de *know-how*, os programas são orçados e sua execução acompanhada por técnicos brasileiros especializados. "O objetivo é utilizar a cooperação técnica não só como um instrumento de desenvolvimento, mas também como um meio de fortalecer as relações bilaterais e de difundir a língua, a cultura e a imagem do nosso país", destaca o Ministro Guilherme Luiz Leite Ribeiro, Diretor-executivo da Agência.

Hoje a ABC dedica ênfase especial à cooperação com os países latino-americanos e africanos, particularmente aqueles com os quais existe interesse específico em incrementar relações bilaterais. Os esforços são concentrados nos setores de economia considerados prioritários, tanto pelo país doador como pelo receptor, e é dada preferência a programas que favoreçam a intensificação das relações, abrindo perspectivas para a cooperação política, econômica e comercial.

Cooperação Técnica Recebida da ONU

Promover o desenvolvimento: eis o principal objetivo da política brasileira de cooperação técnica recebida. Nesse sentido, deve ser evitada a transferência pura e simples de conhecimentos, procurando-se sempre adaptá-los à realidade sócio-econômica do Brasil e reduzir a dependência do suporte externo. As áreas prioritárias são estabelecidas pelo Governo brasileiro e concentram-se no momento, nos setores agro-industrial, pecuário, ecológico, educativo, de transporte, mineração, irrigação, saúde, saneamento e assistência social.

As necessidades reais são identificadas nas empresas públicas e privadas brasileiras pela ABC que, em seguida, busca países e organismos internacionais que possam satisfazer a demanda.

Entre os projetos apresentados pelo Brasil junto à ONU, estão os 47 apoiados pelo PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), com execução prevista entre 1987 e 1991 nas áreas de transporte, agricultura e desenvolvimento organizacional, envolvendo um financiamento de US\$16,2 milhões e uma complementação de US\$ 36,5 milhões por parte do Governo brasileiro. Cinco projetos relacionados com saúde, população, educação e planejamento familiar, envolvendo um volume de recursos alocados da ordem de US\$16,2 milhões, estão sendo desenvolvidos pelo Fundo de População da ONU (FNUAP) e outros 5, somando uma dotação de US\$ 1,6 milhão, estão sendo implementados pela Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO) em projetos voltados para a agroindústria, pequenas e médias empresas e controle da poluição.

Na área de ecologia, a FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação) apoia o programa de avaliação das zonas de potencial agrícola da Bacia Amazônica, relacionado com o Programa Nossa Natureza, do Ministério do Interior. Esse é apenas um dos 8 projetos que a FAO apoia no Brasil. Em alguns, mobilizando de outras fontes recursos da ordem de US\$ 10,9 milhões.

Cooperação Técnica Recebida de Países Desenvolvidos

Os projetos de cooperação bilateral apresentados pelo Brasil têm encontrado apoio, particularmente, nos seguintes países: Canadá, Espanha, França, Grã-Bretanha, Itália, Japão e República Federal da Alemanha.

Entre esses projetos está o de Viabilização de Espaços Econômicos para Populações de Baixa Renda, desenvolvido pela Alemanha nas áreas urbana, rural e de proteção ambiental. Nesse programa foram empregados

DM 535 milhões. Para 1989 está-se negociando outro aporte significativo de recursos.

Com o Canadá está em fase de conclusão o programa iniciado em 1985, através do qual o Brasil recebeu cerca de CND\$ 23,9 milhões, que foram investidos em telecomunicações, agricultura, recursos minerais, saúde e indústria. Está sendo elaborado o III Programa de Cooperação Técnica Brasil - Canadá. (1989/93).

Com relação à França negociou-se em 1987 um marco referencial nas áreas de administração pública, apoio às pequenas e médias empresas agrícolas e industriais, desenvolvimento de tecnologias no setor de saúde, meio ambiente, transportes e energia, além de intercâmbio científico entre universidades, institutos de pesquisa e a indústria. Tal cooperação envolve recursos da ordem de US\$ 22 milhões.

A Grã-Bretanha tem enviado peritos especializados em saúde, poluição de água, saneamento básico e tecnologia de alimentos, além de conceder cerca de 46 bolsas de estudos, anualmente, em áreas prioritárias para o desenvolvimento nacional.

Tecnologia Brasileira

Atualmente, o Brasil mantém ações de cooperação técnica com cerca de 20 países, particularmente com os da América Latina e da África de língua portuguesa, em função dos laços culturais e do intenso intercâmbio, em todos os níveis, com as duas regiões.

Recentemente, os países da América Central e do Caribe estão merecendo maior atenção por parte do Governo brasileiro, através de programas regionais da OEA (Organização dos Estados Americanos) e do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). A cooperação já atinge os países asiáticos, como a República Popular da China, com quem tem se intensificado o intercâmbio de informações técnicas e científicas.

O Brasil dispõe de um dos maiores elencos de experiências e soluções tecnológicas prontas para serem compartilhadas com outros países em desenvolvimento. São áreas que vão desde tecnologia avançada, como geração

de energia, pesquisa agrícola, sistema de transportes, telecomunicações e aeronáutica até o setor administrativo como planejamento, fortalecimento institucional e capacitação de recursos humanos.

Numa tentativa de conciliar a escassez de recursos para financiamento de projetos com o objetivo de viabilização dos programas de cooperação, a ABC elaborou uma estratégia baseada no conceito de triangulação. Trata-se da possibilidade de um país em desenvolvimento utilizar recursos provenientes de um país desenvolvido ou de um organismo internacional para absorver tecnologia brasileira. Com base na triangulação já existem projetos nas áreas de transporte urbano, ferroviário e portuário, energia, agricultura, pequena e média empresa e administração pública.

departamento de comércio americano publica edital de abertura de investigações sobre o governo brasileiro

PUBLIC COMMENT: The public is invited to comment on the policies and practices of the Government of Brazil that are the subject of this investigation, including (1) whether Brazil's import restrictions referred to above are actionable under section 301, including comments on whether they are inconsistent with a trade agreement; and (2) the amount of the burden or restriction on U.S. commerce caused by the Brazilian restrictions on particular U.S. products.

Interested persons must submit 20 copies of their written comments, in English, by 5:00 p.m. on July 18, 1989, to the Chairwoman of the Section 301 Committee at the address listed above. All submissions must be filed in accordance with 15 CFR part 2006.8, and will be placed in a file (Docket 301-73) open to public inspection pursuant to 15 CFR 2006.12 (except confidential business information exempt from public inspection in accordance with 15 CFR 2006.15).

A. Jane Bradley
Chairwoman, Section 301 Committee

ÍNDICE

xviii reunião ministerial dos países da bacia do prata	
discurso do presidente José Sarney na abertura da reunião, realizada no palácio Itamaraty nos dias 3 e 4 de abril de 1989	3
discurso do ministro Abreu Sodré por ocasião do almoço em homenagem aos chanceleres dos países da bacia do prata, no palácio Itamaraty, em 4 de abril de 1989	5
discurso do ministro Abreu Sodré por ocasião do encerramento da reunião	6
ata final da xviii reunião ordinária dos chanceleres dos países da bacia do prata	7
programa nossa natureza	
pronunciamento do presidente da república, José Sarney, na solenidade de assinatura de atos referentes ao programa nossa natureza, no palácio do Planalto, em 6 de abril de 1989	11
o programa nossa natureza	17
reunião dos presidentes dos países da região amazônica	
discurso pronunciado pelo presidente José Sarney em Manaus, em 4 de maio de 1989	25
declaração da Amazônia	28
declaração conjunta brasileiro-peruana	30
seminário cooperação técnica internacional: o papel da abc	
discurso do presidente José Sarney por ocasião da abertura do seminário, no palácio Itamaraty, em 22 de maio de 1989	35
discurso do ministro de estado das relações exteriores, interino, embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima	36
ministro Abreu Sodré visita a Tchecoslováquia	
comunicado sobre a visita oficial do ministro das relações exteriores à Tchecoslováquia, efetuada no período de 6 a 8 de abril de 1989	39
grupo dos oito e cee se reúnem na Espanha	
resumo do pronunciamento do ministro das relações exteriores, Roberto de Abreu Sodré, na reunião de trabalho entre os chanceleres do grupo dos oito e da cee no dia 15 de abril de 1989 em Granada (Espanha)	41
comemoração do dia do diplomata	
discurso pronunciado pelo ministro Abreu Sodré por ocasião da cerimônia comemorativa do dia do diplomata, no palácio Itamaraty, em 20 de abril de 1989	43
em Brasília o ministro dos negócios exteriores de Trinidad e Tobago	
discurso pronunciado pelo ministro das relações exteriores, Roberto de Abreu Sodré, por ocasião do almoço oferecido em homenagem ao ministro de negócios estrangeiros e comércio internacional da república de Trinidad e Tobago, Sahadeo Basdeo, em 26 de abril de 1989	49
embaixador dos EUA condecorado com a ordem do Cruzeiro do Sul	
discurso pronunciado pelo ministro Abreu Sodré na cerimônia de condecoração do embaixador dos Estados Unidos da América, Harry W. Schlaudemann, com a ordem do Cruzeiro do Sul, no grau de Grã-Cruz, em 11 de maio de 1989	51
i seminário brasileiro sobre o Codex Alimentarius	
discurso do ministro de estado das relações exteriores, Roberto de Abreu Sodré, no palácio Itamaraty, por ocasião da abertura do seminário, em 16 de maio de 1989	53
	113

brasil e urss: cooperação científica e tecnológica	
discurso pronunciado pelo ministro das relações exteriores, interino, embaixador paulo tarso flecha de lima, no almoço oferecido em homenagem ao presidente da academia de ciências da urss, guri marchuk, no palácio itamaraty, em 6 de maio de 1989	55
visita da ministra delegada da França ao Brasil	
discurso do ministro abreu sodré por ocasião do almoço em homenagem à ministra delegada da França, edwige avice, no palácio itamaraty, em 18 de maio de 1989	59
a cooperação entre executivo e legislativo	
discurso do ministro abreu sodré no almoço em homenagem aos membros da comissão de relações exteriores e defesa nacional do senado federal, no palácio itamaraty, em 20 de junho de 1989	61
meio ambiente: a posição do governo brasileiro	
exposição do embaixador paulo tarso flecha de lima à comissão de relações exteriores da câmara dos deputados, no auditório da câmara, em 12 de abril de 1989	63
reunião comemorativa do xxv aniversário do grupo dos 77	
discurso pronunciado pelo embaixador sebastião do rego barros, que representou o ministro das relações exteriores, em caracas, em 21 de junho de 1989	73
xx aniversário da constituição do opanal	
discurso pronunciado pelo embaixador araujo castro no xi período ordinário de sessões da conferência geral do organismo para a proscrição de armas nucleares na América Latina (opanal), na cidade do México, em 25 de abril de 1989	79
xv sessão do conselho de administração do pnuma	
discurso do embaixador bernardo pericás neto, subsecretário-geral de assuntos políticos e chefe da delegação brasileira, em nairóbi, em 15 de maio de 1989	85
relações diplomáticas	
entrega de credenciais de embaixadores estrangeiros	89
concessão de <i>agrément</i> à designação de embaixadores	89
tratados, acordos, convênios	
brasil e vietnam estabelecem relações diplomáticas	91
ajuste complementar de cooperação científica e tecnológica entre o Brasil e a urss	91
cooperação técnica entre o Brasil e a rfa	92
protocolo que modifica a convenção entre o Brasil e a Finlândia	94
assentamento de atos multilaterais ocorridos no segundo trimestre de 1989	95
atos bilaterais que entraram em vigor durante o segundo trimestre de 1989	96
atos bilaterais não-vigentes assinados durante o segundo trimestre de 1989	97
comunicados e notas	
reunião da conantar	99
declaração da haia é publicada em jornais franceses	99
presidente da república popular da China visita o Brasil	100

brasil lamenta os conflitos no líbano	100
apoio brasileiro à namíbia	100
brasil e papua nova guiné estabelecem relações diplomáticas	100
em Brasília o ministro dos negócios exteriores de trinidad e tobago	100
relações diplomáticas brasil – vietnam	101
garimpo é tema de conversações entre brasil e venezuela	101
grupo dos oito manifesta-se a respeito da situação política do panamá	101
eua divulgam lista de práticas comerciais de terceiros países consideradas como barreiras às exportações americanas	102
brasil acompanha conflitos na china	103
itamaraty homenageia claudio santoro	103
secretário de ciência e tecnologia da Índia visita o brasil	103
questões ambientais na amazônia brasileira: cartas do embaixador geraldo Holanda Cavalcanti ao presidente do parlamento europeu	103
Brasil felicita Angola pelo encaminhamento do fim da guerra	105
 mensagens	
brasil preocupa-se com a situação do líbano	107
sarney congratula o novo presidente da argentina	107
reunião extraordinária da cúpula árabe	107
dia nacional do meio ambiente	107
acidente ferroviário na urss	108
dia internacional de solidariedade com a luta do povo da África do Sul	108
brasil quer restauração da paz no líbano	109
mensagem de sarney a baena soares	109
 notícias	
seminário sobre cooperação técnica internacional: o papel da abc	111
departamento de comércio americano publica edital de abertura de investigações sobre o governo brasileiro	112



Gráfica do
Centro de Documentação/CDO